

**Universidades Lusíada**

Pinto, Joel Bruno de Sousa Vieira

**A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII**

<http://hdl.handle.net/11067/3009>

**Metadados**

**Data de Publicação**

2014

**Resumo**

A presente dissertação insere-se no âmbito do urbanismo religioso e teve, como caso de estudo, a cidade de Braga, nomeadamente, a influência que as construções religiosas tiveram no crescimento e consolidação da cidade entre os séculos XVI a XVIII. A cidade de Braga foi, desde o século XI até ao século XVIII, um caso singular de autonomia administrativa. Os arcebispos bracarenses eram os senhores da cidade, possuíam os direitos administrativos e de aplicação das leis no território que compreend...

This work falls within the scope of religious urbanism and had, as a case study, the city of Braga, in particular, the influence that religious buildings had on the growth and consolidation of the city from the sixteenth to eighteenth centuries. The city of Braga was from the eleventh century until the eighteenth century, a singular case of administrative autonomy. The bracarenses archbishops were the lords of the city, had the administrative and law enforcement in the territory comprisin...

**Palavras Chave**

Arquitectura religiosa, Edifícios religiosos

**Tipo**

masterThesis

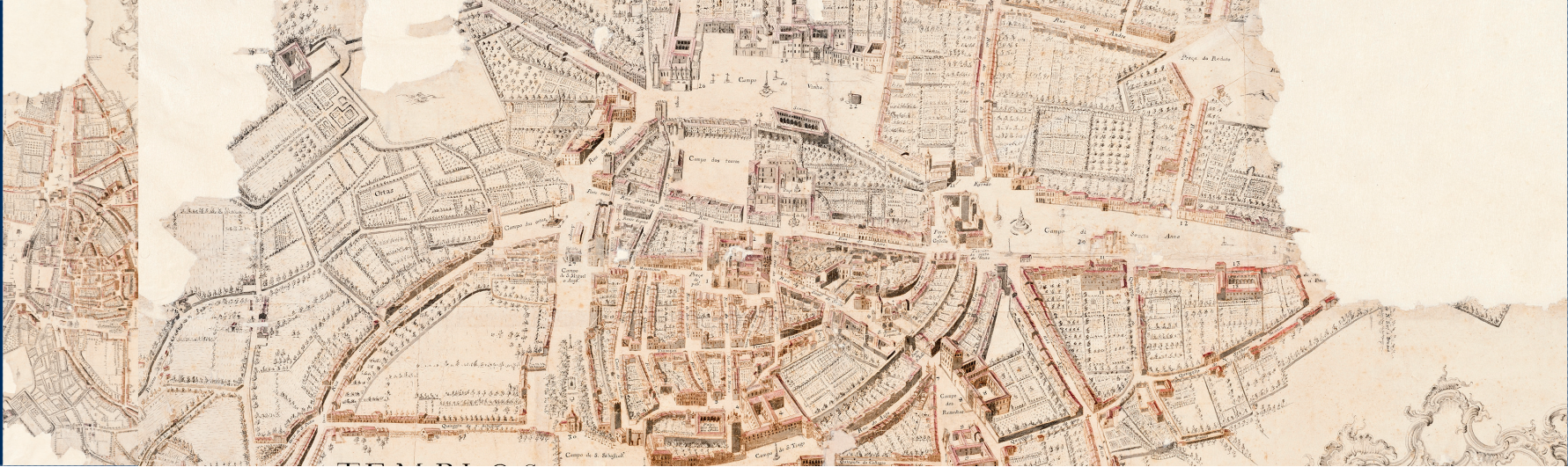
**Revisão de Pares**

Não

**Coleções**

[ULF-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2023-05-07T18:47:41Z com informação proveniente do Repositório



Orientador: Professora Doutora Ana Paula de Nápoles

**A INFLUÊNCIA DAS CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS  
NO CRESCIMENTO E CONSOLIDAÇÃO URBANA BRACARENSE  
ENTRE OS SÉCULOS XVI A XVIII**

**Joel Bruno de Sousa Vieira Pinto**



Dissertação para obtenção do grau de mestre em Arquitectura  
pela Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão

FAA - Faculdade de Arquitectura e Artes

2014

**A INFLUÊNCIA DAS CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS NO CRESCIMENTO E  
CONSOLIDAÇÃO URBANA BRACARENSE ENTRE OS SÉCULOS XVI A XVIII**

Joel Bruno de Sousa Vieira Pinto

2014



**Breve Curriculum:**

Joel Bruno de Sousa Vieira Pinto, natural da cidade de Braga. Possui habilitações técnico-profissionais em construção civil, na vertente de projeto, bem como, especialização tecnológica em condução de obras, ambas as formações pela Escola Profissional de Braga. Licenciado em Ciências da Arquitetura pela Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão. Tem desempenhado funções de projetista/criativo para diversas empresas, realizando projetos de stands para exposições.



**UNIVERSIDADE LUSÍADA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

**A INFLUÊNCIA DAS CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS NO  
CRESCIMENTO E CONSOLIDAÇÃO URBANA  
BRACARENSE ENTRE OS SÉCULOS XVI A XVIII**

**Joel Bruno de Sousa Vieira Pinto**

**Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre**

**Vila Nova de Famalicão**

**2014**





## Índice

Índice .....	III
Índice de figuras.....	V
Resumo .....	XI
Abstract .....	XIII
Abreviaturas .....	XV
1. Introdução .....	1
1.1. Motivação.....	2
1.2. Espaço temporal.....	3
1.3. Objetivos.....	4
1.4. Fontes escritas .....	5
1.5. Fontes cartográficas e iconográficas.....	8
1.6. Metodologia .....	10
2. Século XVI – O fim da cidade medieval e a refundação de uma nova cidade renascentista. ....	13
2.1. A herança medieval .....	13
2.2. D. Diogo de Sousa e o Renascimento na cidade de Braga.....	18
2.3. As transformações urbanas e as novas construções religiosas .....	22
2.4. "Nova Bracarae Auguste deferipto" – O mapa de Braga em 1594.....	53
3. Século XVII – As construções religiosas no processo de consolidação urbana .....	57
3.1. A cidade entre a mudança e a instabilidade na transição de séculos .....	57
3.2. As construções religiosas e os primeiros passos de consolidação urbana .....	61
3.3. Uma panorâmica Seiscentista da cidade de Braga.....	75

4. Século XVIII - O barroco na afirmação da paisagem urbana bracarense .....	79
4.1 Os principais intervenientes no espaço urbano Setecentistas .....	79
4.2 As construções religiosas na consolidação e afirmação da paisagem urbana bracarense.....	92
4.3 O MAPPA DA CIDADE DE BRAGA PRIMAS .....	131
Conclusões.....	135
Bibliografia.....	145
Fontes escritas.....	153
Fontes cartográficas e iconográficas.....	154
Anexos.....	155

## Índice de figuras

Figura 1- Planta sequencial da evolução urbana bracarense, a cidade no final do século XV .....	15
Figura 2 - Planta geral da evolução das muralhas de Braga . ....	16
Figura 3 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, intervenções dentro da cidade amuralhada no tempo de D. Diogo de Sousa, século XVI.....	23
Figura 4 - Representação da Quinhentista Câmara de Braga em 1750 . ...	24
Figura 5 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura da rua Nova de Sousa e da rua de S. João no início do século XVI . ....	25
Figura 6 - Rua de S. João com a cabeceira da Sé Catedral ao fundo, 2013 .....	26
Figura 7 - Plantas esquemáticas da evolução da Sé Catedral .....	26
Figura 8 - Pormenor do rendilhado da cabeceira da Sé Catedral, 2013 . ...	27
Figura 9 - Conjunto da Igreja paroquial de S. João de Souto e da Capela de N. Sra. da Conceição, 2013 .....	28
Figura 10 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do Campo de Sant'Ana, século XVI . ....	31
Figura 11 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do Campo das Hortas, século XVI .....	34
Figura 12 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do Campo da Vinha e rua dos Biscainhos, século XVI .....	35
Figura 13 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do Campo de S. Sebastião, das Carvalheiras e de S. Miguel-O-Anjo, século	

XVI .....	36
Figura 14 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do Campo das Hortas de S. Marcos, rua dos Granjinhos, rua de S. Marcos e Campo de Santiago, século XVI .....	40
Figura 15 - Convento dos Remédios, 1909 .....	42
Figura 16 - Capela de S. António (à esquerda), 1862 .....	43
Figura 17 - Rua e Igreja da Misericórdia, 2013 .....	44
Figura 18 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura da rua dos Gatos (atual rua da Misericórdia) e rua do Infante (ou dos pelames), século XVI .....	45
Figura 19 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do Campo de Touros, século XVI .....	46
Figura 20 - Fachada do edifício do seminário de S. Paulo, final do século XIX .....	48
Figura 21 - Fachada do Convento do Salvador, desenho de Domingos Rebelo Barbosa, 1893 .....	50
Figura 22 – Planta sequencial da evolução urbana bracarense, implantação das construções religiosas realizadas do Campo da Vinha até ao final do séculos XVI .....	52
Figura 23 - Mapa de Braga de 1594 .....	53
Figura 24 - Mapa Medieval T/O de Santo Isidoro .....	54
Figura 25 – Planta sequencial da evolução urbana bracarense, implantação da Capela de S. João da Ponte e da Capela de Santa Justa, século XVII .....	62

Figura 26 - Capela de S. João da Ponte, 2013 .....	63
Figura 27 - Capela de Santa Justa, 2013 .....	63
Figura 28 – Planta sequencial da evolução urbana bracarense, implantação do Convento da Conceição e abertura do terreiro em frente, século XVII .....	64
Figura 29 - Fachada do Convento de Nossa Senhora da Conceição, 2013 .....	65
Figura 30 – Fachada da Igreja de Santa Cruz, 2013 .....	66
Figura 31 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura da rua da Regueira e implantação do Convento do Carmo, século XVII .	67
Figura 32 - Igreja do Carmo (fachada primitiva), 1910 .	68
Figura 33 – Igreja de S. Victor, 2013 .....	70
Figura 34 – Igreja de S. Vicente, 2013 .....	71
Figura 35 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura da rua de Infias, século XVII .....	72
Figura 36 – Capela de Nossa Senhora do Pilar e casa de Vale-Flores, 2013 .....	73
Figura 37 – Igreja de S. Francisco ou dos Terceiros, 2013 .....	74
Figura 38 – Panorâmica da cidade de Braga, século XVI .....	75
Figura 39 - Igreja de S. Sebastião, 2013 .....	94
Figura 40 - Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, 2013 .....	94
Figura 41 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do complexo do Campo Novo, século XVIII .....	97



Figura 42 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, Campo de Sant'Ana com implantação dos Alpendres e construções religiosas, século XVIII .....	102
Figura 43 - Igreja do Convento da Penha de França, 2013 .....	103
Figura 44 - Recolhimento das Convertidas, 2013 .....	104
Figura 45 - Fachada da Igreja dos Remédios, 1907 .....	105
Figura 46 - Igreja e Convento do Pópulo, 2013 .....	108
Figura 47 - Capela de Nossa Senhora das Ancias, 2014 .....	110
Figura 48 - Capela de Nossa Senhora da Abadia, s.d. ....	111
Figura 49 - Ala barroca do Paço Episcopal, 2013 .....	114
Figura 50 - Casa da Câmara Municipal de Braga, 2013 .....	116
Figura 51 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, Campo dos Touros com a implantação da ala barroca do Paço e da Casa da Câmara, século XVIII .....	117
Figura 52 - Campo dos Touros, fragmento do mapa de 1755 .....	118
Figura 53 - Capela de S. Bentinho, 2013 .....	119
Figura 54 - Capela de Nossa Senhora da Torre, 2013 .....	120
Figura 55 - Fachada da Igreja do Congregados, 2013 .....	123
Figura 56 - Arcada e Igreja da Lapa, 1862 .....	124
Figura 57 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, Campo de Sant'Ana com a implantação da Igreja da Lapa e sem a Igreja de Sant'Ana / abertura do terreiro e Convento de St. Tereza, século XVIII ...	125
Figura 58 - Igreja do hospital de S. Marcos, 2013 .....	128

Figura 59- Planta sequencial da evolução urbana bracarense, Campo dos Remédios com a implantação da Igreja do hospital, de Santa Cruz e dos Remédios, século XVIII .....129

Figura 60 - *Mappa da Cidade de Braga Primas*, André Soares, c.1755.....131



## **Resumo**

A presente dissertação insere-se no âmbito do urbanismo religioso e teve, como caso de estudo, a cidade de Braga, nomeadamente, a influência que as construções religiosas tiveram no crescimento e consolidação da cidade entre os séculos XVI a XVIII.

A cidade de Braga foi, desde o século XI até ao século XVIII, um caso singular de autonomia administrativa. Os arcebispos bracarenses eram os senhores da cidade, possuíam os direitos administrativos e de aplicação das leis no território que compreendia o bispado de Braga. Tendo em conta a sua particularidade administrativa, a cidade foi consolidando uma forte identidade religiosa que se materializou, na paisagem urbana, através das construções religiosas, desde a Idade Média e, com especial incidência, na Idade Moderna.

Ao longo da investigação propusemo-nos estudar os fenómenos de crescimento urbano no espaço temporal em estudo, nomeadamente, através das construções religiosas, estabelecendo uma relação entre arquitetura e urbanismo, estudando e compreendendo os elementos que foram responsáveis pela criação de nova malha urbana e na consolidação da existente.

O estudo do crescimento urbano bracarense, partindo das construções religiosas, só foi possível graças ao cruzamento de várias fontes escritas, documentais, cartográficas e iconográficas. Do cruzamento de todas as fontes, foi-nos possível reconstituir a paisagem urbana bracarense ao longo dos três séculos em estudo, isolando as camadas estratigráficas e compreendendo o espaço público antes e depois da construção de um ou mais edifícios de carácter religioso.

Os resultados obtidos permitem-nos afirmar que as construções religiosas tiveram, efetivamente, uma forte influência no crescimento e consolidação urbana da cidade, bem como, na afirmação da paisagem

urbana durante os séculos XVI a XVIII.

### **Palavras-chave**

Arquitetura Religiosa; Construções Religiosas; Urbanismo Religioso



## **Abstract**

This work falls within the scope of religious urbanism and had, as a case study, the city of Braga, in particular, the influence that religious buildings had on the growth and consolidation of the city from the sixteenth to eighteenth centuries.

The city of Braga was from the eleventh century until the eighteenth century, a singular case of administrative autonomy. The bracarenses archbishops were the lords of the city, had the administrative and law enforcement in the territory comprising the diocese of Braga. Having regard to its administrative particularity, the city was consolidating a strong religious identity that materialized in the urban landscape, through religious constructions of the Middle Ages and, with particular emphasis in the Modern Age.

Throughout the investigation we set out to study the phenomena of urban growth in the timeline under study, namely, through the religious buildings, establishing a relationship between architecture and urbanism, studying and understanding the factors that were responsible for the creation of new urban fabric and consolidation of existing.

The study of Braga urban growth, starting from the religious buildings, was only possible due to the crossing of several written, documentary, cartographic and iconographic sources. Crossing all sources, we were able to reconstitute the Braga urban landscape over the three centuries under consideration, and isolating the stratigraphic layers comprising the public space before and after the construction of one or more buildings of religious character.

The results allow us to affirm that religious buildings were indeed a strong influence on urban growth and consolidation of the city, as well as the affirmation of the urban landscape during the sixteenth to eighteenth centuries.

**Keywords**

Religious Architecture; Religious buildings; Religious urbanism

## **Abreviaturas**

MRB – Mapa das Ruas de Braga

CMB – Câmara Municipal de Braga

AO/CMB – Arquivo de Obras/Câmara Municipal de Braga

GA/CMD – Gabinete de Arqueologia/Câmara Municipal de Braga

MI/CMB – Museu da Imagem/Câmara Municipal de Braga

BPB – Biblioteca Pública de Braga

BNA – Biblioteca Nacional da Ajuda

IGP – Instituto Geográfico Português

BPI – Bilhete-Postal Ilustrado



## 1. Introdução

A cidade de Braga foi, entre os séculos XI a XVIII, um caso singular de autonomia administrativa e de aplicação da lei, no território do Reino de Portugal. Na verdade, essa autonomia começa, ainda antes da independência do Reino, ao ser concedida a primeira carta de couto aos arcebispos bracarenses, pelo Conde D. Henrique e Dona Teresa, para a administração da cidade. Desde então a cidade passou a ser governada e administrada pelo poder eclesiástico, nomeadamente pelos arcebispos com o apoio do cabido da Sé.

Durante os séculos em que a cidade foi administrada pelo poder eclesiástico, muitas foram as transformações e as influências que moldaram a cidade, com destaque para o processo de reorganização da igreja católica, que trouxe um conjunto de transformações e progresso à cidade, a par com a prelazia de arcebispos mais ou menos dinâmicos. Efetivamente, a cidade progrediu consoante a ação mecénática de cada prelado até ao final do século XVIII, altura em que os arcebispos bracarenses foram destituídos da administração da cidade.

A cidade atual é resultado de um processo contínuo de transformações morfológicas do seu tecido urbano, que lhe foram alterando a paisagem urbana. Essas transformações, ao longo dos séculos, são perfeitamente identificáveis através das suas camadas estratigráficas (palimpsestos) que ao serem sobrepostas nos permitem obter um conjunto de informações relativamente ao seu crescimento e morfologia urbana.

Isolar cada uma das camadas históricas da cidade não se revela um exercício único da história do urbanismo, na verdade, é necessário o cruzamento de um variado conjunto de matérias, pois apenas com uma abordagem multidisciplinar é possível perceber os fenómenos intrínsecos a cada um dos tempos, nomeadamente, a cultura das diferentes épocas, o contexto histórico e demográfico, o contexto geopolítico, geográfico e



obviamente, artístico e tecnológico.

Pese embora as cidades sejam organismos em evolução contante, é necessário perceber-se-lhes os intervalos temporais, quando as influências exteriores são introduzidas no sistema e alteram as dinâmicas instaladas, provocando, dessa forma, roturas e transformações mais ou menos incisivas. Com efeito, o intervalo temporal do Período Romano carece, obviamente, de uma contextualização interdisciplinar diferente da do Período Medieval ou Moderno.

Sabemos hoje, com recurso à historiografia local e eclesiástica, que o contexto administrativo da cidade mudou de forma acentuada a partir do século XI, altura em que foi restituída a diocese de Braga e concedida a administração da cidade aos arcebispos. Esta mudança no poder administrativo da cidade trouxe uma nova abordagem e a introdução do elemento religioso, de forma muito expressiva, ao urbanismo e arquitetura bracarense.

A cidade de Braga possui, hoje em dia, um considerável património religioso. O seu núcleo histórico é marcado, inquestionavelmente, pelas igrejas, capelas e conventos que durante o período moderno foram edificadas. Também os cruzeiros são, hoje em dia, vestígios visíveis das vias-sacras existentes na cidade, e em volta das quais se organizavam expressivas manifestações de fé. Efetivamente, a cidade de Braga tem, atualmente, uma identidade própria muito vinculada aos fenómenos religiosos, alguns dos quais ainda hoje subsistem.

### **1.1. Motivação**

Ao percorrer o espaço urbano bracarense, no seu núcleo histórico, facilmente percebemos que as construções religiosas assumem destaque primordial na sua paisagem urbana. Com efeito, a concentração de um número significativo de edifícios religiosos leva-nos, obviamente, a concluir que esta é uma cidade de forte matriz católica.

Não obstante uma fácil percepção da forte carga religiosa da cidade, o que mais nos motivou, neste fenómeno, foi perceber qual o impacto e influência que estas construções tiveram no crescimento e consolidação da cidade de Braga e qual o espaço temporal em que ganharam tão expressivo significado no tecido urbano.

Motivados pela curiosidade e procura de conhecimento sobre a história urbana em geral e pelo caso de estudo que se apresenta em particular, propomo-nos percorrer a história urbana bracarense, em todo o seu Período Moderno, facto que apela a que se compreendam os seus palimpsestos, por forma a isolar temporalmente os fenómenos com o intuito de interpretar as camadas estratigráficas de maior relevância para o estudo.

## **1.2. Espaço temporal**

A cidade de Braga dá-nos a conhecer expressivos limites estratigráficos das suas várias ocupações ao longo dos séculos. Com efeito, a historiografia revela-nos que a fundação da cidade remonta ao período romano, altura em que a cidade era um importante ponto de confluência de um conjunto de vias. Os dados arqueológicos provenientes das várias sondagens e estudos levados a cabo nos últimos quarenta anos permitem-nos, agora, saber que a cidade romana se localizava ligeiramente para sudoeste do atual casco histórico.

Com a queda do Império Romano, a cidade foi conquistada e tornou-se a capital do Reino Suevo, tendo permanecido, eventualmente, inalterada na sua dimensão e morfologia até às invasões muçulmanas que acabariam por destruir a cidade, deixando-a numa grave depressão demográfica, até ao início da reconquista cristã.

Com o início da reconquista e pacificação do território do noroeste peninsular na Idade Média, o bispado bracarense é restituído, dando-se consequentemente início à construção de uma Catedral na cidade,

tornando-se esta, até aos dias de hoje, no principal elemento de identidade e afirmação local.

Pese embora a pacificação e construção da catedral no século XI, a cidade manteve-se inalterada na sua dimensão até ao final do século XV, altura em que se deu uma revolução urbanística assente nos princípios renascentistas que vigoravam na Europa. Efetivamente, todo o Período Moderno foi de grande atividade urbanística e construtiva na cidade de Braga, o que alterou, de forma expressiva, a sua morfologia e paisagem urbana.

A nossa investigação encontra-se, assim, balizada no espaço temporal que corresponde aos séculos XVI, XVII e XVIII. Este foi o período mais significativo para a afirmação do urbanismo e arquitetura religiosa em Braga. A atividade foi intensa, aplicaram-se novos princípios urbanos e estilos arquitetónicos, na sua grande maioria, através das construções religiosas que foram surgindo na cidade.

### **1.3. Objetivos**

Pretende-se, nesta dissertação, analisar e compreender a influência que as construções religiosas tiveram no urbanismo bracarense, nomeadamente durante o Período Moderno, por ser o espaço temporal em que se verificou o maior número de construções de carácter religioso na cidade.

O estudo aqui apresentado, não pretende substituir ou anular outros existentes, mas sim, contribuir para uma melhor compreensão dos fenómenos de crescimento da cidade, nomeadamente na vertente do urbanismo religioso e na capacidade que este tipo de construções tiveram em consolidar ou criar nova malha na cidade.

Esta dissertação tem ainda, como objetivo, relatar as construções religiosas levadas a cabo na cidade de Braga e, conseqüentemente,

demonstrar se as mesmas tiveram influência no crescimento e consolidação urbana da cidade entre os séculos XVI a XVIII.

#### **1.4. Fontes escritas**

A existência de uma verdadeira obra de conjunto sobre o urbanismo bracarense é, apesar dos vários estudos produzidos ao longo dos últimos anos, uma lacuna que carece ser colmatada. As investigações que consideramos se debruçarem, exclusivamente, sobre o tecido urbano de Braga são apenas duas, sendo que, ainda assim, nenhuma aborda especificamente o urbanismo religioso. Contudo, o seu conteúdo foi, para nós, fonte de muita utilidade.

*Braga – Evolução da estrutura urbana* (OLIVEIRA, 1982) é o primeiro estudo de fundo de que tivemos conhecimento sobre o urbanismo bracarense. Pese embora este estudo seja em formato síntese (esteve inserido numa exposição levada a cabo pelo município de Braga, da qual foi publicado como catálogo), é-nos possível retirar do mesmo inúmeras informações para aprofundar a nossa investigação, bem como, perceber através das plantas que acompanham a publicação, as épocas em que a cidade mais se expandiu. Em resumo, é este livro-catálogo a única obra realizada até hoje sobre o urbanismo bracarense e que contempla todo o espaço temporal que vai desde a fundação da cidade, pelos romanos, até ao último quartel do século XX.

*Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana* (RIBEIRO, 2008) é o segundo estudo urbano sobre a cidade por nós conhecido, sendo que, neste caso, está inserido na disciplina da arqueologia urbana. Neste estudo (uma tese de doutoramento ainda não publicada), é possível perceber de forma clara a evolução da estrutura defensiva da cidade até ao rompimento da muralha já no século XVI.

Dotada de grande rigor científico, esta obra revela-se imprescindível para

perceber a evolução da cidade e da sua muralha até ao fim da Idade Média. Ainda assim, pela sua natureza e propósito, não nos foi possível retirar demasiada informação relativamente à nossa temática, ou seja, no que às construções religiosas e na vertente urbana diz respeito.

Sendo nosso propósito o urbanismo religioso e, dado que os estudos urbanos existentes não contemplaram especificamente esta temática, foi imprescindível procurar em estudos dispersos, ou de outras disciplinas e matérias, informações relevantes para o desenvolvimento da nossa dissertação. Neste contexto, foi possível identificar um conjunto de fontes bibliográficas que serviram de base ao desenvolvimento da nossa investigação, indo desde a história local até à eclesiástica, e da história da arte até à arquitetura e arqueologia. Embora a consulta de bibliografia tenha sido extensa, apenas vamos referir as fontes escritas de maior significado e que serviram de linha orientadora ao desenvolvimento desta dissertação.

Na sua grande maioria, as obras produzidas sobre a cidade de Braga estão ligadas a estudos sobre os arcebispos bracarenses e os seus feitos, motivo pelo qual, a relação entre arcebispos, arquitetura e urbanismo, deve ser tida como imprescindível ao estudo dos fenómenos de crescimento e consolidação urbana na cidade de Braga, até ao final do século XVIII.

*História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* (CUNHA, 1634-35) foi a primeira síntese história escrita sobre a cidade de Braga. Fonte bibliográfica incontornável para a compreensão da história da cidade, e fonte do saber para inúmeras obras posteriormente realizadas.

Esta obra, que teve como propósito ser a primeira síntese da história eclesiástica dos arcebispos bracarenses até à prelazia de D. Rodrigo da Cunha (o autor da obra), oferece-nos, além da cronologia dos arcebispos, um conjunto de informações importantíssimas sobre os feitos atribuídos aos



senhores de Braga, nomeadamente, os seus legados eclesiásticos e, mais importante ainda para o nosso estudo, os legados arquitetónicos e urbanísticos de cada arcebispo.

Sabemos hoje, à luz de estudos mais recentes, que algumas informações estão incorretas ou incompletas pelo que, a leitura desta fonte, carece que se sobreponha a informação com outras mais atualizadas por forma a autenticar a veracidade ou completar a informação pretendida.

*Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (séc. IIIXX)* (FERREIRA, 1928-1934), é uma obra extensa, obrigatória para a compreensão da história do urbanismo bracarense, composta por quatro volumes, sendo, porventura, a mais completa obra sobre a história eclesiástica bracarense e, consequentemente, da cidade.

Efetivamente, contar a história dos arcebispos bracarenses e dos seus feitos é, em grande medida, contar a história da cidade de Braga, até ao final do século XVIII, altura em que a igreja perdeu a administração da cidade.

Podemos a partir do relato cronológico dos feitos de cada arcebispo, obter um conjunto muito significativo de elementos referentes à administração da cidade, aos seus processos de reorganização e crescimento urbano e arquitetónico.

Realizada tendo como base a obra do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, esta obra não só revisita toda a informação da anterior como a completa, até ao século XX.

*Acheologia Christã, Descrição Histórica de todas as egrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães* (BELINO, 1900), fonte de grande utilidade, pois permite-nos obter uma relação de todas as construções religiosas realizadas na cidade até ao início do século XX.

Albano Belino realizou uma obra que se apresenta como um inventário, identificando as construções religiosas e dando-nos um pequeno resumo sobre cada uma delas, procurando referir o autor, a data de construção e quem a patrocinou. Além disso, procura identificar as intervenções mais significativas em cada obra.

### **1.5. Fontes cartográficas e iconográficas**

A cidade de Braga não foi, ao longo do Período Moderno, tal como a maioria das cidades do território peninsular português, objeto de grandes iniciativas cartográficas. Na verdade, não existe qualquer planta de rigor científico, até meados do século XIX, que nos possa transmitir uma exata escala da cidade e dos seus elementos cadastrais.

Os primeiros registos conhecidos e divulgados sobre a cidade de Braga entre os séculos XVI e XVIII são, na verdade, elementos iconográficos. Trata-se de urbivisões ou panorâmicas da cidade que, em alguns casos, apresentam grandes discrepâncias e omissões.

Existem sobre a cidade de Braga quatro significativas fontes iconográficas elaboradas, todas elas sem uma escala atribuída. A primeira fonte conhecida da vista geral da cidade remota a 1594, e apresenta-nos a mais antiga representação da cidade, ainda com a sua muralha defensiva quase inalterada. A segunda fonte surge-nos em meados do século XVII, e trata-se de uma panorâmica em aguarela que, devido às grosseiras omissões e erros, apenas nos serve de referencial histórico. Por fim, embora com uma noção de escala mais aproximada entre os elementos representados, surge-nos uma planta de Braga datável de 1755, da autoria de André Soares. Pese embora a sua beleza e proporção de elementos, trata-se de uma vista geral da cidade e não de um mapa ou carta topográfica da cidade, logo não nos é possível atribuir-lhe uma base de rigor cartográfico.

Existem, referentes à cidade de Braga, três vistas gerais (ou urbivisões),

uma para cada um dos séculos em estudo. Contudo, temos ainda a referir uma outra fonte iconográfica, o *Mapa das Ruas de Braga*. Este documento, datado do ano de 1750, foi produzido com o propósito específico de funcionar como um mapa auxiliar aos Índices dos Prazos do Cabido, mas com o decurso dos anos, revelou-se uma fonte inigualável para a compreensão do espaço urbano bracarense do século XVIII.

Tendo por base toda a informação de que dispomos, não nos é possível afirmar a existência de cartografia de base geométrica na cidade de Braga até meados do século XIX. Na verdade, a primeira planta da cidade de Braga de que dispomos é da autoria dos engenheiros militares José Belchior Garcez e Miguel Baptista Maciel, à escala de 1:4000. Pese embora a ausência da data da sua elaboração, esta é datável de meados de 1750.

Por ser a primeira planta de base geométrica da cidade de Braga, e por ser a que mais perto se localiza do espaço temporal em estudo, optamos por usá-la como base para a elaboração das plantas que fomos desenvolvendo, através da sua vectorização para suporte informático.

Outras plantas surgiram em datas posteriores a 1850, nomeadamente a de Joaquim Pereira da Cruz (1868) que, após uma análise ao seu conteúdo, parece trata-se de uma cópia atualizada e ampliada da anterior para a escala 1:2000. Ainda no espaço temporal entre as duas plantas mencionadas, refira-se a existência de uma outra, da autoria de Pereira Caldas (1857) que, devido à sua grosseira elaboração e falta de rigor, não serve os propósitos de uma representação de base geométrica, mas sim iconográfica.

Em 1883-84 viria a ser produzido o mais fiel e rigoroso levantamento da cidade de Braga (até à introdução dos novos processos de produção cartográfica). Este levantamento da autoria de Francisco Goulard, realizado à escala de 1:500, é composto por 30 folhas numeradas. Embora

de um rigor incomparavelmente superior em relação aos anteriores levantamentos, já não nos permite, em algumas zonas da cidade, obter uma representação do espaço compatível com o de final do século XVIII devido às transformações urbanas entretanto verificadas. Além disso, o seu manuseamento e dimensão tornariam inviável a sua utilização como base de trabalho cartográfico no âmbito desta dissertação.

## **1.6. Metodologia**

A variedade de informação a compilar sobre o estudo de três séculos de evolução urbana da cidade de Braga, impunha que fosse possível fragmentar a investigação em pequenos núcleos, que se fossem intercalando entre si com o evoluir dos resultados obtidos. Assim, optamos por estruturar esta dissertação em três capítulos de desenvolvimento, correspondendo cada um deles a um século distinto. Também com o propósito da informação ser mais facilmente compreendida, optamos por seguir os acontecimentos numa estrita relação entre as construções religiosas e os sucessivos arcebispos que compõem a história arcebispal bracarense do Período Moderno.

Seguir o percurso de cada prelado permitiu-nos, na grande maioria dos casos, estabelecer uma ordem cronológica entre a historiografia religiosa, urbana, e arquitetónica. Nos casos em que não foi possível estabelecer tal relação, procuramos junto das fontes escritas, encontrar enquadramentos históricos que justificassem a necessidade ou contexto em que determinadas construções religiosas foram efetuadas.

Com a separação por séculos, facilita-se a leitura e compreensão da investigação. Ao estabelecer uma relação entre os vários arcebispos bracarense e as construções levadas a cabo na cidade, conseguimos sintetizar, de uma forma mais contextualizada, a ordem cronológica dos acontecimentos históricos e das transformações do tecido urbano bracarense.

Optamos por desenvolver subcapítulos de contextualização antes de iniciar a narrativa dos acontecimentos correspondentes às construções religiosas e ao seu impacto na malha urbana da cidade. Entendemos que assim dotaríamos esta investigação de uma visão mais alargada sobre os fenómenos históricos, sociais, políticos e artísticos que mediavam cada um dos séculos em análise.

Por fim, como forma de encerrar cada um dos capítulos, achamos por bem, introduzir e fazer uma análise síntese a um elemento icnográfico de cada uma das épocas, por forma a uma melhor compreensão sobre a evolução da cidade e das formas de a representar. Pese embora estes elementos não tenham valor cartográfico, foi através destes que a cidade foi entendida no seu conjunto ao longo de todo o Período Moderno.

A recolha de bibliografia e cartografia corresponderam à primeira fase da realização desta dissertação. A perceção sobre os elementos existentes que pudessem servir de base à investigação obrigava a um trabalho consistente e completo sobre todas as construções religiosas realizadas em Braga durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Para tal, foi necessário cruzar variadas fontes escritas, localiza-las na cartografia que serviu de base de trabalho e validar as informações.

Para a validação das informações obtidas, socorremo-nos, sempre que possível, ao cruzamento e sobreposição de duas ou mais fontes escritas. Foi nosso propósito, com este método, atestar a veracidade das fontes utilizadas, bem como, detetar possíveis incongruências ao realizar o cruzamento dos dados obtidos.

Concluídas as pesquisas bibliográficas e, identificadas todas as construções religiosas, durante os séculos em estudo, faltava então estudar os fenómenos urbanos a elas associados, nomeadamente, se as construções se inseriam no tecido urbano existente ou se foram responsáveis pela criação de nova malha urbana.

A escolha de uma base de trabalho para estudar e explicar o crescimento e consolidação da cidade a partir das construções religiosas foi relativamente simples, depois de identificadas e obtidas as fontes referenciadas. As plantas (ou vistas gerais da cidade) existentes dos séculos em análise não tinham rigor, escala ou proporção, para além de não ser possível a observância de todos os arruamentos nem construções.

Seguida uma ordem cronológica, procuramos a primeira planta de base geométrica existente sobre a cidade, datável de cerca de 1750. Verificamos as informações, sobrepondo esta planta com uma segunda realizada em 1868. Seguindo o critério de antiguidade, selecionamos a planta mais antiga e procedemos à sua vectorização para obtermos um melhor entendimento dos fenómenos urbanos ligados às construções religiosas, ao crescimento da cidade e à sua consolidação.

## **2. Século XVI – O fim da cidade medieval e a refundação de uma nova cidade renascentista.**

### **2.1. A herança medieval**

A cidade de Braga era no fim do século XV um pequeno burgo medieval, de dimensão reduzida, que não ultrapassava os três hectares em todo o seu espaço amuralhado e que vivera um período de depressão demográfica. No ano de 1471, a cidade de Braga tinha uma população de aproximadamente 1500 pessoas, distribuídas por 349 fogos (MAURÍCIO, 2000). Este baixo índice de habitantes, teria como causa possível a fuga das populações das cidades interiores para o litoral, onde as oportunidades de emprego e o crescimento acentuado dessas cidades funcionavam como um forte atrativo contra o qual o interior dificilmente conseguia competir.

Se analisarmos no contexto do território nacional, Braga era nessa época uma cidade que não se destacava no panorama urbanístico medieval português. O seu prestígio era essencialmente eclesiástico e histórico. Eclesiástico enquanto sede do arcebispado primacial e histórico pelo seu papel na independência de Portugal. Foi certamente esse prestígio a par com a sua autonomia administrativa (que tornava o arcebispo e o cabido nos senhores e donatários da cidade), que permitiram que a cidade se mantivesse estável dentro dos limites da sua cerca, embora a qualidade do espaço urbano e o número de habitantes não evidenciassem a importância religiosa da cidade no contexto peninsular.

Braga medieval era, pela sua autonomia, concedida por coutos sucessivos e confirmações desde o século XI, um caso particular e específico no reino português que a aproximava a uma cidade estado, gerida por sucessivos bispos com o apoio do cabido da Sé. Uma cidade estado com o seu espaço perfeitamente delimitado por muralhas e que tinha no seu núcleo central como símbolo de poder a Sé Catedral, a partir

da qual e à sua volta, se marcavam os ritmos urbanos da então pequena mas, contudo, influente cidade dos arcebispos.

Era, precisamente, nas imediações da catedral, nas ruas contíguas e a sul, que se desenvolviam as atividades comerciais, em ruas e mercados aí localizados, como eram os casos dos mercados de olarias e cerâmicas da rua da Olaria, a praça das Panelas ou os Açougues (este últimos situados numa pequena travessa localizada junto à fachada principal da Sé Catedral), travessa que se iria manter até ao início do século XVI. Esta pequena travessa formava uma pequena praça na frente da Catedral, a qual se designava de praça da cidade (RIBEIRO, 2008; RIBEIRO e MELO, 2012).

Como referimos anteriormente, a Sé Catedral era o núcleo dominante e aglutinador de toda a urbe medieval. Urbe esta que tinha na rua do Souto (a sul da Catedral) um eixo que se revelaria também ele estruturante até aos dias de hoje, sendo que, esta rua fazia já na época medieval a separação norte e sul intra-muralha (OLIVEIRA, 1993).

A sul, a cidade com artérias arrumadas e alinhadas era na verdade um decalcar do traçado herdado da cidade romana de Bracara Augusta, que aproveitava também parte do limite norte da muralha romana. Esta parte sul correspondia ao perímetro amuralhado do período alto-medieval da ocupação da cidade, o qual era na sua dimensão e traçado, consolidada e habitada. A norte, a cidade era ainda no século XV uma área de poucas construções e ruas. Era essencialmente marcada por campos que lentamente viriam a dar lugar a novas construções nos séculos seguintes (Figura 1).



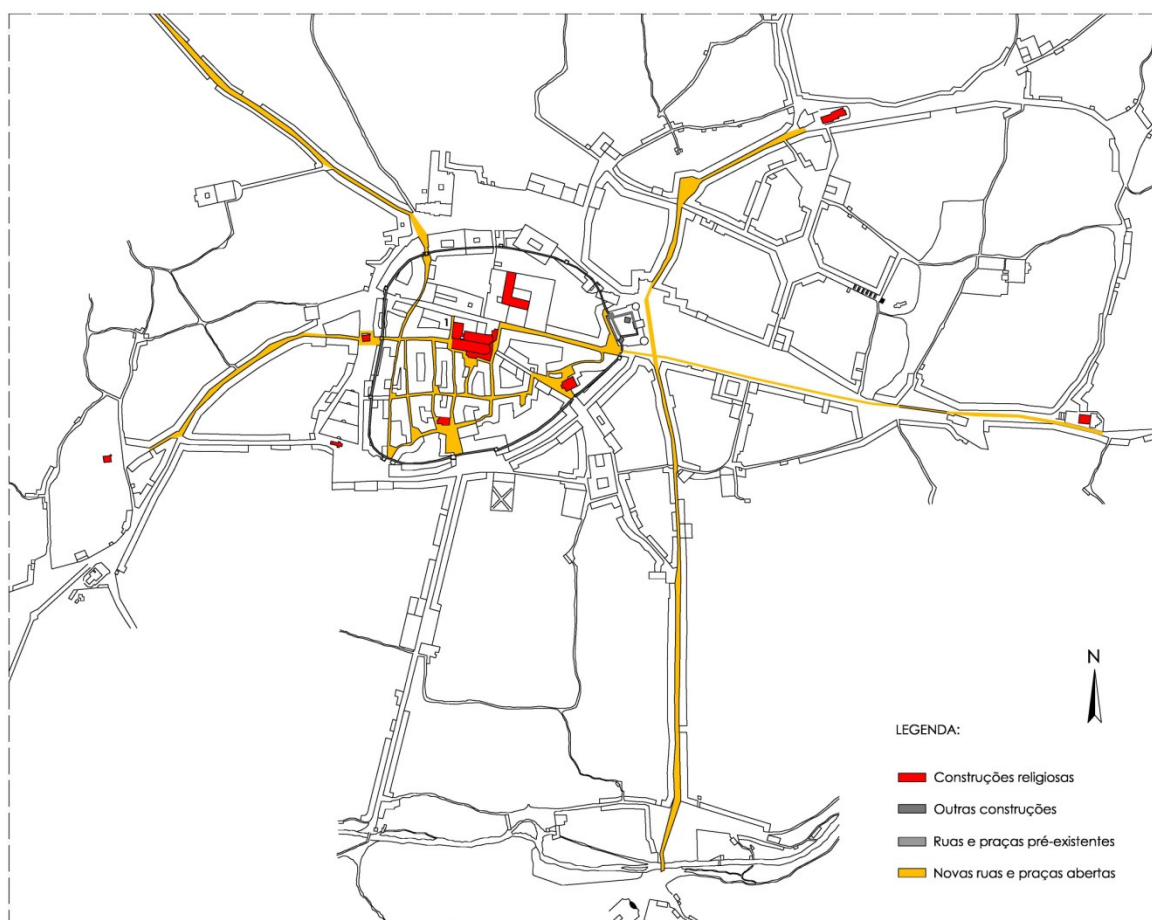


Figura 1- Planta sequencial da evolução urbana bracarense, a cidade no final do século XV (Fonte própria).

Além da Catedral, destacavam-se na cidade medieval outras grandes obras levadas a cabo pelo poder eclesiástico ou régio, como é o caso da ala medieval do paço episcopal, o castelo e a muralha, com esta última a aparecer documentada, pela primeira vez, no ano de 1161, embora seja possível que a sua construção tenha sido anterior, logo após a confirmação do couto de Braga em 1112, ou seja, antes mesmo da fundação de Portugal (COSTA, 1997-2000).

A muralha da cidade de Braga, tal como muitas outras no país, terá conhecido várias fases de construção. No século XI, a primitiva cerca tinha o seu perímetro em metade da área que se verificaria no início da época moderna e aproveitava parte do traçado da muralha romana. Com o aumento da população entre os séculos XII e XIII, o núcleo alto-medieval

começou a ser exíguo e o alargamento da muralha inevitável, tendo sido aumentada de forma faseada, culminando, a última fase, com a parte correspondente à muralha Fernandina (a última transformação da estrutura defensiva da cidade). No fim do século XV, a muralha tinha já a sua dimensão máxima em torno da Sé Catedral e incluía o paço episcopal e o castelo da cidade (RIBEIRO e MELO, 2012) (Figura 2).

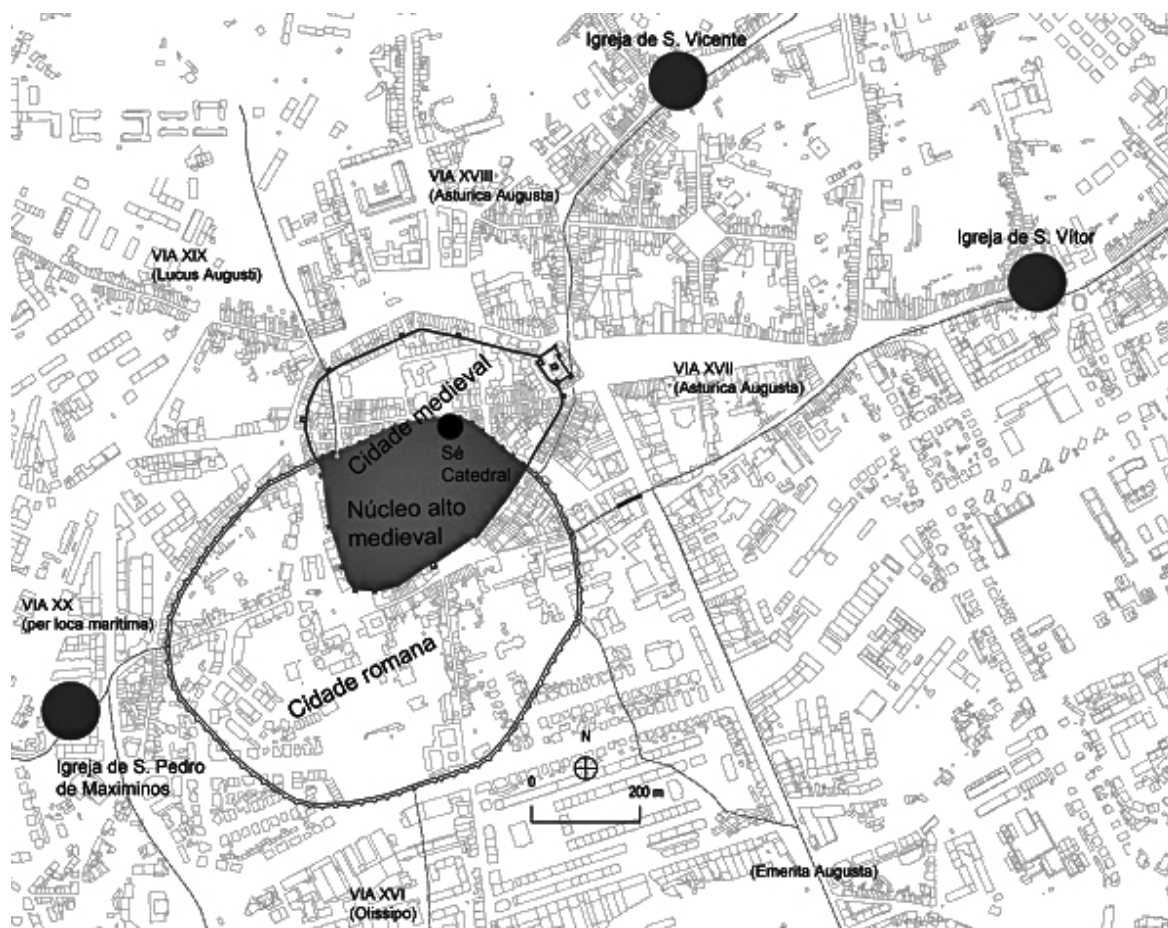


Figura 2 - Planta geral da evolução das muralhas de Braga (RIBEIRO, 2010:190).

No final do período medieval a cidade intra-muralha estruturava-se administrativamente em três paróquias, a da Cividade, a da Sé e a de S. João do Souto e a sua estrutura viária era composta por vinte e um arruamentos. Em termos de espaços públicos existia, a já referida, Praça da Cidade (em frente à Sé), o Terreiro do Castelo, o Largo de S. Tiago da Cividade e os modestos rossios ou largos de Santo António, do Pescado e o Rossio do Pão (MAURÍCIO, 2000).

O espaço periurbano apresentava duas paróquias, a de S. Victor e S. Pedro de Maximinos, com oito arruamentos que ligavam a cidade pelo exterior, bem como, três capelas (S. Vicente, S. Victor e S. Pedro de Maximinos), em volta das quais se formavam pequenos núcleos habitacionais.

Voltando ao espaço urbano intra-muralha, a cidade apesar de ser composta por uma certa sistematização a Sul, no restante sistema viário o traçado era irregular e os seus edifícios apresentavam-se assimétricos e desalinhados havendo, inclusive, alguns que avançavam sobre o espaço público ou mesmo precipitando as suas construções para as vias através de passadiços. As pavimentações das ruas eram predominantemente de terra batida, existindo, eventualmente, algumas ruas com partes em calçada de seixos, como era característico noutras cidades medievais (MAURÍCIO, 2000).

Na generalidade, e com exceção ao fragmento urbano herdado da cidade romana, a Braga medieval, pela sua irregularidade, disformidade e desalinhamento do edificado, apresentava uma imagem acanhada e pitoresca. Refira-se, aliás, como era frequente na Idade Média, uma cidade sem condições para um bom usufruto do espaço público, ruas estreitas, apertadas, sem condições e salubridade. As construções não respeitavam o alinhamento viário, as suas cérceas variavam a cada habitação e apresentavam em alguns casos um avançado estado de degradação devido aos materiais e técnicas construtivas da época que exigiam uma manutenção mais frequente.

Por fim, como complemento à descrição da cidade medieval bracarense, refira-se as palavras de D. Diogo de Sousa, em carta ao Rei D. João II, no ano de 1521, onde o arcebispo define de forma curta e esclarecedora a cidade medieval que herdara, achando-a *de barro e sem templos; nem gente, nem edifícios* (BRANDÃO, 1990:84).

## **2.2. D. Diogo de Sousa e o Renascimento na cidade de Braga**

D. Diogo de Sousa foi o mais destacado arcebispo da história urbana bracarense, o qual, a historiografia definiu como o *refundador da cidade de Braga* (FERREIRA, 1931:II:365). A este prelado estão associadas as maiores transformações urbanas a que a cidade assistiu até ao século XIX. Na verdade, a cidade idealizada por D. Diogo de Sousa seria a mesma que, na sua génese, ficaria na análise urbana a corresponder entre o fim da urbe medieval e todo o período moderno, pois *A Braga medieval acaba aqui (...)* (OLIVEIRA, MOURA e MESQUITA, 1982:25).

D. Diogo de Sousa nasceu na cidade de Évora no ano de 1461, era filho de D. João Rodrigues de Vasconcelos, senhor de Figueiró dos Vinhos e de Pedrógão e de Dona Branca da Silva, Filha de Rui Gomes da Silveira, Alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela. A sua formação académica iniciou-se em Évora e prosseguiu depois entre Lisboa, Salamanca e Paris. Era, portanto, um homem de estudos, facto que lhe permitiria mais tarde ter uma visão mais ambiciosa, que se refletiria na sua pretensão de mudar a face da velha cidade de Braga e dar-lhe a dignidade que correspondesse à importância histórica e religiosa que detinha no noroeste peninsular. A sua carreira eclesiástica iniciou-se, após a conclusão dos estudos superiores, como cônego na cidade de Évora, tendo sido nomeado pelo Rei D. João II deão da capela real. Contudo, o reconhecimento pela sua instrução e erudição levam-no pela primeira vez a Roma no ano de 1493, na embaixada ao Papa Alexandre VI, sendo após o seu regresso ao país nomeado Bispo do Porto, no ano de 1495 (MAURÍCIO, 2000).

Após uma permanência de 10 anos no Bispado portuense é, em 1505, novamente incorporado numa embaixada em Roma, desta vez em nome do Rei D. Manuel, para prestar homenagem e obediência ao Papa Júlio II (FERREIRA, 1931:II:356). É ainda durante esta segunda permanência em Roma que, a 11 de Julho de 1505, é promovido a Arcebispo Primaz de

Braga. Regressa para Portugal em Outubro desse mesmo ano, após uma demorada estadia em Itália, onde aproveitara para visitar várias cidades, com maior incidência na capital Italiana, onde encontrara o Renascimento no seu apogeu. Essa estadia em Itália permitiu-lhe viver e experimentar de perto esse, então para a época, estilo moderno, e trazer para Braga referências da recente linguagem renascentista (MAURÍCIO, 2000).

A 22 de Novembro de 1505, D. Diogo de Sousa chega a Braga, fazendo então a sua entrada solene na cidade e assumindo, pessoalmente, a governação do arcebispado para grande entusiasmo e alegria da população da cidade, pois há muito tempo que a população não via um prelado uma vez que os seus dois antecessores não haviam feito residência na cidade (CUNHA, 1635:II:292).

Feita a sua entrada solene em Braga e após tomar posse do arcebispado, D. Diogo de Sousa de imediato ocupa-se de levar a cabo as reformas necessárias da arquidiocese e começa também a planear as reformas urbanas necessárias para tornar a cidade medieval numa nova cidade, mais bela, arejada e moderna.

Como referimos anteriormente, D. Diogo de Sousa foi uma personalidade de sólida formação académica e humanista, o que o terá levado a querer resolver uma outra lacuna da cidade, a quase inexistente formação académica dos clérigos e da população, facto que o terá levado a fundar os primeiros estudos públicos da cidade (FERREIRA, 1931:II:385).

D. Diogo de Sousa que assistira ao apogeu do Renascimento da cidade de Roma, vira de perto o impacto e importância da materialização do poder através da arquitetura e da sua manipulação no espaço urbano, numa conjugação de arte e poder, não ficaria alheio a essa ligação que tinha então em Roma e Florença o expoente máximo da comunhão entre

a arquitetura e a religião. Era precisamente a Roma imponente, carregada de simbolismo nos seus templos cristãos, onde o clássico convivía com o moderno, que o arcebispo pretendia reproduzir em Braga, numa dimensão ajustada à realidade e à escala da cidade de Braga.

O entendimento do prelado sobre a cidade e a sua relação com a importância do arcebispado primacial tinha subentendida uma intencionalidade política. Este pretendia evidenciar o prestígio e a afirmação da cidade através dos novos conceitos arquitetónicos para a dignificar no espaço Ibérico, pois as renovações urbanas de outras urbes episcopais por toda a península, principalmente em território castelhano, obrigavam o país e, neste caso específico, a cidade de Braga, a não se deixar ultrapassar por afirmações de modernidade de outras sedes de poder religioso. Para isso, procurou aplicar em Braga os mais renovados cânones arquitetónicos renascentista, os mesmos que o Rei D. Manuel desejava aplicar por todo o reino e império português (CRAVEIRO, 2004).

A adoção deste novo estilo na cidade pressupunha, obviamente, inovação e conciliação com as opções arquitetónicas renascentistas, particularmente com os modelos da velha cidade de Roma. As transformações levadas a cabo pelo arcebispo na Sé Catedral, com o intuito de promover um “novo” templo na sua dimensão e inovação, tentavam precisamente responder a essa necessidade da cidade para o exterior. Refira-se que a primeira abóbada de combados realizada em Portugal foi construída na Catedral bracarense em 1509, sendo tal inovação arquitetónica, aplicada posteriormente noutras cidades portuguesas como é o caso de Viseu (MAURÍCIO, 2000).

Braga não seria caso único de aplicação dos então conceitos arquitetónicos modernos. Recorde-se que o reinado de D. Manuel também haveria de investir nos símbolos de poder arquitetónicos que se traduziriam num manuelino imponente do mosteiro dos Jerónimos em Lisboa (1517) e, posteriormente, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra

(1533) ou no convento de Cristo em Tomar (1541-42).

Contudo, Braga não se evidenciava apenas como um projeto arquitetónico que se restringia ao edificado, a refundação da cidade alargava-se a uma reforma urbana profunda que não havia sucedido com a mesma amplitude noutras cidades ou dioceses do país (DIAS, 1982).

Por outro lado, a construção ou reorganização da cidade obrigava à estruturação de um sistema no qual as funções e valores se traduziam em definições de espaços e na sua hierarquização através de monumentos, pelo controlo de proporções e pela manipulação subtil ou evidente de determinados volumes. Era, precisamente, através deste jogo que se iriam, posteriormente, destacar certas ruas e praças. Através da sua dimensão visual e arquitetónica e da magnitude estética e volumétrica, pela qual se faria subentender uma estratégia discursiva urbanística, própria das cidades renascentistas (MAURÍCIO, 2000).

É pelos vários motivos por nós referidos, e pelo sucesso da sua aplicação, que D. Diogo de Sousa ganha destaque primordial na história urbana da cidade, pela introdução dos conceitos renascentistas, pela sua iniciativa empreendedora e ousada, que visou abrir a cidade ultrapassando os limites amuralhados da pequena urbe medieval, e pelo seu sucesso que, ainda hoje, é uma referência na morfologia do casco histórico da cidade de Braga.

### **2.3. As transformações urbanas e as novas construções religiosas**

O início do século XVI coincide com a chegada a Braga de um dos mais proeminentes arcebispos da história eclesiástica e urbanística da cidade, D. Diogo de Sousa. Referia-se, aliás, que a história da cidade está intimamente ligada à dos arcebispos bracarenses, pois foram estes que, desde o século XI até ao século XVIII, foram senhores e donatários da cidade por força dos coutos que lhes atribuíam a administração da cidade.

O século que agora abordamos é o início de um processo de transformação urbana iniciado por D. Diogo de Sousa, que se vai estender até aos séculos seguintes, marcando um processo contínuo de evolução urbanística que parte de uma visão tardo-renascentista e termina num estilo barroco-rocaille (BANDEIRA, 2013).

Foi este arcebispo que, chegado à cidade, se dedicou a levar a cabo um processo de reorganização e expansão urbana que fosse capaz de lhe dar a dignidade de refletir a sua importância eclesiástica no território peninsular. Assim, este prelado deu início a um conjunto de melhoramentos e ampliação da cidade, abrindo ruas, praças e dotando-a de edifícios e fontanários essenciais à cidade e à sua população. Essas transformações foram desenvolvidas a dois níveis, um primeiro de carácter reorganizador dentro do perímetro amuralhado, e um segundo, mais expansionista, fora da urbe e que seria a base para o crescimento da nova cidade.

Dentro da cerca, os projetos empreendidos visavam a reorganização de traçados que antes eram irregulares, estreitos ou pouco salubres por ruas mais largas, alinhando-as e pavimentando-as, como por exemplo a rua dos Burgueses/Maximinos (atual rua D. Paio Mendes) em frente à Sé Catedral e a rua do Campo (atual traçado a Sul da Catedral na rua D. Frei Caetano Brandão) (Figura 3).



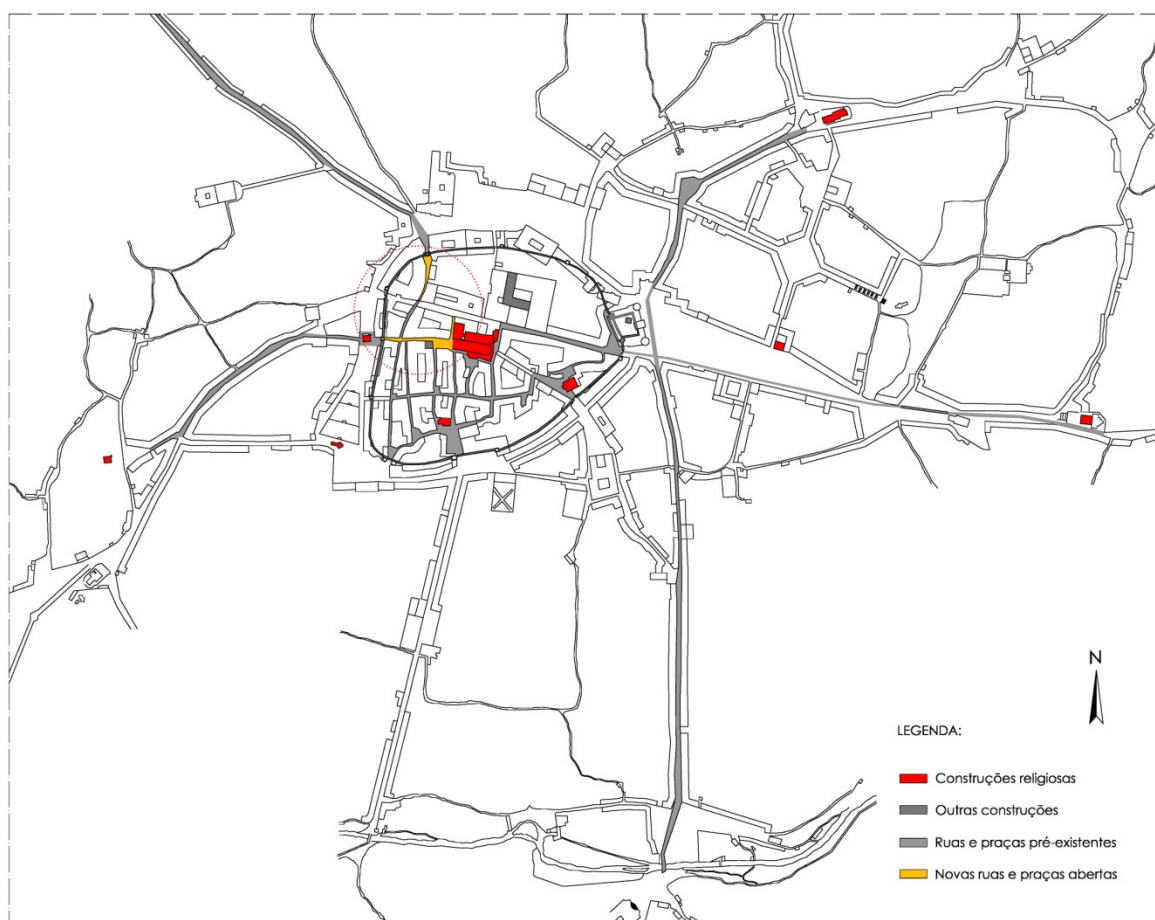


Figura 3 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, intervenções dentro da cidade amuralhada no tempo de D. Diogo de Sousa, século XVI (Fonte própria).

Refira-se que a requalificação da rua dos Burgueses/Maximinos compreendeu também a abertura de uma nova praça em frente à Catedral, a qual se denominava de Praça do Pão. Foi nesta praça que também, em 1518, foi mandada construir pelo arcebispo a nova casa da câmara da cidade, de cantaria, de dois sobrados com três entablamentos e ameias de fora, e assentos para as audiências, e em cima armários... em baixo um alpendre com dois arcos grandes e assentos de pedra para se vender o pão (FERREIRA, 1931:II:501). Este edifício viria mais tarde, já no ano de 1634, a ser ampliado (numa altura em que já apresentaria um considerável estado de ruína) e, no século XVIII, seria desmantelado como consequência da construção dos atuais paços do concelho (Figura 4).

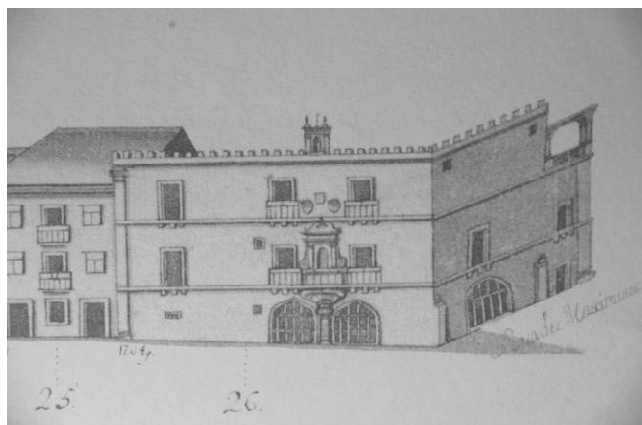


Figura 4 - Representação da Quinhentista Câmara de Braga em 1750 (MRB).

Mas não só de melhoramentos das vias existentes se fez notabilizar a evolução urbanística da época. D. Diogo de Sousa mandou abrir novas ruas dentro da cidade amuralhada, aumentando assim a mobilidade urbana e a sua ligação às portas da muralha, sendo que, destas devemos destacar, pela sua importância, a rua Nova de Sousa (atual rua D. Diogo de Sousa), com início onde, atualmente, se localiza a Igreja da Misericórdia e fim no Arco da Porta Nova, e a rua de S. João, com o seu traçado original compreendido desde a cabeceira da Sé Catedral até à Porta de S. João (demolida no ano de 1906).

A rua Nova de Sousa permitiu definir um eixo estruturante no interior da cidade amuralhada, que ainda hoje se conserva como uma das mais importantes ruas do centro histórico da cidade. Com a abertura da rua surgiu uma nova porta de entrada (na qual mais tarde no século XVIII se construiu o Arco da Porta Nova), bem como, um conjunto de pequenas praças, entre elas, a praça do peixe, a dos açougues, a da praceta da fonte de Sousa (Figura 5).

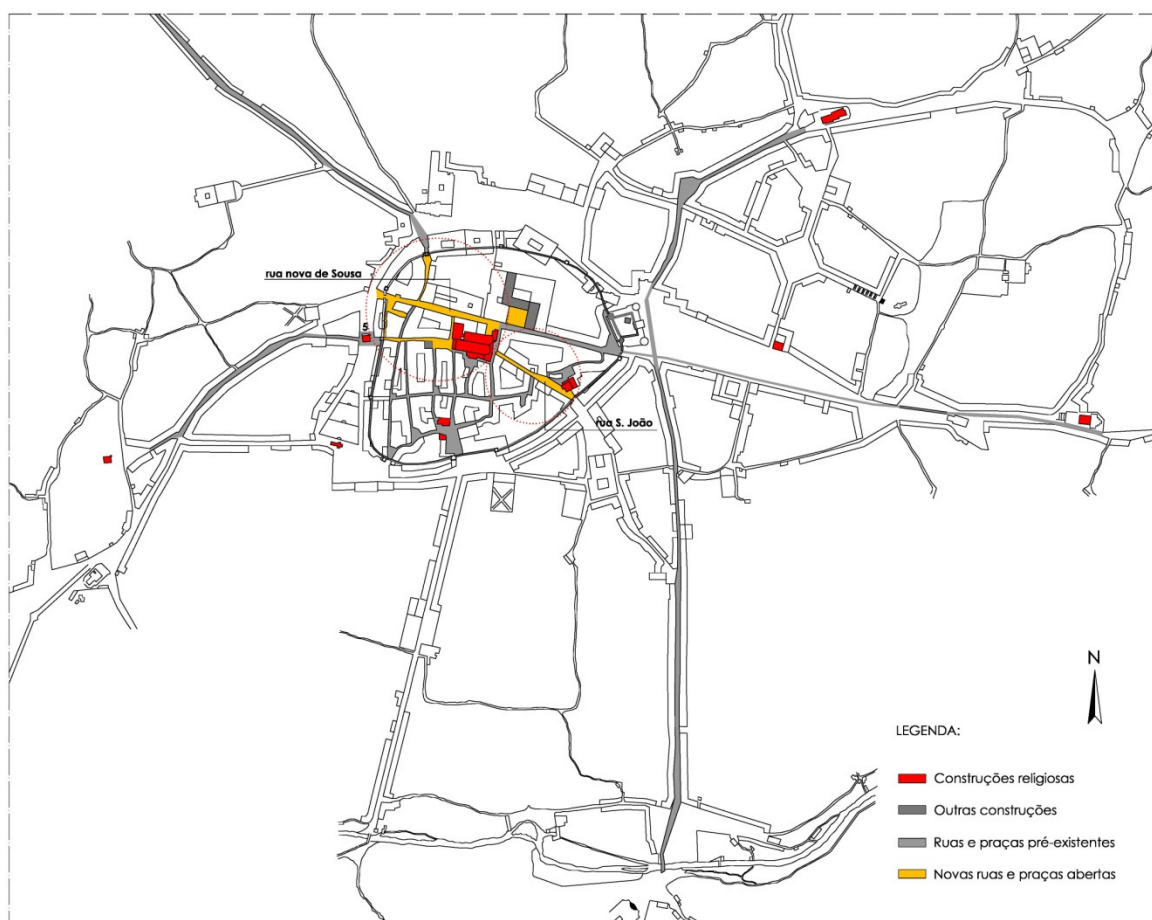


Figura 5 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura da rua Nova de Sousa e da rua de S. João no início do século XVI (Fonte própria).

Por outro lado, a rua de S. João, foi uma construção que revelou os primeiros passos de uma estratégia de crescimento da cidade para fora da muralha. Ao abrir esta rua estabeleceu-se uma ligação direta entre o núcleo central da cidade e um novo rossio às portas da muralha. Esta rua, além de definir um novo eixo de crescimento, veio prestigiar as novas transformações levadas a cabo na cabeceira da Sé Catedral que, refira-se, era o símbolo máximo do poder e o elemento centralizador e aglutinador de todo o tecido urbano, facto pelo qual a Catedral tinha natural importância nas ambições do arcebispo D. Diogo de Sousa (Figura 6).



Figura 6 - Rua de S. João com a cabeceira da Sé Catedral ao fundo, 2013 (Fonte própria).

A construção da Sé Catedral foi iniciada em 1089 pelo bispo D. Pedro (1070-1091), tendo-se revelado um projeto arquitetónico em constante transformação e ampliação (CUNHA e MARTINEZ, 1990) (Figura 7), facto pelo qual do primitivo templo apenas resta a estrutura geral, a Capela de S. Gonçalo e alguns elementos arquitetónicos como as arquivoltas românicas da primitiva porta de entrada e a porta do Sol.

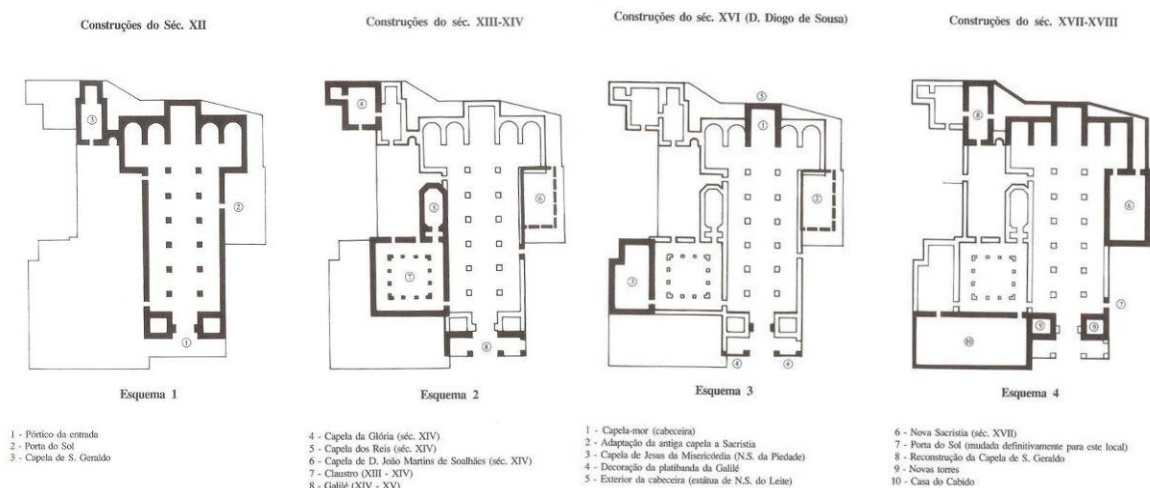


Figura 7 - Plantas esquemáticas da evolução da Sé Catedral (CUNHA e MARTINEZ, 2000:64-65).

Entre os séculos XIII a XV, a Catedral foi sujeita a sucessivas ampliações, datando deste período a construção do claustro, da Capela da Glória, da Capela dos Reis, da Capela de D. João de Soalhães e já na transição para o século XVI, a construção da galilé por D. Jorge da Costa (1501-

1505), sendo ainda com a construção da galilé inacabada que D. Diogo de Sousa tomou posse do arcebispado e, consequentemente, da cidade e das suas obras. Foi então sobre a égide deste prelado que se finalizou a decoração exterior da galilé, tendo sido esta a primeira intervenção realizada na catedral sobre a responsabilidade de D. Diogo de Sousa (CUNHA e MARTINEZ, 1990).

Refira-se que, desde então, se assiste a uma maior expressão artística e técnica na Catedral, sendo exemplos a abóbada de combados, construída em 1509 na Sé Catedral, a primeira deste tipo no país (MAURÍCIO, 2000), e também a decoração e ornamentação Manuelina que então foi feita na face exterior da cabeceira da Catedral, com a escultura de Nossa Senhora do Leite, da autoria do artista francês Nicolau de Chanterenne (CUNHA e MARTINEZ, 1990). Esta intervenção destaca-se do restante conjunto precisamente pela sua qualidade decorativa, principalmente pelo rendilhado esculpido na platibanda e pelo traço da cabeceira, sendo que todo este conjunto, levado a cabo por ordem de D. Diogo de Sousa, trouxe para a cidade talentosos artífices da altura provenientes da Biscaia, bem como o arquiteto e mestre do período manuelino João de Castilho, que projetou a nova cabeceira (Figura 8).



Figura 8 - Pormenor do rendilhado da cabeceira da Sé Catedral, 2013 (Fonte própria).

Estas intervenções na Catedral marcam o início de um projeto de dignificação do principal símbolo do poder da cidade, mas agora numa

nova dimensão artística e urbana. Artística porque com esta intervenção a Catedral passa a ser, além de um símbolo do poder eclesiástico, um símbolo de expressão artística, bem ao estilo renascentista que o prelado bracarense ambicionava introduzir na cidade. Urbana porque se abria para uma parte da cidade então sem relação visual e ligação direta para ela (referimo-nos à abertura da rua de S. João) e que vai criar um novo braço de extensão da cidade para o espaço periurbano das hortas de S. Marcos, local onde, no ano de 1508, se deu início à construção do hospital.

No que se refere ainda à rua de S. João, aberta no ano de 1512, refira-se a existência da Igreja Paroquial de S. João do Souto. Esta igreja, com a abertura da rua, passou a estabelecer uma relação visual desimpedida com a cabeceira da Catedral, dando, consequentemente, uma nova dimensão à medieval igreja paroquial, que assistiria (quem sabe como consequência dessa nova visibilidade) ser-lhe adoçada ao lado, no ano de 1515, uma nova capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição (ou vulgarmente conhecida por Capela do Senhor Morto) que foi mandada construir pelo Doutor João de Coimbra, provisor do arcebispo no tempo de D. Diogo de Sousa (BELINO, 1900) (Figura 9).



Figura 9 - Conjunto da Igreja paroquial de S. João do Souto e da Capela de N. Sra. da Conceição, 2013 (Fonte própria).



Outro complexo edifício existente dentro da cidade amuralhada, que seria sucessivamente ampliado e alvo de diversas intervenções ao longo dos séculos foi o paço episcopal, residência oficial dos arcebispos bracarenses, o qual no tempo de D. Diogo de Sousa vai ganhar definitivamente uma nova dimensão, quando o prelado decide realizar importantes obras, tentando com elas dignificar e dotar o edifício e o seu espaço envolvente de melhores condições e dignidade, destacando-se *uma escada nobre de pedraria sobre colunas e seis arcos; um jardim entre o paço e a Sé, e ao centro uma fonte monumental; na sala velha grande cinco câmaras espaçosas, etc.* (FERREIRA, 1931:II:395). Com estas intervenções ganhava destaque e magnitude, aquele que era o segundo símbolo de poder dos arcebispos na cidade.

Ainda dentro da cidade amuralhada, D. Diogo de Sousa, com a pretensão de dotar a cidade de estudos públicos, onde se deveriam instruir os clérigos e a população que a eles pretendesse aderir, principiou a sua fundação, a qual *diz-se tê-los fundado, sob o patrocínio de S. Paulo, doutor das gentes, na capela do mesmo nome, que de novo construiu á sua custa juntamente com o edifício anexo, próximo da porta de S. Tiago, da parte de dentro da cidade* (FERREIRA, 1931:II:388). Para tal, mandou construir a Capela de S. Paulo e um edifício anexo onde seriam lecionadas as aulas, sendo posteriormente demolidos com a construção do novo seminário e igreja. Esta primitiva capela ficava sensivelmente em frente da atual igreja do Seminário de S. Paulo e S. Pedro (obra posterior do arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582)), tendo sido construída nos primeiros anos do século XVI, não nos tendo sido possível apurar a data exata do início da sua construção em fontes documentais ou bibliográficas coetâneas.

Com estas transformações urbanas e a construção de novos equipamentos, a cidade começa a tornar-se polinucleada, a definir novos centros e lugares dentro do seu perímetro urbano, estendendo as funções

sociais da cidade numa rede que se expandia radialmente a partir da catedral e que se iria posteriormente estender para fora das muralhas.

Como referimos no início do capítulo, D. Diogo de Sousa levou a cabo um processo reorganizador e expansionista, primeiro dentro da cidade amuralhada e em seguida, fora da muralha, fazendo crescer novos espaços para onde desaguavam as várias portas da cidade, criando campos, largos e rossios, que se revelariam uns mais importantes que outros.

A primeira linha expansionista de Braga Quinhentista viria a acontecer no Campo de Santa Ana, atual praça da República e largo de Senhora-A-Branca, seguindo e absorvendo a medieval rua da Corredoura, cujo traçado tinha origem na estrada romana que seguia para Astorga (a via XVII). Este teria também o propósito de fazer a ligação entre a cidade e a freguesia periurbana de S. Victor, freguesia que desde a Idade Média constituía um importante polo de coesão social unificado através da sua igreja paroquial (Figura 10).



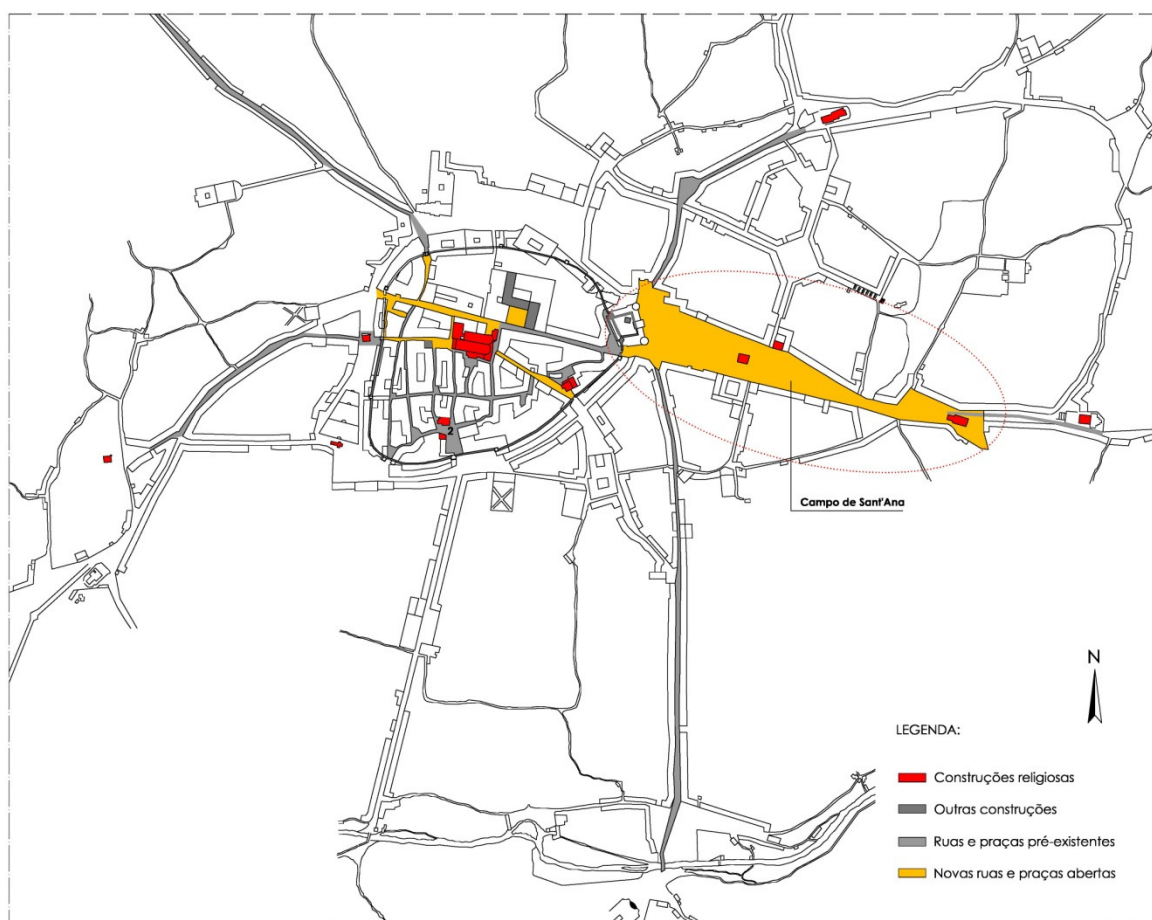


Figura 10 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do Campo de Sant'Ana, século XVI (Fonte própria).

Neste espaço do Campo de Santa Ana, será aplicado um novo princípio urbanístico e uma estratégia de captação social que evidenciam um novo paradigma urbano, introduzido por uma visão unitária de todo o espaço, ao invés de intervenções pontuais que se vão agrupando no espaço, como era patente na cidade medieval. Todo este vasto e amplo campo é dimensionado para integrar a Ermida de Santa Ana e a Igreja da Senhora-A-Branca, bem como as construções já existentes do castelo da cidade e da Capela de S. Gonçalo ou S. Bartholomeu, mandada construir no ano de 1500 pelo arcebispo D. Jorge (1448-1501), conforme atestava a inscrição existente sobre a porta da capela (BELINO, 1900). Esta capela foi, precisamente, a primeira construção religiosa edificada no século XVI que nos foi possível identificar na bibliografia existente, sendo, por isso, o primeiro edifício religioso construído no espaço onde surgiria nos anos

seguintes o Campo de Santa Ana.

A Capela de S. Gonçalo, a par com o castelo da cidade (demolido no início do século XX), fechavam o campo visual do Campo de Santa Ana em toda a sua extensão poente, ladeando ainda com a Porta de Souto. Contudo, estas construções, embora integrando todo o conjunto, não foram projetadas de novo, como a Ermida de Santa Ana e a Igreja da Senhora-A-Branca, que foram parte integrante do desenho do novo rossio público. Este espaço, pela possibilidade que abria para a construção de novo, era um campo privilegiado para a afirmação de novas representações arquitetónicas e espaciais livres de obstáculos. Foi, com esse propósito, que possivelmente se projetou no vasto rossio a ermida, construída ao centro do espaço aberto, desimpedida de obstáculos que permitiam o seu enquadramento visual e fácil identificação. Com efeito, *Santa Ana era o pólo aglutinador deste vasto terreiro encimado por Santa Maria-A-Branca a encerrar esta teia de relações visuais entre espaço construído e as experiências visuais e afectivas do colectivo urbano* (MAURÍCIO, 2000:93).

A Ermida de Santa Ana foi demolida no ano de 1769, existindo apenas registos bibliográficos, de memórias e icnografia coeva que nos permitem ter uma imagem aproximada do que seria na realidade, sendo que, o que se sabe através das fontes escritas, é que esta seria de planta oitavada, *com sua capella e escada, ladrilhada de cantaria e olivelada* (FERREIRA, 1931:II:504).

Todo este conjunto do Campo de Santa Ana seria encerrado com a construção da Igreja da Senhora-A-Branca, *com sacristia, alpendre e órgãos, ornamentos, campanário e sinos, e toda ladrilhada e olivelada e com frestas grandes e vidraças pintadas, e lajeada toda em lisonjas* (Ferreira, 1904: II: 504), *no local onde houve antigamente uma capella denominada de Nossa Senhora da Carreira* (BELINO, 1900:210), da qual existiam, possivelmente, algumas ruínas, a quando da construção do novo

templo. A Igreja da Senhora-A-Branca foi posteriormente intervencionada, no ano de 1769, alterando-se significativamente a sua fachada, sendo essa a que permanece até à atualidade.

Também com o propósito de dotar a cidade de equipamentos capazes de albergar os comerciantes que vinham de fora abastecer a cidade D. Diogo de Sousa mandou construir albergues e estalagens (à época designados de alfandegas) à entrada da cidade, na Porta Nova de Sousa (atual Arco da Porta Nova) e à Porta do Souto, já demolida, mas que ficava onde atualmente se localiza o largo do Barão de S. Martinho.

O albergue da Porta do Souto está na génese da fundação do edifício da arcada, no ano de 1716, sendo a sua primitiva construção os alpendres onde os comerciantes que vinham de fora vendiam os produtos que abasteciam a cidade. O albergue foi construído perto do castelo da cidade, à saída da Porta do Souto, aquando da construção de todo o Campo de Santa Ana, local que viria a tornar-se no principal ponto de encontro da cidade em detrimento da Sé Catedral.

Dando seguimento à pretensão de alargar a cidade para fora das muralhas, D. Diogo de Sousa continuou a financiar a compra de terrenos e a fazer os empraçamentos de espaços fora das portas da cidade. Foi criando, fora da cerca da cidade velha, as bases para a fundação de uma nova, mais ampla e arejada, dando lugar a espaços públicos como o terreiro da Porta Nova de Sousa, criado com a abertura da porta nova, e logo em frente, com o propósito de tornar aquele espaço ainda mais amplo, abriu o Campo das Hortas, espaço que ainda hoje conserva muito do seu traçado original, bem como o nome primitivo (Figura 11).

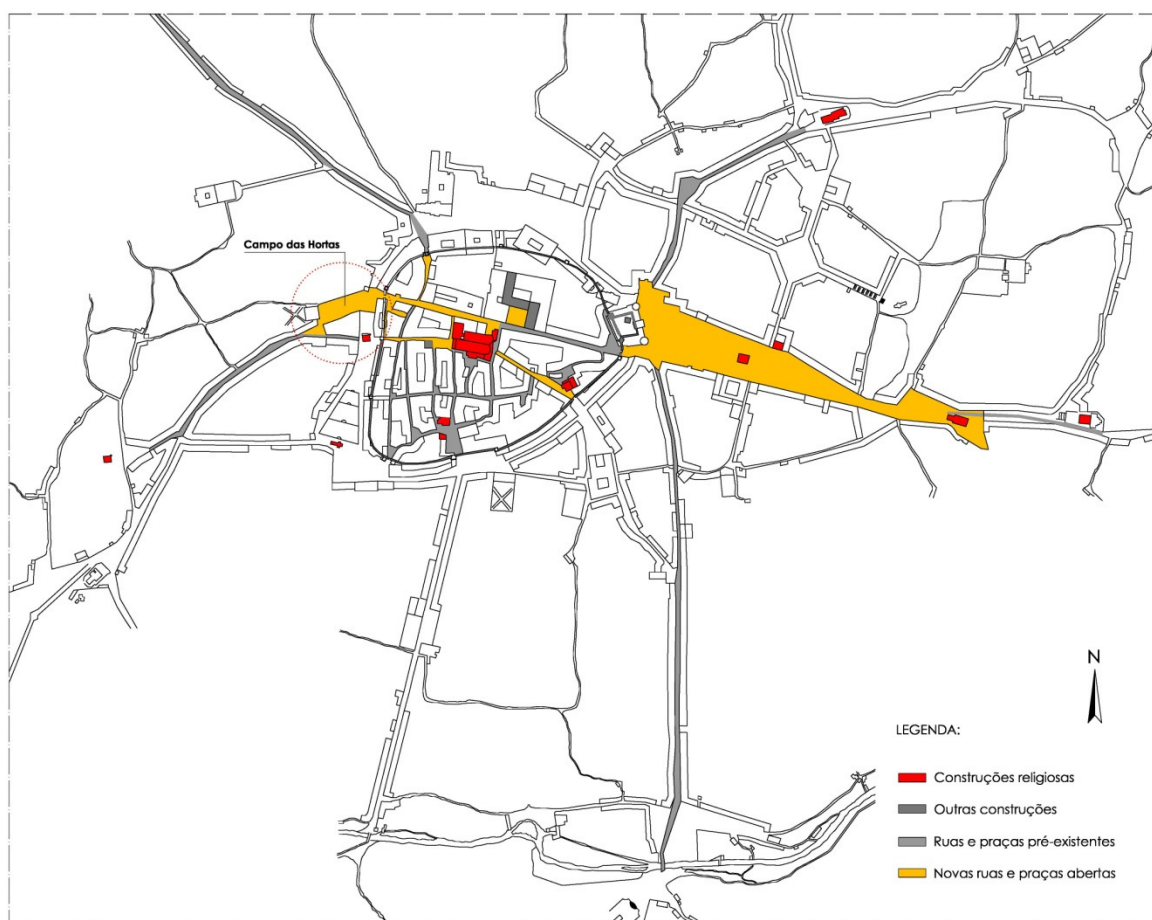


Figura 11 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do Campo das Hortas, século XVI (Fonte própria).

Continuando o seu processo expansionista, D. Diogo de Sousa mandou abrir a rua dos Biscainhos, ligando o novo espaço da Porta Nova de Sousa ao do Campo das Vinhas de S. Eufémia, sendo que o emprazamento do Campo da Vinha foi realizado ainda no tempo do arcebispo D. Jorge da Costa (1501-1505), mas apenas elevado a vasto espaço público no tempo de D. Diogo de Sousa, que aproveitou, assim, o emprazamento herdado após a aquisição dos terrenos ao seu proprietário, Affonso da Costa, Alcaide-mor do castelo de Braga, sobrinho do arcebispo (...) *tinha recebido d'este prelado em recompensa de altos serviços o emprazamento da vinha de Santa Eufémia, que D. Diogo de Sousa mais tarde converteu em rocio público, e, por isso, tomou o nome de Campo da Vinha* (FERREIRA, 1931:II: 57).

D. Diogo de Sousa fez, assim, de todo esse espaço rossio público, que compreende a atual praça Conte de Agrolongo e o largo do Pópulo e que, ainda hoje, é conhecido vulgarmente na cidade por Campo da Vinha (Figura12).

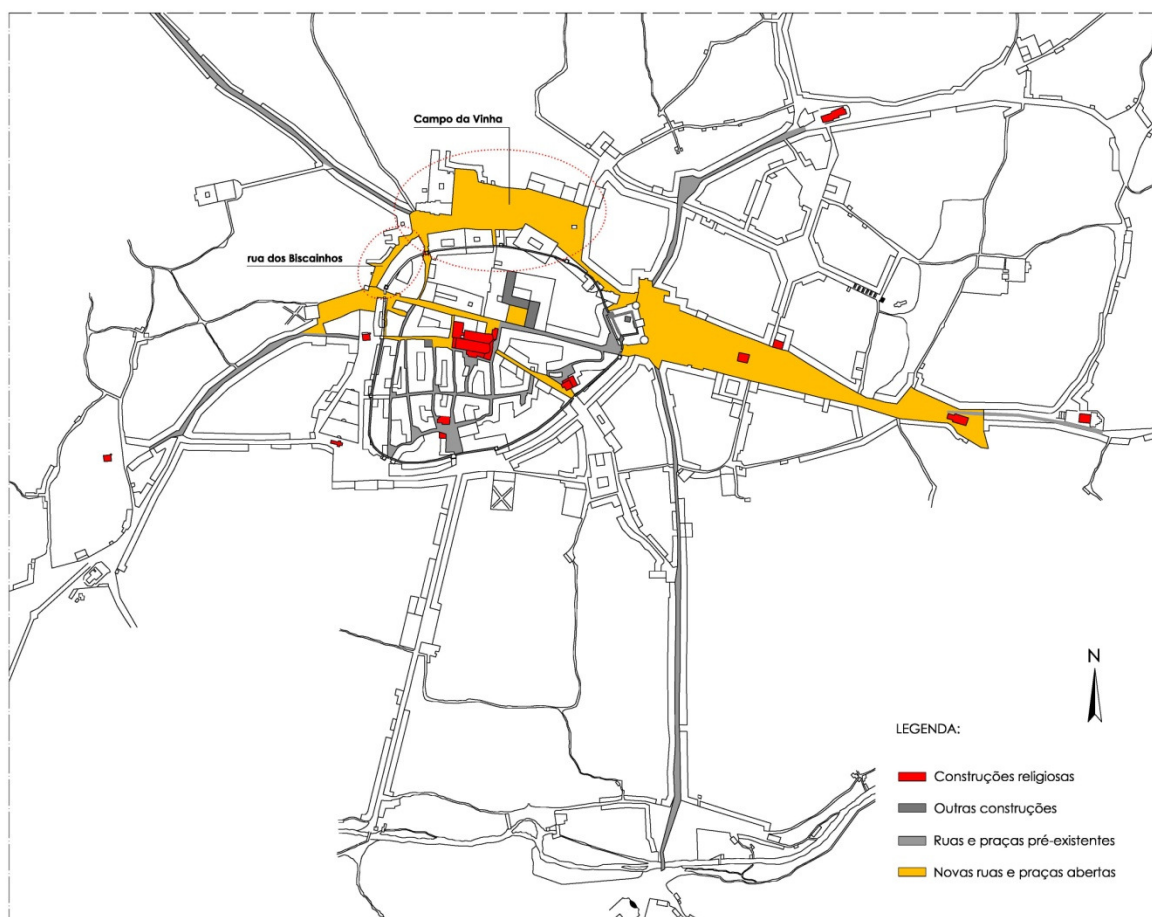


Figura 12 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do Campo da Vinha e rua dos Biscainhos, século XVI (Fonte própria).

Para Sul, junto à Porta Nova de Sousa, deu também continuidade à abertura de novos espaços públicos, sendo que para tal *comprou todo o chão que está de S. Miguel O Anjo para a porta de Sousa ... e fez d'elle o rocio que está ahi agora ... e ainda alargou muito o rocio que está entre S. Miguel-o-Anjo e S. Sebastião* (FERREIRA, 1931:II:505). Desta forma, tornou toda a extensão a poente da cidade, pelo lado de fora da cerca, num conjunto de espaços que passaram a estabelecer uma ligação e continuidade entre eles e estabelecendo, através das portas da cidade,

uma relação direta entre a cidade medieval e os espaços que então surgiam. Estes dois últimos espaços tinham como elementos aglutinadores as referidas capelas de S. Sebastião e de S. Miguel-O-Anjo, sobre as quais não é unânime a data da sua construção por parte da historiografia (Figura 13).

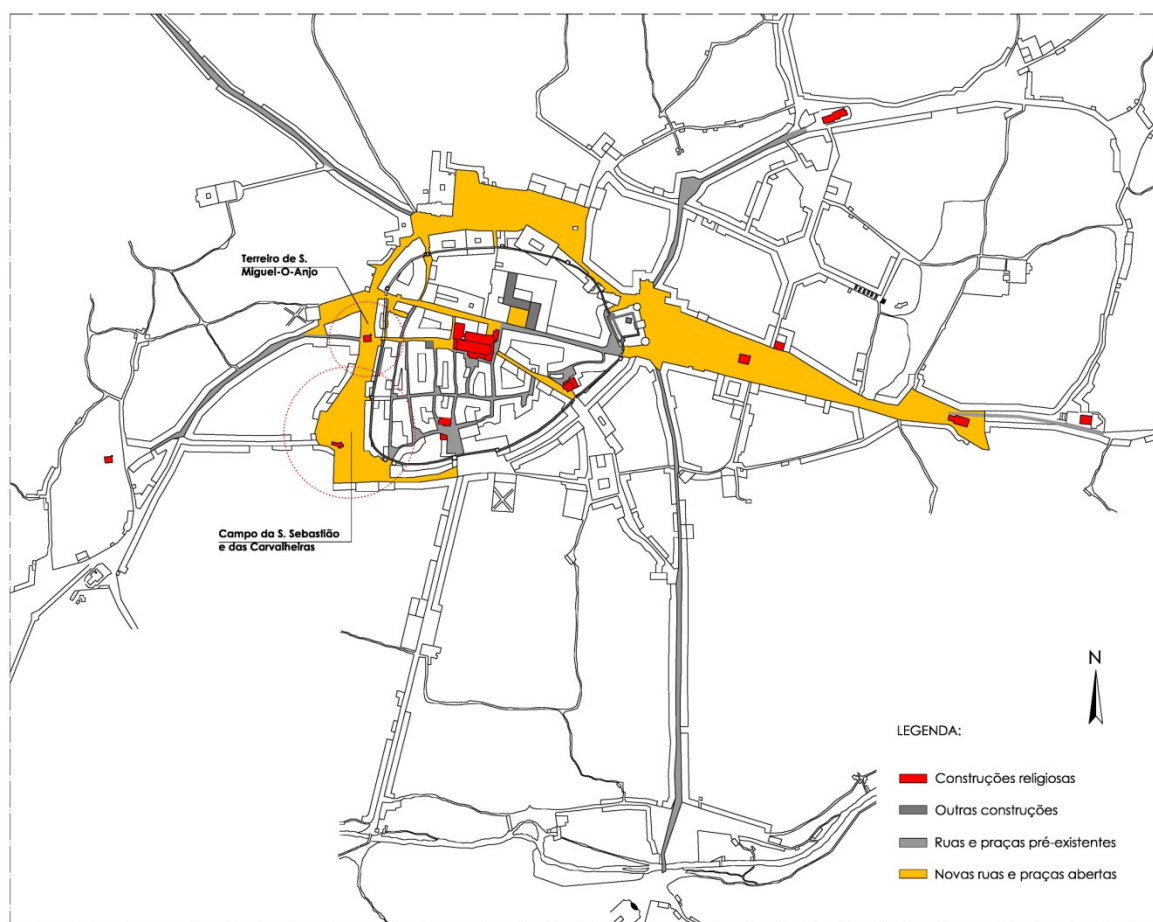


Figura 13 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do Campo de S. Sebastião, das Carvalheiras e de S. Miguel-O-Anjo, século XVI (Fonte própria).

A Capela de S. Sebastião tem sido apontada por alguns autores como Senna Freitas, nas suas *Memórias de Braga* como obra de D. Diogo de Sousa. Contudo, no Memorial completo das obras de D. Diogo de Sousa, da autoria do Cónego Tristão da Silva, secretário do referido arcebispo (este memorial encontra-se registado no livro 304 do registo geral fls. 316-334, no Arquivo Distrital de Braga), há referência a obras nesta capela em que o autor escreveu que o prelado *mandou ladrilhar a capella de S.*

*Sebastião de cantaria e lisonja*. Ora, entendemos ser inconclusiva a data de construção da mesma, pois os registos das obras de D. Diogo de Sousa apenas referem ter sido realizada uma intervenção no templo e não a sua construção, devendo para tal ser ponderada a forte possibilidade de esta ser uma obra anterior ao século XVI.

Quanto à Capela de S. Miguel-O-Anjo, verifica-se a mesma incongruência, pois no memorial das obras de D. Diogo de Sousa, há referência a obras nesta capela sobre a qual se diz que este arcebispo *mandou ladrilhar a capella de S. Miguel-O-Anjo*, contudo, segundo Albano BELINO (BELINO,1900:260), na sua obra *Archeologia Cristã*, refere-se à capela descrevendo-a como *de architectura simplíssima... fundada no anno de 1591 por um devoto rico, do qual não consta o nome*. Aqui mais uma vez as informações são escassas e inconclusivas, pois se Tristão da Silva refere obras na Capela de S. Miguel-O-Anjo, pressupõe-se que a sua construção seja anterior, em data não determinada, logo incompatível com a única data que nos foi possível apurar. Apenas nos é possível, com os dados existentes, lançar mais uma hipótese, e que queremos ser a mais plausível, sendo a de que a construção primitiva será anterior ao século XVI, a qual sofreu obras no tempo do arcebispo D. Diogo de Sousa (altura em que a mesma foi ladrilhada) e que terá posteriormente, no ano de 1591, sido feita nova intervenção a expensas de um devoto rico (que lhe colocou uma inscrição sobre a porta). Ainda assim, certa é a data da demolição da Capela de S. Miguel-O-Anjo, e posterior construção noutra rua da cidade (rua Cardoso de Avelino), Foi no ano de 1882, altura em que devido a transformações urbanísticas nesse local a capela ficou desalinhada e a obstruir a via pública, pois ficou implantada em cima de um cruzamento de ruas.

Assim, pese embora as incertezas, derivadas da falta de informações taxativas quanto à data das primitivas construções acima referidas, é irrefutável que estas são anteriores à abertura destes espaços entre S.



Sebastião e o Campo das Hortas, fazendo com que todo este espaço fosse projetado tendo como elementos estruturantes os dois templos existentes.

Abordamos, anteriormente, a importância da abertura da rua de S. João, que ligava a cabeceira da Catedral ao rossio de S. Marcos, pela sua importância em abrir um novo eixo de crescimentos na cidade. Esse processo de crescimento deu-se a partir de numa sucessão de ruas abertas, que começou com a rua de S. João e ligou diretamente a cidade ao rossio de S. Marcos, que por sua vez, a partir da abertura da rua dos Granjinhos, ligou a cidade à rua da Ponte de Guimarães.

A criação do rossio de S. Marcos tem, na sua origem, a construção do hospital e capela de S. Marcos que, embora tenha sido mandado edificar a expensas e ordem do arcebispo bracarense, não é um edifício que se enquadre no âmbito da arquitetura ou construções religiosas. Contudo, devido à sua importância no crescimento da cidade, entendemos ser imprescindível a referência a este equipamento na história urbana bracarense, e particularmente na abertura do rossio de S. Marcos.

Aquando da sua chegada à cidade, D. Diogo de Sousa deparou-se com um hospital sem condições e em casa imprópria, que se localizava na rua Nova ou do Campo, local onde se deu início à sua constituição por um cónego de nome Diogo Gonçalves. No ano de 1508 o arcebispo tomou conta da obra e mandou edificar neste arrabalde da cidade um novo hospital e *atendendo a que este logar da ermida de S. Marcos era o mais apto para n'elle serem agasalhados os pobres, peregrinos ou passageiros... resolveu transladar o sobredito hospital da rua nova, com toda a sua renda, para as casas junto da referida ermida de S. Marcos* (FERREIRA, 1931:II:376). Depois de escolhido o local, mandou então construir o novo edifício para o hospital de S. Marcos que *foi na sua origem uma albergaria e a sua construção deveu-se ao grandioso arcebispo D. Diogo de Sousa* (FERREIRA, 1931:II:377).



Em simultâneo a esta importante construção na cidade, comprou os terrenos entre o hospital e a Porta de S. João, fazendo de todo esse espaço rossio público. Posteriormente, no seguimento deste rossio, abriu a rua dos Granjinhos, possibilitando assim uma ligação à estrada que leva para Guimarães. Ao fundo da rua que abria, na ligação com a rua das Àgoas, *Fez de novo a Gafaria com sua capella olivelada e ladrilhada de pedra, com seu alpendre* (FERREIRA, 1931: II: 505).

Neste conjunto de intervenções verifica-se uma sucessão de novos espaços, tendo como suporte, edifícios estruturantes. Embora alguns deles, na sua essência, não sejam de cariz religioso, não deixam de estabelecer uma ligação ao culto através de capelas a eles anexadas. No hospital é construída a capela para albergar a primitiva Ermida de S. Marcos e na Gafaria é construída uma capela para que os Lázaros aí pudessem rezar (dando esta posteriormente lugar à Igreja Paroquial de S. Lázaro). Refira-se, ainda, que foram obras construídas sobre a égide do poder eclesiástico, tendo os arcebispos como mentores e patrocinadores das obras (Figura 14).

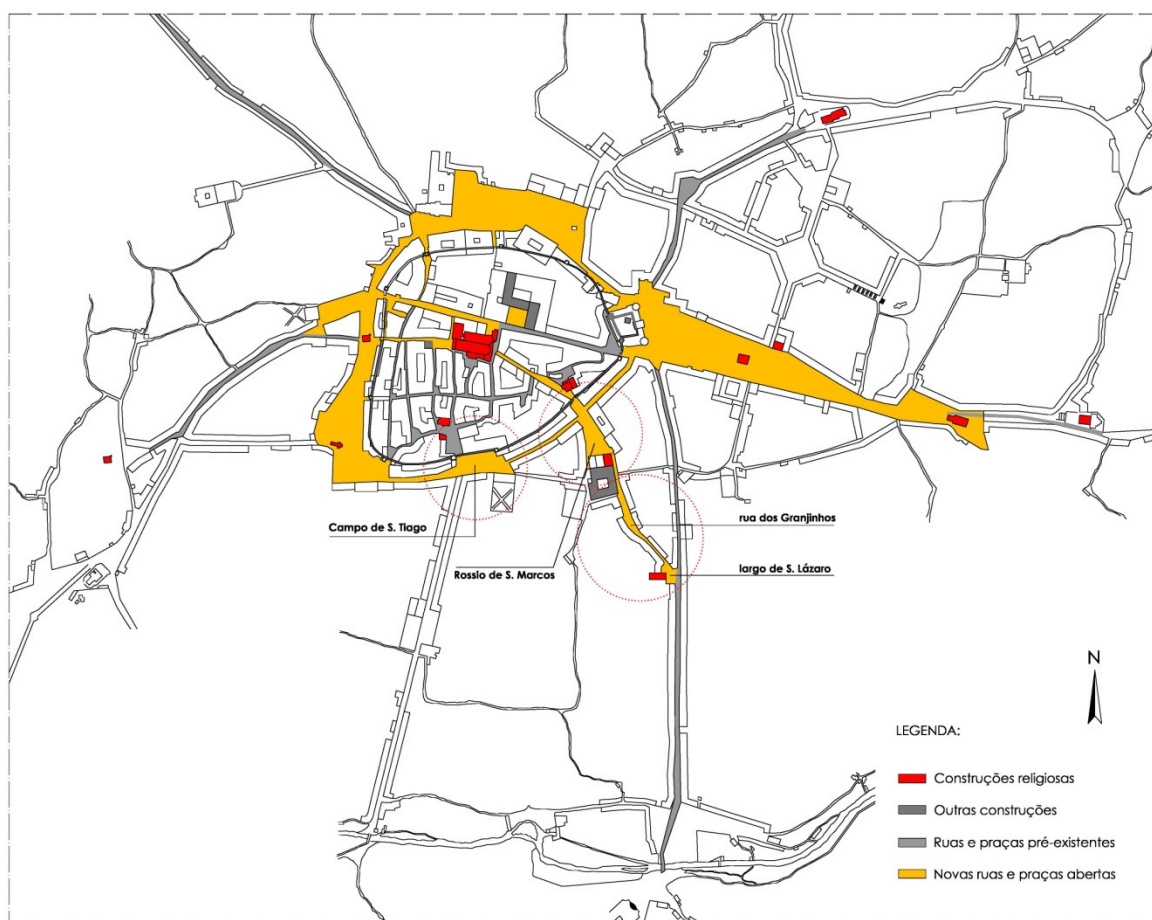


Figura 14 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do Campo das Hortas de S. Marcos, rua dos Granjinhos, rua de S. Marcos e Campo de Santiago, século XVI (Fonte própria).

Com a abertura destes espaços, a cidade ganhava uma nova dimensão, a partir de um conjunto de rossios e campos que, à volta da muralha, criavam um novo anel que era necessário preencher, mantendo os elementos identitários do espaço, sendo que para tal, a (re) edificação de capelas aparece sistematicamente associada a definição de amplos espaços descampados em seu torno (MAURÍCIO, 2000:80). Esta relação acontece precisamente com os novos espaços das capelas de S. Sebastião e S. Miguel-O-Anjo. Nas situações que tal não acontece, estas são projetadas em conjunto com todo o espaço a abrir, como é o caso do Campo de Santa Ana e respetiva ermida.

As transformações levadas a cabo por D. Diogo de Sousa são planeadas ao nível dos vários edifícios e espaços existentes, bem como, pensando e

abrindo uma nova cidade a partir de campos e rossios, dotando, cada um deles, de elementos novos ou pré-existentes que os ancoram e reforçam a sua importância.

Efetivamente, em Braga verifica-se um dos mais precoces planeamentos urbano-arquitetónicos dos séculos modernos em Portugal, com a cidade a recuperar o sentido da inovação e da afirmação como epicentro inventivo e criador de outros programas de cidade.

*Em Braga ter-se-á dado e consumado um programa para-renascentista que outras cidades portuguesas bem mais tarde elevariam a níveis mais complexos e igualmente merecedores de reflexão. Lembremos a Coimbra da época de D. Fr. Brás de Barros e da instalação da universidade (1537) ou a própria Lisboa quinhentista (MAURÍCIO, 2000:196).*

Com a morte de D. Diogo de Sousa, em 1532, a cidade perdia o homem mas não o seu legado urbanístico, pois iria manter-se como a base de orientação para o seu crescimento urbano, pois *as novas ruas, as novas praças (campos) terão permitido ver aos cidadãos que a sua vida não se confinava a ruelas estreitas e largos diminutos mas a horizontes mais largos; que seriam, aliás, dominantes 40 anos mais tarde, na nova classe industrial surgida da contra-reforma (OLIVEIRA, MOURA e MESQUITA, 1982:26).*

Nos anos que se seguem a cidade vai preencher os espaços abertos, construindo igrejas, capelas, conventos ou recolhimentos, que permitirão transformar os novos espaços em mancha urbana contínua, tendo estes edifícios a função de ancorar os novos espaços abertos à cidade existente e dotar cada um desses rossios de símbolos e funções. Esta associação de símbolos e funções dos novos espaços é inequívoca no então novo rossio de S. Marcos, local onde o hospital e a ermida dão o nome ao espaço aberto e lhe atribuem uma função social. Com a construção do Convento dos Remédios, vai dar-se uma transformação da função do espaço e uma mudança no simbolismo do local para os

bracarenses, que o passariam a associar ao convento, em detrimento do hospital, mudando-se assim o nome deste espaço público para Campo dos Remédios.

O Convento de Nossa Senhora dos Remédios, Piedade e Madre Deus (ou vulgarmente designado apenas de Convento dos Remédios), foi o primeiro convento a ser construído na cidade de Braga. A sua instituição e construção tiveram como mentor e fundador D. Frei André de Torquemada, coadjutor do arcebispo D. Diogo de Sousa que o havia nomeado para as funções no ano de 1523 (FERREIRA, 1931:II:171).

O convento ocuparia, precisamente, a casa deste franciscano e os terrenos adjacentes. A obra iniciar-se-ia no ano de 1544, tendo decorrido de forma célere pois, passados cinco anos, estava concluída toda a obra, já na prelazia do arcebispo D. Manuel de Sousa (1545-1591). Sendo o Convento dos Remédios o primeiro a ser construído na cidade, teve grande impacto e aceitação por parte da população, tornando-se um equipamento de eleição, que *teve por isso preferência a sua igreja para serem sepultadas n'elle todas as pessoas nobres* (BELINO, 1900:171) (Figura 15).



Figura 15 - Convento dos Remédios, 1909 (MI/CMB).

Este convento viria a ser aumentado no século XVIII, tornando-se o maior complexo conventual da cidade, como veremos mais adiante. Esta foi a

mais significativa obra edificada na cidade, sob a égide do arcebispo D. Manuel de Sousa, contudo, não foi mentor este prelado, visto à sua chegada para tomar posse da cidade, o convento já estar em construção.

Ao arcebispo D. Manuel de Sousa, devem-se, ainda assim, a construção de uma nova ala no edifício do Paço Episcopal bracarense, para nela se abrigarem os vários cartórios e arquivos eclesiásticos e, posteriormente, o tribunal ou auditório da relação, bem como a já inexistente Capela de Nossa Senhora da Nazaré, esta última, mandada construir no ano de 1546, a expensas do arcebispo no terreno das hortas dos paços arcebispais. Refira-se que esta capela teve uma existência atribulada pois, anos mais tarde, em 1572, seria inutilizada por ordem do arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582) *quando este fundou no Campo da Vinha o Seminário de S. Pedro, abrindo então sobre a muralha uma passagem com o fim de o visitar diariamente* (BELINO, 1900:244). Mais tarde, com o projeto de alargamento do Paço Episcopal, esta foi deslocada para o terreiro do postigo de Santo António, já durante a primazia de D. Frei Agostinho de Jesus (1587-1609), e com a passagem para este local a Capela de Nossa Senhora da Nazaré vai ver o seu nome alterado para Capela de Santo António (Figura 16).



Figura 16 - Capela de S. António (à esquerda), 1862 (fotografia de Antero Seabra).

Durante os anos que medeiam a fundação e deslocalização da Capela da Nazaré ou de Santo António será construída, também, a Igreja da

Misericórdia e a rua em frente, com o nome de rua dos Gatos (atual rua da Misericórdia), e ainda reconstruída a Igreja de S. Vicente, que na altura dava nome a uma localidade periurbana da paróquia de S. Victor, que tinha como elemento de suporte da sua população a capela de dedicação a S. Vicente, de presumível origem visigótica, como indicia uma inscrição lapidada numa pedra existente na sacristia da atual igreja que foi reconstruída pela primeira vez no ano de 1565 (BELINO, 1900).

A Igreja da Misericórdia, obra da Irmandade da Misericórdia, teve o início da sua construção no ano de 1560, *no local em que havia umas moradas de casas... as quaes D. Diogo de Sousa lhe oferecera, pela cedência da capella de Jesus* (BELINO, 1900:161). Foi no lugar dessas casas que então se deu início à sua construção, demorando a obra de pedraria dois anos a concluir. Contudo, só em 1571 é que se dá a passagem da confraria definitivamente para a igreja.

Ainda relativamente à Igreja da Misericórdia, refira-se que esta tinha na sua primitiva construção uma varanda com escada de acesso ao templo e, por baixo, uma fonte que, no século XVIII, foram desfeitas, alterando-se a escadaria para a que existe atualmente (Figura 17).



Figura 17 - Rua e Igreja da Misericórdia, 2013 (Fonte própria).

Com a construção da igreja surge, também, uma nova rua. A rua dos Gatos (atual rua da Misericórdia), ao ser aberta, veio permitir uma ligação e relação visual diretas com uma das entradas da cidade. Esta rua



mantém, até hoje, o mesmo traçado, desde a fachada da igreja até à Praça do Município, seguindo, posteriormente, pela rua de Santo António até ao postigo do mesmo nome, que dava acesso ao Campo da Vinha (Figura 18).

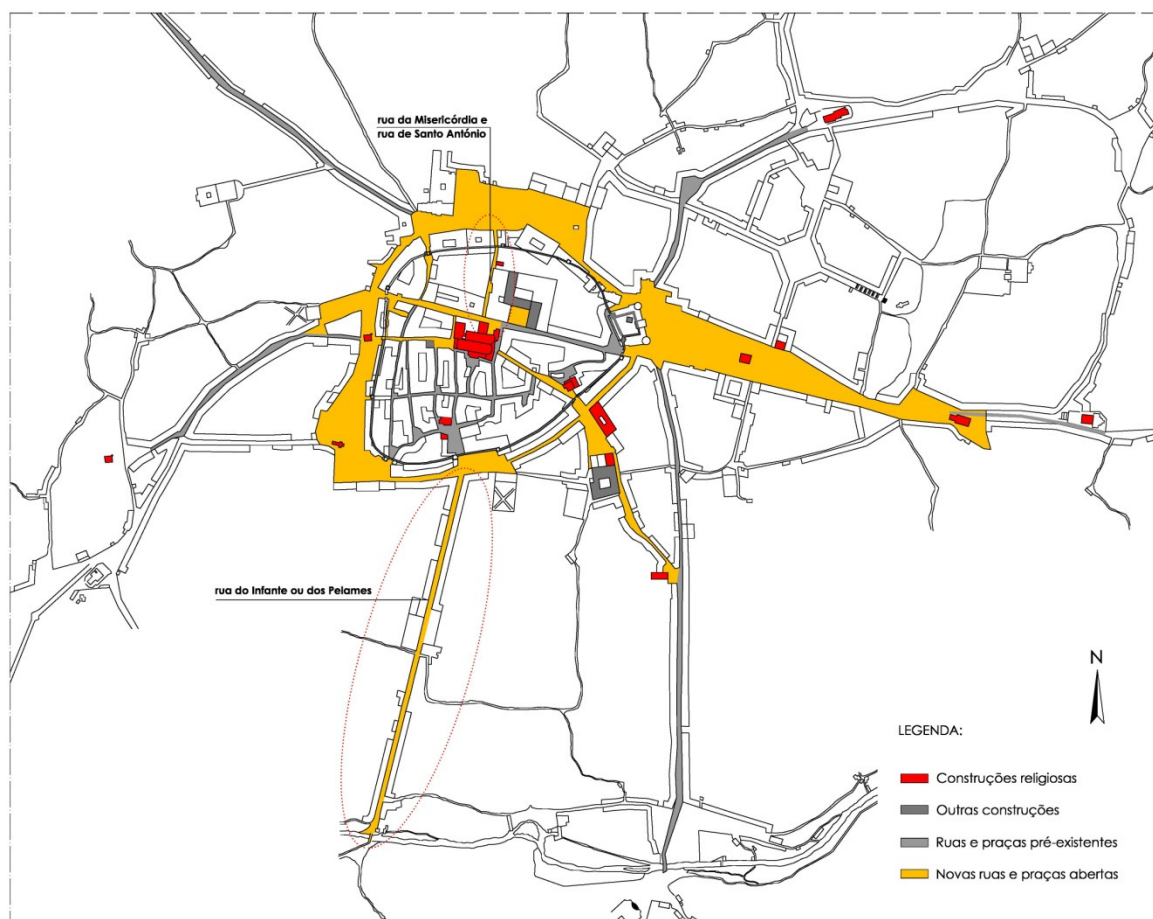


Figura 18 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura da rua dos Gatos (atual rua da Misericórdia) e rua do Infante (ou dos pelames), século XVI (Fonte própria).

É precisamente da veneração e devoção à imagem do postigo de Santo António e à sua capela que vai ser originário o nome de um novo recolhimento na cidade, o qual se denominaria de Recolhimento das Beatas de Santo António do Campo da Vinha. O recolhimento foi fundado no ano de 1588 pelo Reverendo Domingos Pires, que era abade reservatório de S. João da Balança (BELINO, 1900), em casas propriedade do seu fundador e que haviam sido adaptadas para o efeito.

Por altura da instituição deste recolhimento assiste-se também à abertura

das hortas do paço dos arcebispos (atual Praça do Município) a espaço público por iniciativa de D. Frei Agostinho de Jesus, por volta do ano de 1588, passando a chamar-se Campo dos Touros, criando assim um novo e amplo terreiro no qual se realizavam os jogos equestres da cidade e que nos séculos seguintes vai ganhar novas funções e prestígio (Figura 19).

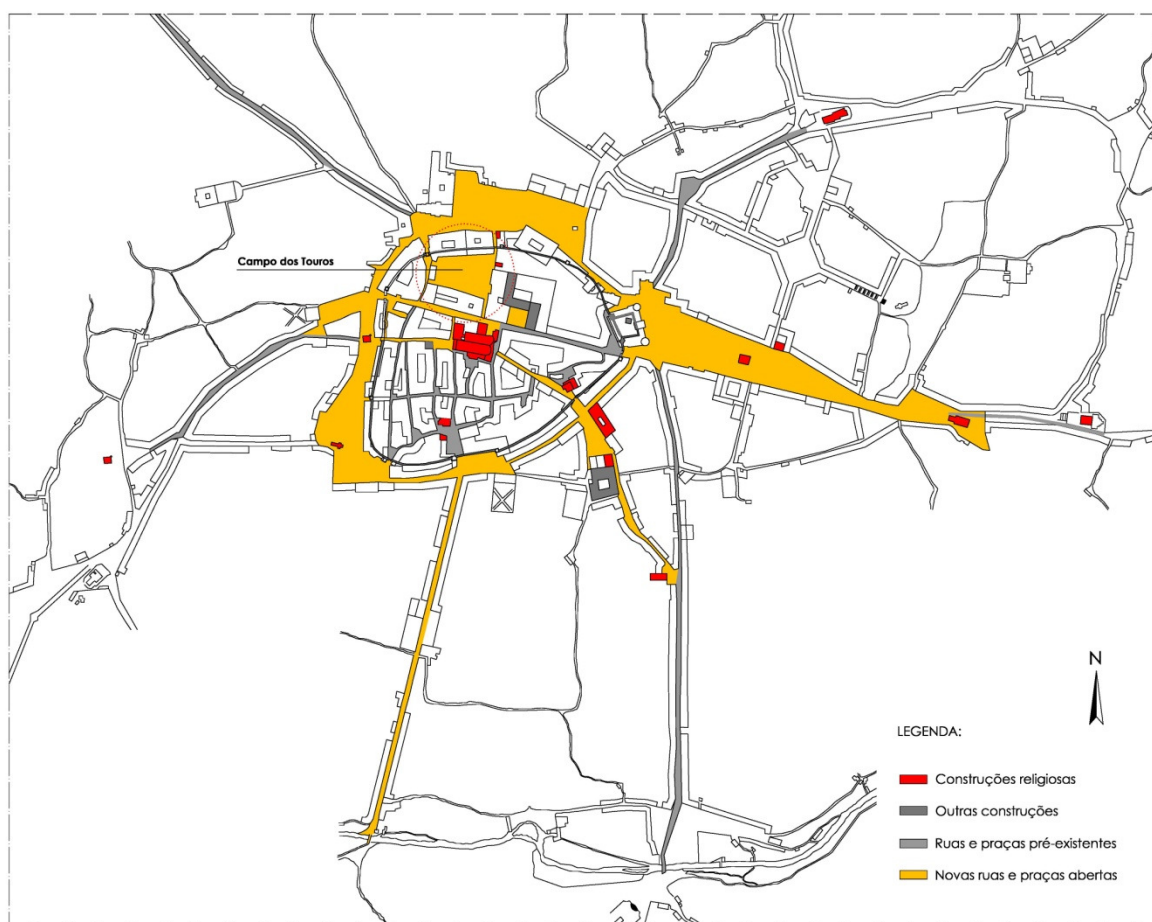


Figura 19 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do Campo de Touros, século XVI (Fonte própria).

Na sua configuração primitiva, o Campo dos Touros tinha a este o complexo do Paço Episcopal, e era contornado por pré existências da rua Nova do Sousa e da rua do Campo e por casas que encostavam com a muralha da cidade, entre as quais a Capela da Nazaré ou de Santo António. Com a sua abertura, este espaço público passou a ser a maior praça existente dentro da cidade amuralhada que, através de um postigo (o de Santo António), estabeleceu uma ligação privilegiada e direta ao



Campo da Vinha. A abertura do Campo dos Touros veio precisamente colmatar a falta de um espaço público que fizesse a ligação da zona sul da cidade à sua vertente exterior a norte, local onde havia sido aberto o Campo da Vinha e onde se assistia ao surgimento de importantes construções religiosas.

Essas novas construções, pela sua importância, viriam a dar uso e função ao vasto espaço público aberto no início do século XVI, que sem a construção de edifícios de vulto, como os que se verificaram, possivelmente, não teria conseguido afirmar-se com a importância e dimensão que estes equipamentos lhe deram.

A primeira das construções que vai ser estruturante para o sucesso e consolidação desse, à época, ainda recente espaço público, foi o Seminário de S. Pedro, de fundação e construção da autoria do arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582), no fim do ano de 1571 ou princípio de 1572 no Campo da Vinha, na sua vertente sul, desmantelando-se, para a sua construção, parte da velha muralha da cidade, cujo traçado coincidia com o local de implantação do seminário.

A fundação deste seminário dava continuidade às orientações dadas em Roma a quando do concílio de Trento *que mandava estabelecer nas sédes das dioceses seminários para a formação dos ecclesiásticos* (FERREIRA, 1932:III:42).

As obras de construção do seminário foram levadas a cabo de forma célere, sendo que, ainda no ano de 1572, já estavam a ser nele instalados os primeiros seminaristas de S. Pedro. Refira-se ainda que, além de rápida, esta construção ainda provocou discórdias entre o cabido e o arcebispo, pois o cabido *dizia não ser urgente a fundação do seminário, visto existir o collégio de S. Paulo... além disso, com o alargamento do collégio... o custo de vida na cidade encareceu, e a fundação do seminário viria agravá-lo* (FERREIRA, 1932:III: 42) (Figura 20).

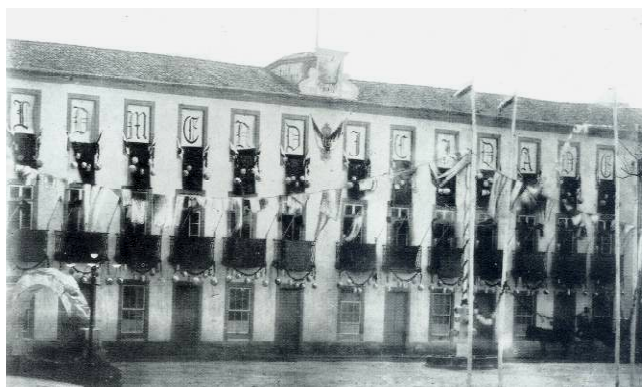


Figura 20 - Fachada do edifício do Seminário de S. Paulo, final do século XIX (OLIVEIRA, 1995:25).

As construções religiosas, e a consequente implantação destes equipamentos na cidade além de promover uma ocupação do solo e expansão da malha urbana, também promoviam o desenvolvimento económico e demográfico da cidade, pois estes equipamentos serviam de atrativo para que novas pessoas se deslocassem e instalassem na cidade. Foi precisamente nestes fluxos de população para a cidade de Braga que, no ano de 1560, chegaram os jesuítas da Companhia de Jesus à cidade, tendo D. Frei Bartholomeu do Mártires os acolhidos e, posteriormente, lhes entregue o Colégio de S. Paulo e estudos públicos (fundados por D. Diogo de Sousa).

A partir da mudança da administração dos estudos públicos dá-se um aumento exponencial do colégio pois, foi tal o aumento da população escolar e o concurso de gentes às missas, confissões e pregações, que cinco anos depois precisaram os padres da Companhia de Jesus de levantar um templo novo e grandioso defronte da capela e colégio de S. Paulo, adquirindo, para isso, os prédios da banda do norte, que demoliram, e no seu empraçamento edificaram, com auxilio do arcebispo, a conhecida igreja do seminário dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo, junto da qual construíram mais tarde o colégio novo (FERREIRA, 1932:III:18).

Os estudos públicos e os seus edifícios e igreja mantiveram-se na posse dos Jesuítas até ao ano de 1759, altura em que esta ordem seria expulsa do reino. Com a saída destes, os edifícios foram destinados às freiras

franciscanas de Monção e Valença e no último quartel do século XIX foi para aqui transferido o seminário, passando este complexo a designar-se de Seminário de S. Paulo e S. Pedro. Por fim, com a transferência dos seminaristas do Campo da Vinha para o largo de S. Paulo, o edifício passou a albergar um novo lar de mendicidade e, posteriormente, acabou por ser demolido todo o edifício no início do Século XIX, dando lugar as construções atualmente existentes.

Outras construções religiosas empreendidas no momento da abertura do Campo da Vinha viriam a ter o mesmo fim, como são exemplo o anteriormente referido Recolhimento das Beatas de Santo António do Campo da Vinha e a Capela de Nossa Senhora do Amparo, da qual obtivemos poucas informações. Esta capela terá sido construída possivelmente na segunda metade do Século XVI com as primeiras construções edificadas depois da abertura do Campo da Vinha, e era dedicada aos santos Cosme e Damião, que para ela foram transferidas de uma primitiva ermida que ficaria *cerca das freiras do salvador, ou no em que estava o hospício dos beneditinos quando se povoou o dito campo* (SENNA FREITAS, 1890:II:495). Esta capela localizava-se no topo este do Campo da Vinha, como é possível observar na cartografia existente dos séculos XVI e XVIII referentes à cidade e, embora não nos tenha sido possível apurar a data da construção desta capela, a sua data de demolição é conhecida, sabendo-se que esta foi demolida no ano de 1769.

Ainda nos últimos anos do século XVI assistira-se no Campo da Vinha à construção de mais dois importantes equipamentos religiosos, nomeadamente, o Convento do Salvador e o mosteiro e colégio de Nossa Senhora do Pópulo, na altura em que era arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus, religioso da ordem dos Ermidas de Santo Agostinho.

Como referimos anteriormente, sobre a fundação do Seminário de S. Pedro, também este prelado havia trazido do concílio de Trento um

conjunto de indicações e obrigações delegadas aos bispos que nele participaram. Foi destas diretivas recebidas, que surgiu a necessidade de se criar na cidade de Braga um novo convento, pois o concílio *havia imposto aos bispos a obrigação de mudarem os conventos de freiras dos lugares ermos... para os lugares povoados dentro das cidades ou vilas* (FERREIRA, 1932:III:98) e é desta deliberação que surge a fundado, em Braga, do convento e igreja do Salvador pelo arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus, sendo que *para esse fim comprou, em 1592, no campo da Vinha de Santa Eufémia, duas grandes moradas de casas com boas cercas* (CUNHA, 1634:II:410) (Figura 21).

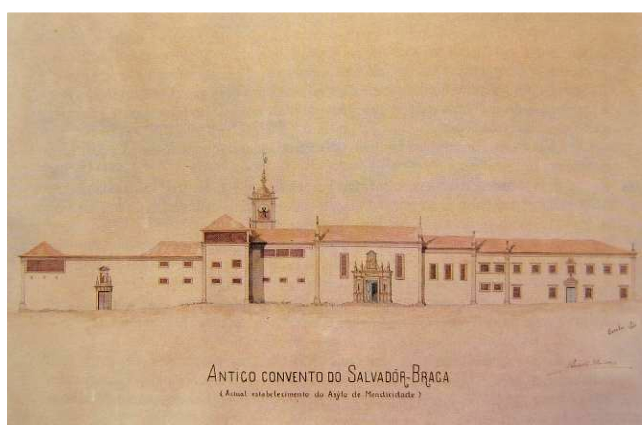


Figura 21 - Fachada do Convento do Salvador, desenho de Domingos Rebelo Barbosa, 1893 (OLIVEIRA, 1994:40).

As obras de adaptação das casas a convento foram extensas e demoradas, *duraram oito anos, gastando-se n'ellas bastante dinheiro do convento e do arcebispo* (FERREIRA, 1904:III:99), contudo não terão sido do agrado das freiras de Vitorino das Donas de Ponte de Lima, às quais estava destinado este convento, sendo que estas insurgiram-se contra o arcebispo, levando inclusive à intervenção do rei D. Filipe que *determinou que se cumprissem as ordens do arcebispo* (FERREIRA, 1932:III:100) e assim, obedecendo à deliberação régia, estas acabaram por se transferir para o Convento do Salvador, fundado com o propósito de as acolher. Refira-se que, embora o edifício do mosteiro tenha sido uma adaptação de casas existentes, a Igreja do Salvador, anexa ao convento, foi uma construção

nova e de raiz que se iniciou no mesmo ano de 1595 (BELINO, 1900).

No século XVIII, precisamente no ano de 1734, este convento vai sofrer obras de ampliação, construindo-se então uma nova ala de dormitórios e casa para os capelões da igreja e nos primeiros anos do século XX, já depois da extinção das ordens religiosas em Portugal, este importante convento passa a ser ocupado por um lar de mendicidade (Lar Conde de Agrolongo) e todo o seu edifício vai sofrer obras de fundo que implicaram a demolição de grande parte do imóvel e constrói-se o que atualmente é possível observar no seu lugar.

No ano seguinte à fundação do Convento do Salvador, D. Frei Agostinho de Jesus fundou a igreja e convento de Nossa Senhora do Pópulo devido a divergências com o cabido de Braga que não lhe concedeu licença para que este fundasse uma capela na Sé Catedral para seu jazigo (BELINO, 1900). Tendo esta última vontade do arcebispo sido negada D. *Frei Agostinho de Jesus, no ano de 1595, resolveu fundar para a sua ordem dos eremitas de Santo Agostinho um convento, cuja primeira pedra lançou aos 3 de Julho de 1596* (CUNHA, 1634:II:410). Depois de construído, este convento passou a ser um dos maiores na cidade, com uma área de implantação de 5814 metros quadrados. Contudo, embora de considerável implantação, a primitiva fachada da sua igreja era de *um gosto simples... a torre de então vê-se ainda nas costas da igreja, faltando-lhe a elegante cúpula que uma faísca destruiu* (BELINO, 1900: 181).

No século XVIII a Igreja e convento do Pópulo vão sofrer obras de fachada que lhe vão alterar a forma, dotando a igreja de torres frontais, e as fachadas da igreja e do convento adotarão um estilo neoclássico, embora ainda com traços herdados da primitiva construção. Este edifício passou, depois da sua apropriação pelo Estado, a regimento militar e, atualmente, alberga os serviços técnicos do município bracarense.

O Campo da Vinha foi o primeiro espaço extra-muralha a ser ocupado e consolidado na totalidade, ainda no século XVI. O Seminário de S. Pedro e os conventos do Salvador e do Pópulo revelaram ser construções estruturantes, que permitiram moldar a paisagem urbana de todo o vasto espaço público, bem como, torná-lo parte integrante e contínua do tecido urbano pré-existente. Nenhum outro espaço na cidade seria tão rapidamente ocupado e consolidado como foi o Campo da vinha. Recorde-se, que, o segundo maior espaço aberto fora da cidade amuralhada foi o Campo de Santa Ana, que apenas no século XVIII se tornou no espaço público privilegiado da cidade (Figura 22).

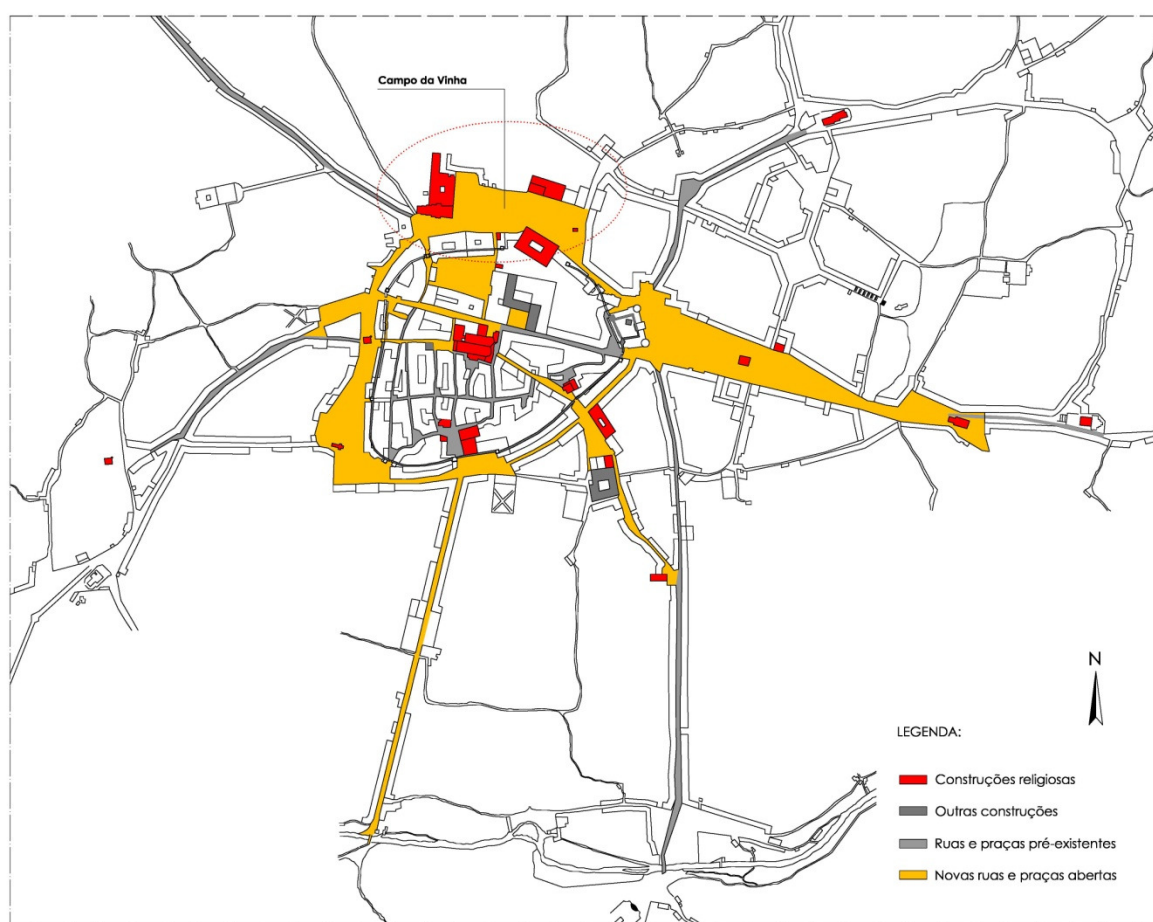


Figura 22 – Planta sequencial da evolução urbana bracarense, implantação das construções religiosas realizadas do Campo da Vinha até ao final do séculos XVI (Fonte própria).



## 2.4. “Nova Bracaræ Auguste deferipto” – O mapa de Braga em 1594



Figura 23 - Mapa de Braga de 1594 (BPB/ADB).

A mais antiga representação cartográfica conhecida sobre a cidade de Braga remonta ao ano de 1594 (Figura 23), estando inserida no atlas *Civitates Orbis Terrarum*, uma obra composta por seis volumes produzidos entre 1541 e 1622 por Georgius Braun e largamente reproduzida por Franz Hogenberg.

A obra de Georgius Braun assenta numa seleção das mais significativas cidades mundiais e, nesta vasta obra publicada em Colónia, estão incluídas três cidades portuguesas, Braga, Coimbra e Lisboa (únicas cidades portuguesas cartografadas em *orbis terrarum*).

Como era característica da época, a representação cartográfica, tinha uma elevada carga simbólica, herança do ambiente religioso da época e da mais significativa fonte de representação cartográfica medieval, o

*Mapa Mundi* de Santo Isidoro de Sevilha, também conhecido de mapa TO ou *Orbis Terrarum*.

O mapa de Braga de 1594 não difere dos seus contemporâneos, nele podemos facilmente identificar uma irreal representação de escala entre o edificado urbano, o principal símbolo de poder da cidade (a Sé Catedral), que é representada ao centro do mapa, numa escala e dimensão, que lhe conferem o protagonismo de toda a representação cartográfica, posição esta que pode, aliás, ser entendida como um decalque da conceção teológica do espaço medievo que colocava invariavelmente a cidade de Jerusalém no centro do mundo.

Esta representação simbólica é reforçada com uma ligeira distorção da representação viária, nomeadamente as ruas Nova de Sousa e do Souto a par com a rua D. Gonçalo Pereira que formam um T circunscrito pelo limite da muralha da cidade que forma um O (por analogia ao mundo fechado), representando assim, simbolicamente, um mundo plano e proporcionalmente dividido em três partes, tendo ao centro o seu símbolo maior conforme a matriz da cartografia de Santo Isidoro de Sevilha (Figura 24).

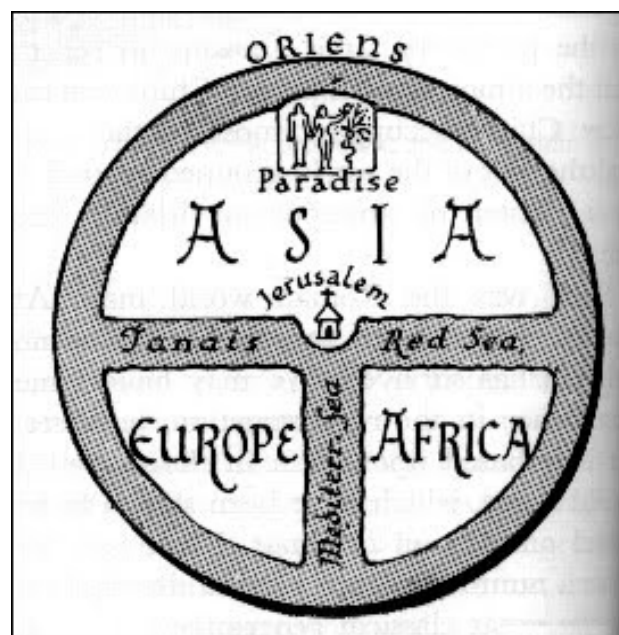


Figura 24 - Mapa Medieval T/O de Santo Isidoro (PORTOCARRERO, 2010:133).



Não obstante a análise fenomenológica do mapa é, contudo, imperativo percorrer o seu conteúdo na vertente a que nos propomos, nomeadamente, na identificação dos elementos arquitetónicos de cariz religioso representados no mesmo, bem como, a dimensão da malha urbana entra e extra muros.

Segundo o mapa de 1594, a cidade de Braga, apresentava-se perfeitamente delimitada e protegida pela sua muralha, a qual era rasgada por oito portas ou postigos, e desenvolvia-se a partir de um núcleo central (a Sé Catedral) de forma radial (como a maior parte das cidades da Idade Média). Podemos observar que a cidade, no seu espaço intra-muros, apresentava uma certa sistematização e hierarquização nos seus arruamentos, com a rua do Souto e a rua Nova de Sousa a marcarem um eixo estruturante que ligava os limites a este e oeste da cidade. Os edifícios religiosos marcavam a hierarquização das construções, e marcavam os principais núcleos da malha urbana, como a praça do Pão em frente à Catedral, o paço dos arcebispos com a nova praça, aberta e lajeada por D. Diogo de Sousa, o largo do Seminário de S. Paulo que, em 1594, era representado com a nova construção de D. Frei Agostinho de Jesus e dos Jesuítas e, possivelmente, a primitiva construção dos estudos públicos em frente, bem como a medieval Igreja Paroquial da Cividade, ainda com a fachada voltada a Poente, que era a sua orientação primitiva.

Oculto pela dimensão da representação da catedral, e por se localizar a norte, a Igreja da Misericórdia, construída em 1560, não aparece representada. Contudo, podemos observar que aparece já definido aquele que seria o espaço do Campo de Touros, bem como a primitiva localização da Capela da Nazaré antes da sua deslocação para junto do postigo de Santo António.

Fora da muralha, é possível observar os novos espaços planeados e abertos por D. Diogo de Sousa, bem como a sua linha de expansão, ainda

sem construções de dimensão relevante, mas que a *(re) edificação de capelas... aparece sistematicamente associada a definição de amplos espaços descampados em seu torno* (MAURÍCIO, 2000:80). Neste sentido, é possível observar o Campo de Santa Ana na sua primitiva configuração, com a Ermida de Santa Ana como elemento de centralidade do campo e a marcar todo o espaço público que encerrava com a Igreja da Senhora-A-Branca e ainda, de forma discreta, a Capela de São Gonçalo.

O Campo dos Remédios é representado já com o Convento dos Remédios e o hospital e capela de S. Marcos, e a estabelecer uma relação direta com o interior da cidade amuralhada e com a rua dos Granjinhos que, no seu limite, tinha a Gafaria e a sua capela a dominar o fim do arruamento.

No mapa é também possível observar a sucessão de espaços abertos de S. Sebastião e das Carvalheiras, os quais estavam condicionados à centralidade das capelas existentes de S. Sebastião e de S. Miguel-O-Anjo.

O Campo da Vinha de Santa Eufémia aparece já com o Seminários de S. Pedro (fundado pelo arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus) e com a Capela de Nossa Senhora do Amparo, construída em data desconhecida. Ainda neste espaço público aparecem representadas algumas construções, entre as quais, as que seriam ocupadas pelas Beatas de Santo António aquando da representação do mapa, ou o Convento do Salvador que se irá instalar, anos depois, em casas já existentes que seriam alvo de grandes transformações para serem adaptadas a recolhimento.

No mapa de Braun é ainda possível observar os espaços periurbanos, nomeadamente, as igrejas existentes nas paróquias suburbanas de S. Victor e de S. Pedro de Maximinos, bem como, a Capela de S. Vicente, a pontuar o espaço edificado mais afastado da muralha da cidade e que formava, no seu percurso e à sua volta, um pequeno povoado que se viria a desenvolver nos séculos seguinte.

### **3. Século XVII – As construções religiosas no processo de consolidação urbana**

#### **3.1. A cidade entre a mudança e a instabilidade na transição de séculos**

A cidade de Braga foi assistindo, durante o século XVI, a um processo de transformações e mudanças a vários níveis, que lhe alteraram a feição urbana, mas também social e de encarar o principal elemento de união e identificação da comunidade bracarense, a religião.

As transformações urbanas iniciadas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, no início de quinhentos, deram à cidade uma nova dimensão e dignidade que se viria a refletir na forma como a população passaria a interagir com a sua urbe, dando a conhecer uma nova forma de encarar a cidade. Em rigor, *as novas ruas, e sobretudo, as novas praças (campos) terão permitido ver aos cidadãos que a sua vida não se confinava a ruelas estreitas e largos diminutos mas a horizontes mais largos* (OLIVEIRA, MOURA e MESQUITA, 1982:26).

A cidade cresceu de forma significativa, quer na sua malha urbana, quer na sua dignidade. Passou a assumir uma nova visão da sua importância eclesiástica, da sua nova classe social e industrial, surgida da Contra-Reforma, que passaria a fabricar e vender para outras regiões vizinhas imagens, paramentos e outros produtos ligados à religião, que se intensificaria com a nova forma de encarar a religião a partir da segunda metade do século XVI.

Braga que, até então, pela mão do seu arcebispo e do cabido, não privilegiava a instalação de ordens mendicantes na cidade intra-muros, virá a assistir a uma mudança gradual na forma de lidar com as ordens religiosas. Para isto contribuiu, decisivamente, a chegada à cidade de novos arcebispos, oriundos de diferentes ordens religiosas. Destaque-se, pelos seus legados deixados à cidade, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582) e D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609).

Mais que a vontade e abertura destes novos arcebispos, irá ser preponderante a reforma levada a cabo pela Santa Sé que, a partir da segunda metade do século XVI, tomou um conjunto de medidas para reformar a igreja católica, reunindo todo o alto clero naquele que ficaria na história conhecido como o Concílio de Trento, iniciado em 1545, e que se prolongaria durante os anos seguintes e dos quais saíram novas medidas que viriam a mudar a forma de encarar a religião, que chegaria a Braga primeiro pela mão dos Arcebispos (aos quais haviam sido dadas orientações específicas para a governação dos seus bispados) e posteriormente com a chegada e instalação de ordens religiosas e confrarias na cidade.

Esta nova abordagem religiosa viria a ter, também, impacto na arquitetura e urbanismo bracarense. Recorde-se, com a devida exceção do Convento dos Remédios (1544), que se verificou, na cidade, um avolumar de construção de recolhimentos e conventos no último quartel do século XVI, altura em que já governavam a cidade arcebispos devidamente alinhados com as orientações do Concílio de Trento. Como referimos no capítulo anterior, a construção quase simultânea do Recolhimento das Beatas de Santo António (1588), do Convento do Salvador (1595) e do Convento do Pópulo (1596). Este intensificar da construção de conventos e recolhimentos viria a marcar a paisagem urbana da cidade e os seus ritmos, na medida em que a cidade *iria absorver novas gentes que para aqui viriam trabalhar nas indústrias ligadas à igreja, conventos e recolhimentos que se encheriam de frades e de freiras* (OLIVEIRA, MOURA e MESQUITA, 1982:32).

É também neste ambiente reformista, que chegam a Braga os Jesuítas em 1560 (tendo lhes sido entregue a administração dos estudos públicos da cidade), bem como, a fundação do Seminário de S. Pedro, em 1596, o primeiro a ser construído na Península Ibérica (OLIVEIRA, 1993:73).

Mas é também ainda neste ambiente de progresso e crescimento que se

começam suceder um conjunto de acontecimentos que viriam a marcar negativamente o século que se seguiria, pois *Braga, fazia parte de uma complexa rede, o que significava que a interação com outros elementos faria dessa estabilidade uma situação temporária* (PORTOCARRERO, 2010:61).

Em 1580 assistia-se em Portugal, a uma grave crise política, com Filipe II de Espanha, Rei de Portugal, a passar a governar dois reinos diferentes, que passariam a ser geridos por uma só capital, sediada em Madrid. Em Braga, esta mudança, traria uma forte instabilidade. Passou a temer-se a perda do título de *Arcebispado Primaz das Espanhas* para as suas rivais de Compostela ou Toledo, o que ameaçava o poder do clero Bracarense que, na época, estava também a braços com outro problema interno, provocado pela agitação civil vivida na cidade. “ *Desde a década de 1620 havia alguma agitação provocada pelo terceiro estado, que pretendia uma maior participação na vida política de Braga...*” (ARAÚJO, 1990:193-200 e PORTOCARRERO, 2010: 87).

Em 1640 um golpe de estado removeu o Rei espanhol do trono e, como consequência, dá-se uma longa guerra de 28 anos que vai provocar um impasse na nomeação de um arcebispo para a cidade, pois devido à pressão feita por Espanha, a Santa Sé não reconhecia a nova dinastia Portuguesa e, impossibilitando o Rei de nomear um novo arcebispo para a cidade, ficando esta por um longo período de 28 anos sem arcebispo (FERREIRA, 1932:III).

Com o fim da guerra, a nomeação de um novo arcebispo e o consequente fim da Sé vacante na cidade, previa-se que o ambiente social na cidade melhoraria. Acontece que uma sucessão de arcebispos se seguiria em que governariam por curtos períodos de tempo, chegando ao fim do século XVII sem que a figura do arcebispo tivesse significativa influência no crescimento da cidade, contudo, esta viu surgirem construções ao longo do século, mas, ao invés do que se havia assistido

no século anterior, a iniciativa seria essencialmente de ordens religiosas e confrarias, que foram tomando a iniciativa de construir os seus próprios conventos e igrejas (PORTOCARRERO, 2010), o que viria a contribuir para preencher a malha nova da cidade e a consolidar a já existente durante o decorrer do século XVII.

### **3.2. As construções religiosas e os primeiros passos de consolidação urbana**

Como vimos no segundo capítulo desta dissertação, no fim do século XVI, estava na posse do arcebispado D. Frei Agostinho de Jesus, o qual se manteria, até ao ano de 1609, a administrar a cidade. Na última década de Quinhentos, este prelado, havia patrocinado a construção de importantes construções religiosas no Campo da Vinha, que tornariam este espaço parte integrante e contínua da malha urbana da cidade, mesmo tendo tomado os destinos da cidade em plena crise de soberania do Reino que, anos mais tarde, em 1640, daria lugar a um golpe de estado.

Com a morte de D. Frei Agostinho de Jesus, inicia-se uma fase menos próspera no que à história dos arcebispos e da sua relação com as construções religiosas e a cidade diz respeito. Entre arcebispos com prelazias curtas na cidade, ou longos períodos de Sé Vacante, serão poucas as iniciativas construtivas patrocinadas pelos arcebispos bracarenses ao longo do século XVII. Na verdade, as construções que se verificaram na cidade ao longo dos anos de Seiscentos serão, essencialmente, de iniciativa de ordens religiosas e de confrarias instaladas na cidade. Refira-se, aliás, que findas as construções religiosas levadas a cabo no final do século XVI, foram precisas quase duas décadas até que se assistisse na cidade a iniciativas que visassem construções religiosas.

No ano de 1616, junto à ponte da estrada de Guimarães, um local periurbano, começavam a surgir um conjunto de casas e moinhos que aproveitavam as margens do rio e as suas vantagens para aí se instalarem. A fixação desses pequenos núcleos habitacionais na margem do rio Este poderá estar na origem da construção da Capela de S. João da Ponte (Figura 26), por não existir, até então, nenhum local de culto e de unificação da população. Outra justificação possível, seria o simbolismo que traria a construção de uma capela numa das principais vias de

acesso à cidade, pois daria aos forasteiros a indicação que estariam a chegar a uma cidade de forte devoção religiosa, como era Braga. Além disso, esta justificação encontra paralelismos com as capelas de S. Vicente, de S. Victor e S. Pedro de Maximinos, todas elas, na Idade Média, ficavam nas vias de acesso à cidade, no espaço extra-muros. Contudo, com o crescimento da cidade a adoção desta estratégia de instalar capelas nas principais vias de acesso, para se manter, necessitaria, inevitavelmente, que as mesmas fossem agora implantadas em terrenos mais afastadas, para que a cidade tivesse espaço para crescer (Figura 25).

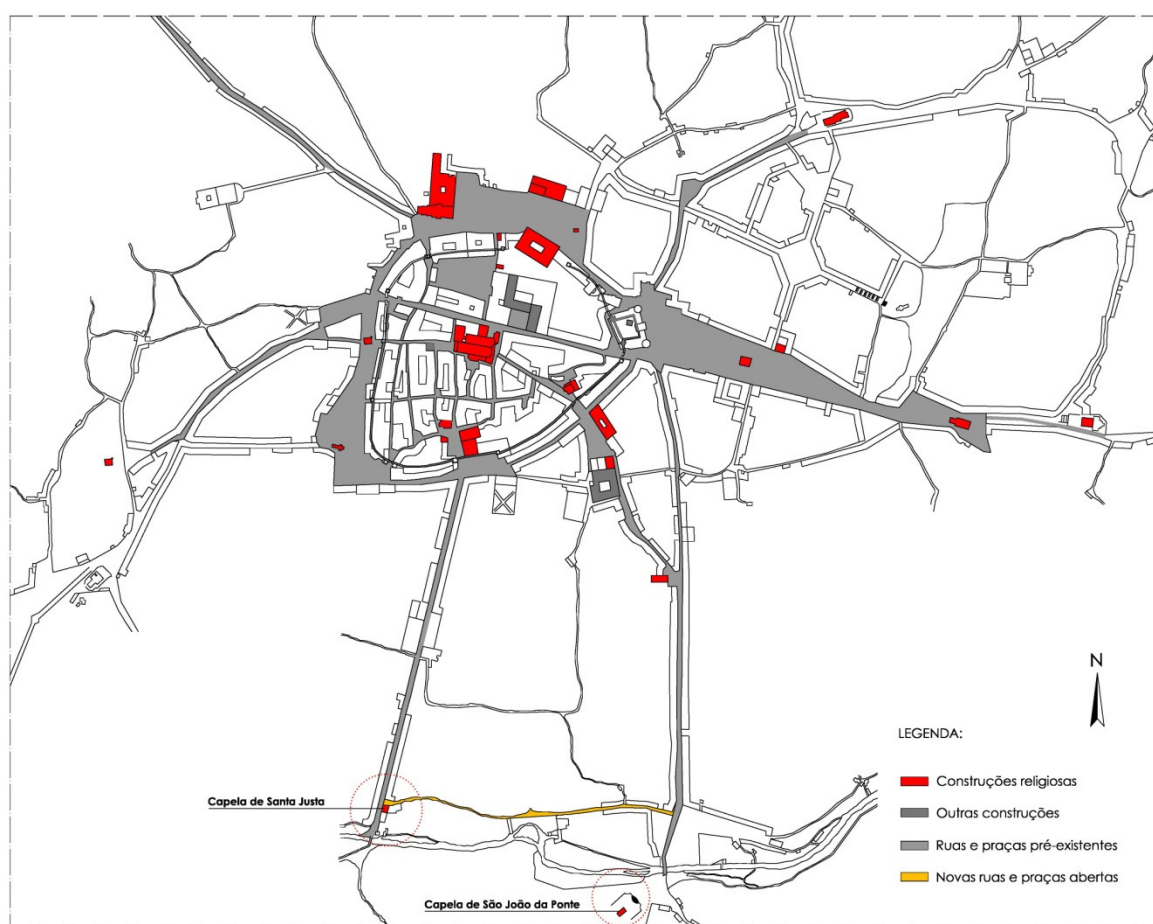


Figura 25 – Planta sequencial da evolução urbana bracarense, implantação da Capela de S. João da Ponte e da Capela de Santa Justa, século XVII (Fonte própria).

Para reforçar esta possível estratégia de instalar capelas nas vias de acesso à cidade, refira-se que, dois anos após a construção da Capela de



S. João da Ponte, assistiu-se à construção de uma nova capela, junto às margens do rio, junto à outra ponte existente que fazia a ligação com a cidade de Guimarães, a ponte da rua dos Pelames, aberta na primeira metade do século XVI pelo Arcebispo Infante D. Henrique (1533-1540). Esta segunda capela, de devoção a Santa Justa (Figura 27), foi construída no ano de 1618, a expensas de uma devota de nome Gracia Martins, conforme a inscrição existente sobre a porta da capela (BELINO, 1900).



Figura 26 - Capela de S. João da Ponte, 2013 (Fonte própria).



Figura 27 - Capela de Santa Justa, 2013 (Fonte própria).

Referimos antes a abertura da rua dos Pelames ou do Infante, no século XVI. Esta rua tinha início no Campo de S. Paulo e terminava na ponte dos Pelames que, no ano de 1618, com a construção da Capela de Santa Justa, ficou definitivamente delimitada na sua extensão. Foi também nesta rua que, no ano de 1625, surgiu a construção de um novo convento, que

lhe veio dar uma nova dignidade e que ajudou a consolidá-la.

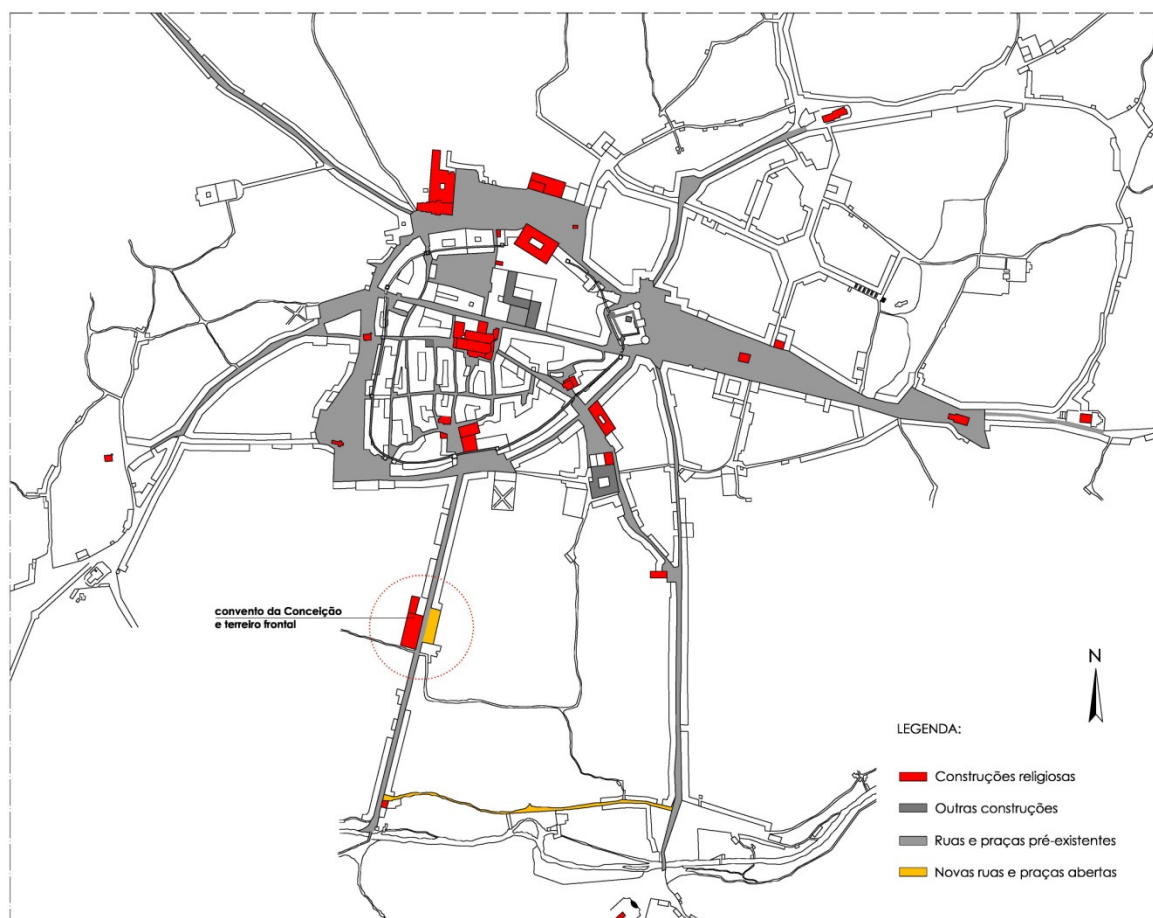


Figura 28 – Planta sequencial da evolução urbana bracarense, implantação do Convento da Conceição e abertura do terreiro em frente, século XVII (Fonte própria).

O Convento da Conceição foi o primeiro desta ordem a ser instalado em Portugal (FERREIRA, 1932:III) e foi fundado por iniciativa de Geraldo Gomes, Cónego da Sé, e do seu irmão, que o fundaram nas casas onde habitavam, demorando a construção do novo convento quatro anos, sendo inaugurado no ano de 1629 (BELINO, 1900). Na frente deste convento seria aberto um pequeno terreiro, deixando assim o convento livre da pressão construtiva na sua frente e dando maior dimensão e dignidade ao edifício conventual (Figura 29).



Figura 29 - Fachada do Convento de Nossa Senhora da Conceição, 2013 (Fonte própria).

Foi também para esta rua que, no mesmo ano de 1925, foi transferido o cruzeiro que D. Diogo de Sousa havia colocado no Campo dos Remédios, a quando da abertura de todo aquele espaço. Este cruzeiro a que nos referimos esteve na origem de uma irmandade para a sua veneração, por ter adquirido grande notabilidade na cidade. Foi essa Irmandade de Santa Cruz que transferiu o cruzeiro para a rua dos Pelames para que no seu local primitivo pudesse construir um novo templo, pois até então, esteve instalada na Capela de S. Marcos (FERREIRA, 1932: III; BELINO, 1900).

A intenção da construção da Igreja de Santa Cruz remonta ao ano de 1617, altura em que a confraria decidiu construir um novo templo, tendo comprado, para o efeito, um conjunto de casas entre o Campo dos Remédios e a rua do Anjo. Contudo, apenas em 1625 foram iniciadas as obras de construção da igreja, tendo sido longas e demoradas, concluindo-se a obra de pedreiro apenas em 1653 e as torres no ano de 1693 (BELINO, 1900).

Embora demorada a obra, não se evitou que volvidos trinta anos fosse necessário proceder a obras de fundo, que implicaram a demolição e consequente construção de uma nova nave para o templo. Apenas se manteve a sua rica fachada maneirista, na qual, a simbologia assume um papel de grande relevância (Figura 30).



Figura 30 – Fachada da Igreja de Santa Cruz, 2013 (Fonte própria).

Nos últimos anos de seiscentos, o estilo barroco dava os primeiros passos, vindo a afirmar-se e a alterar a paisagem urbana da cidade, tendo sido levado ao seu expoente máximo durante do século XVIII. A este novo estilo não foi, certamente, alheia a influência da Contra-Reforma, que mudou a forma de encarar a religião e deu aos templos o enfoque de uma cenografia capazes de impressionar e atrair os seus crentes. A construção deste templo representou, também, em termos urbanísticos, a consolidação de um espaço urbano aberto no século XVI, onde se foram instalando importantes equipamentos (hospital e Igreja de S. Marcos e o Convento e Igreja dos Remédios), que o tornaram num local privilegiado da cidade e, principalmente, foram responsáveis pela sua consolidação da nova malha ligando-a, de forma contínua, à malha existente.

Tal como este espaço do Campo dos Remédios, que ficara então consolidado e tinha já uma orientação de crescimento a partir da rua dos Granjinhos, também outros espaços verão, no século XVII, serem-lhes abertas novas ruas, que deram lugar a novos impulsos de crescimento, nomeadamente no Campo de Santa Ana e no Campo da Vinha, sendo que, junto deste último espaço público, vai assistir-se à abertura da rua da Regueira, na sua vertente este, com o propósito de fazer a ligação o Campo da Vinha e um novo convento que então surgia, o Convento do Carmo (Figura 31).

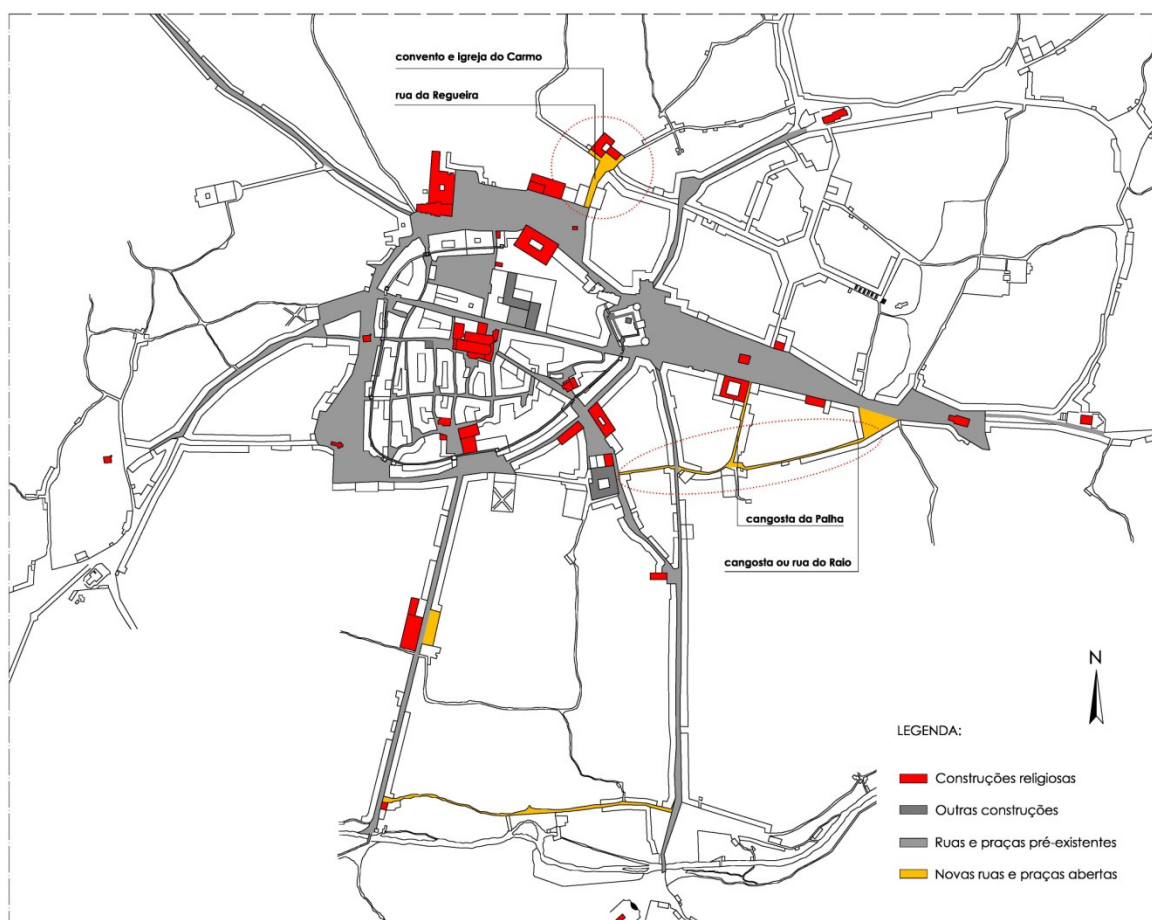


Figura 31 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura da rua da Regueira e implantação do Convento do Carmo, século XVII (Fonte própria).

A fundação do Convento dos Carmelitas Descalços (vulgarmente designado apenas de Carmo) deveu-se a Frei José do Espírito Santo, um bracarense que decidiu instalar na cidade um convento dessa ordem. Nos primeiros anos da sua fundação este convento instalou-se numa casa no Campo de S. Sebastião. Com o aumento da população nele residente, as instalações deixaram de satisfazer as necessidades dos religiosos e, no ano de 1654, iniciaram a construção de um novo convento e igreja em campos oferecidos para o efeito (FERREIRA, 1932: III).

A construção do Convento e da Igreja do Carmo foi lenta, ao ponto de, só na última década do século XVII a mesma se ter concluído, depois de tomada de posse do Arcebispo D. José de Menezes (1692-1696) que patrocinou a conclusão das obras de pedraria e dos retábulos (Figura 32).





Figura 32 - Igreja do Carmo (fachada primitiva), 1910 (MI/CMB).

Para este ritmo lento da construção do Convento do Carmo não terá sido alheia a guerra com Espanha, que começou anos antes, em 1640, e que obrigou a população a ter contenção nas oferendas às ordens religiosas da cidade, durante o período da guerra. Refira-se, também, o facto de a cidade ter passado um longo período sem arcebispo, não podendo os religiosos Carmelitas recorrer ao apoio e patrocínio do mesmo, pois, durante todo o período da guerra com Espanha, não foi nomeado nenhum prelado, tendo-se dado um período de Sé Vacante de 28 anos.

Outro fator que poderá ajudar a justificar a falta de patrocínio da população para o novo Convento e Igreja do Carmo, poderá estar no facto de que, apenas dois anos antes, ter sido dado início à construção de um outro recolhimento na cidade, o da Penha de França, o que terá feito com que a população se tenha contido nas ajudas monetárias a esta nova ordem religiosa na cidade.

O Recolhimento da Penha de França foi fundado no ano de 1652, por iniciativa de um benemérito da cidade, para albergar um recolhimento para as Beatas da referida ordem religiosa (BELINO, 1900). Este convento viria a ser aumentado já no século seguinte, altura em que seria também construída a igreja e elevado a convento, o qual referiremos no capítulo correspondente ao espaço temporal que comporta o estudo das construções do século XVIII.

O local escolhido para a instalação do Recolhimento da Penha de França, foi o Campo de Santa Ana, um local privilegiado da cidade que estava desprovido de novas construções religiosas desde a sua abertura, no início do século XVI, altura em que foi construída a Ermida de Santa Ana e a Igreja da Senhora-A-Branca.

Com a construção do Convento da Penha de França dava-se início ao processo de consolidação de todo este vasto espaço público. Contudo, este terá sido feito a um ritmo lento, comparativamente com outros espaços abertos na cidade, como o Campo da Vinha ou o Campo dos Remédios. A este facto não estarão alheios vários fatores, entre os quais, o preço dos terrenos, visto que o Campo de Santa Ana vinha ganhando uma contínua importância comercial com o passar dos anos.

Com a chegada à cidade de novos arcebispos, após o fim da guerra com Espanha, foi retomada a administração da cidade e surgiram novas iniciativas construtivas por parte dos arcebispos, bem como, ajudas financeiras para que as ordens religiosas pudessem dar continuidade às suas obras.

Neste período do final do século XVII, tomaram posse da cidade os arcebispos D. Luiz de Sousa (1677-1690) e D. José de Menezes (1692-1696). O segundo foi quem tornou possível a conclusão do Convento e Igreja do Carmo, ao financiar a conclusão das obras que demoravam em concluir-se por falta de financiamento. Ao arcebispo D. Luiz de Sousa estão associadas duas significativas construções religiosas, *uma, que fez inteiramente à sua custa, a igreja parochial de S. Victor, e outra, que simultaneamente protegeu e amparou, a fundação da congregação do oratório de S. Filipe de Nery.*" (FERREIRA, 1932: III:193).

A Igreja Paroquial de S. Victor (Figura 33) é de origem medieval, sendo a doação do terreno onde se encontra, do ano de 563, altura em que se procedeu à construção de um pequeno mosteiro. Terá sido reedificada

em 1031 e novamente em 1096, data em que foi sagrada pelo arcebispo D. Payo Mendes (1118-1137), mantendo-se até ao século XVII inalterada (BELINO, 1900).



Figura 33 – Igreja de S. Victor, 2013 (Fonte própria).

Em 1677, ano da chegada à cidade do arcebispado D. Luiz de Sousa, a Igreja de S. Victor encontrava-se num avançado estado de ruína, facto que levou este prelado a patrocinar, a expensas suas, a construção de um novo templo, no ano de 1686 (FERREIRA, 1932: III).

No mesmo ano em que se iniciou a reedificação da Igreja de S. Victor, assistiu-se, também, à construção de um novo convento na cidade, o Convento dos Congregados, para o qual foi atribuída a licença para a sua construção pelo arcebispo D. Luiz de Sousa ao padre José do Vale, para que este fundasse uma filial desta ordem religiosa oriunda de Lisboa (BELINO, 1900).

A grande afluência a esta nova ordem chegada à cidade obrigou a que, decorridos apenas três anos, fosse necessário comprar junto da primitiva edificação mais casas e terrenos, para que se aumentasse o convento e se procedesse à construção da Igreja do convento, iniciada no ano de 1689. Esta igreja foi construída em frente da já extinta ermida de Santa Ana e seria já no século XVIII, no ano de 1739, alvo de novas intervenções que lhe dariam a feição e traço exuberante da fachada tardo-barroca atualmente existente, com um projeto de André Soares (1720-1769).



A construção deste novo convento e igreja foram determinantes para o processo de consolidação e afirmação do Campo de Santa Ana como principal praça da cidade. No século XVIII, vai-se assistir a uma maior procura pelas famílias mais abastadas por terrenos, para aqui construírem as suas casas, visto estar a tornar-se num local privilegiado de afirmação social e de grande afluência da população para negociar e, também, para se deslocarem às missas nos conventos e igrejas que então se foram instalando neste espaço da cidade.

Ainda por altura da posse do arcebispado por D. Luiz de Sousa, no último quartel do século XVII, assiste-se à construção e reconstrução de mais três edifícios religiosos na cidade: a construção da Capela de Nossa Senhora do Pilar, em 1687; a construção da Igreja de S. Francisco ou dos Terceiros, em 1690; a segunda reconstrução da Igreja de S. Vicente (Figura 34), em 1691.



Figura 34 – Igreja de S. Vicente, 2013 (Fonte própria).

A Igreja de S. Vicente já havia sido alvo de reconstrução no ano de 1565, tendo sido já nesta dissertação referida a sua origem e primeira reconstrução. No ano de 1691 viria a ser alvo de nova reedificação, tendo nessa altura recebido uma nova fachada, ostentando duas lapelas que referem a fundação de uma primeira ermida, no ano de 656, e na outra a data desta segunda reconstrução (PINHEIRO, 2009). Após a segunda reconstrução (que adotava já traços barrocos, embora com persistência

maneirista), não se volta a assistir a mais nenhuma intervenção relevante neste templo até aos dias de hoje, que lhe tenha alterado a feição.

Esta igreja situa-se num terreno elevado, ao fundo da rua de S. Vicente, destacando-se do restante edificado que a rodeia, sendo, na sua origem, um pequeno núcleo populacional que se fixou em volta da capela ainda no período medieval, mas que, desde o século XVI, se foi fixando com maior intensidade, originando, na segunda metade de seiscentos, a abertura da rua das Palhotas (atual Avenida Artur Soares) e o prolongamento e alargamento da rua de Infias, local onde se viria a construir mais uma capela, desta feita, em conjunto com a casa nobre de Vale-Flores (Figura 35).

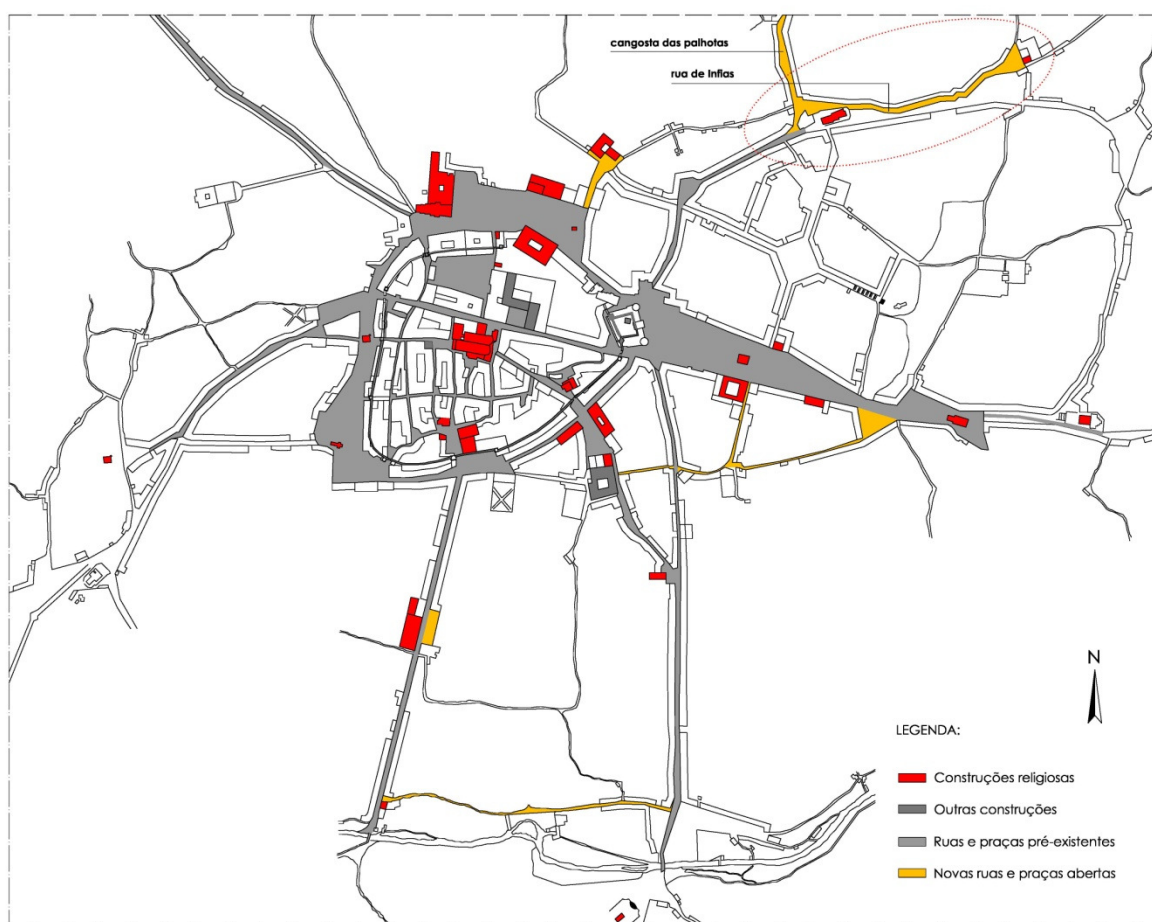


Figura 35 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura da rua de Infias, século XVII (Fonte própria).

A construção da casa de Vale-Flores e da Capela de Nossa Senhora do Pilar careciam de mais estudo, pois não nos foi possível determinar, nas pesquisas efetuadas, a data exata da sua construção. Apenas podemos referir que pertenceu a um Bispo de Elvas e que, no ano de 1687, foi adquirida por um particular que a mandou recuperar (BELINO, 1900) (Figura 36).



Figura 36 – Capela de Nossa Senhora do Pilar e casa de Vale-Flores, 2013 (Fonte própria).

A Capela de Nossa Senhora do Pilar, embora de domínio privado, tem a sua entrada para a via pública, dando assim, a possibilidade de se rezarem missas às quais a população pudesse assistir sem invadir o domínio privado da casa. Refira-se, também, que esta capela, tal como as capelas de S. João da Ponte e de Santa Justa, tinha como particularidade marcar a chegada à cidade e sugerir novos pontos de orientação para crescimento futuro da cidade.

Como fomos referindo neste capítulo, as iniciativas construtivas ao longo do século XVII foram, na sua maioria, levadas a cabo por ordens religiosas ou por iniciativa de beneméritos. Esta tendência foi persistindo, tendo-se verificado o mesmo com outros convento e igrejas, como é exemplo a Igreja da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco (vulgarmente chamada apenas de Igreja dos Terceiros).

Esta igreja foi construída por iniciativa da sua ordem religiosa, que se havia instalado na cidade no ano de 1669, na Capela de S. Francisco da

Chagas, na Sé. Posteriormente mudou-se para a Capela do Espírito Santo do hospital de S. Marcos. Após duas mudanças de instalações, e decorridos 21 anos da sua fundação, a ordem recebeu de doação duas moradas de casas na rua dos Capelistas (toponímia atual), para aí se instalarem definitivamente em casa própria, sendo que, para tal, compraram posteriormente mais um conjunto de casas, que demoliram, para então, no ano de 1690, darem início à construção da sua nova igreja, que veria as obras arrastarem-se até à primeira década de Setecentos (BELINO, 1900).

A construção da Igreja de S. Francisco ou dos Terceiros (Figura 37), passou a marcar a paisagem urbana na ligação entre dois grandes espaços abertos no século XVI, o Campo da Vinha e o Campo de Santa Ana, local para onde se começavam a centrar as atenções e a pressão urbanística da cidade, por ser um vasto espaço público que se vinha afirmando como a principal praça da cidade.



Figura 37 – Igreja de S. Francisco ou dos Terceiros, 2013 (Fonte própria).

### 3.3. Uma panorâmica Seiscentista da cidade de Braga



Figura 38 – Panorâmica da cidade de Braga, século XVI (autor desconhecido).

A descoberta deste documento iconográfico da cidade Seiscentista é relativamente recente. Remonta ao ano de 1994 a sua divulgação, altura em que todos os outros documentos iconográficos que temos vindo a apresentar ao longo desta dissertação eram já conhecidos.

Este álbum chegou ao conhecimento público pela mão do professor Doutor Artur Anselmo nos *Cadernos Vianeses* (ANSELMO, 1989), sendo a propriedade deste álbum de aguarelas (que contem trinta e nove vistas de povoações portuguesas), de um colecionador que pediu anonimato a quanto da cedência de autorização para a divulgação da imagem, não se sabendo, por isso, o local onde está depositado este documento (NUNES, 1994).

As informações de que dispomos referentes a este álbum de aguarelas a que pertence a panorâmica Seiscentista da cidade de Braga, pelas reservas ao seu acesso e divulgação por parte do seu proprietário, apenas nos permitem citar os autores que lidaram de perto com o processo de

divulgação da mesma, sendo por eles possível saber as suas dimensões, descrição e título da obra. Assim, dizem-nos que o *álbum de aguarelas do qual foi extraída esta panorâmica, cujas dimensões são de 137 x 227mm* (NUNES, 1994: 21-23) e analisam o conjunto, dando nos a conhecer que *Pelas suas características topográficas dos desenhos, tudo parece apontar para a sua datação em meados do séculos XVII. O álbum encadernado em veludo vermelho e em formato oblongo, é designado, numa folha-de-rosto caligráfica, com o título de Typis Portugaliae* (ANSELMO, 1989: 107-112).

No que à importância dos elementos contidos nesta representação diz respeito, a panorâmica é demasiado fantasiosa pois, além de não conter rigor, estão omissas algumas ruas existentes e outras estão desalinhadas e ou distorcidas. Esta panorâmica pode apenas dar-nos uma visão geral da cidade, da sua muralha e da existência do edificado de maior relevo na cidade (Sé catedral, igrejas, conventos, capelas, castelo, muralha, casa municipal). Assim, obviamente, não podemos analisar este documento num contexto de reprodução cartográfica, nem tão pouco usa-lo como base de estudo da estrutura da cidade. O seu valor é iconográfico. Representa, de forma genérica, um período até então de representação desconhecida da cidade, em relação ao espaço temporal que medeia os dois principais mapas da cidade entre os séculos XVI a XVIII.

Se compararmos esta panorâmica com o mapa de Braga de 1594, facilmente percebemos serem inúmeras e grosseiras as distorções entre ambos, nomeadamente na rua das Àgoas e a cangosta de S. Sebastião. Contudo, é dentro da cidade amuralhada que as imperfeições são mais perceptíveis, refira-se, como exemplo, o quarteirão entre a rua de Maximinos/Bourgueses e a rua Nova de Sousa, ou a zona do bairro das travessas, local onde outras ruas não são representadas ou estão distorcidas (BANDEIRA, 1994).

Sem descorar todas as contrariedades na falta de rigor desta

representação, podemos, contudo, fazer uma análise com o objetivo de determinar uma data aproximada da realização deste desenho da cidade. Foi o que se propôs a estudar Eduardo Pires de Oliveira, que a partir de uma análise aos edifícios religiosos representados nesta panorâmica nos diz que (...) *acreditamos que este mapa possa ter sido desenhado algures nos finais do século XVII, mais concretamente entre 1687 – porque já se encontra construída a parte superior da igreja dos Congregados e 1694 (cerca de) – porque apenas se vê uma torre sineira na igreja de Santa Cruz; não há ainda referências visuais à igreja dos Terceiros; e surge ainda com dimensões reduzidas a capela que está na origem da actual igreja de S. Vicente* (OLIVEIRA, 1994:38).

Por último, parece-nos que a introdução desta panorâmica, apenas tem como objetivo dar a conhecer este documento iconográfico que, embora sem valor cartográfico, nos permite ter uma perceção da dimensão da cidade no fim de seiscentos, da sua estrutura defensiva e dos respetivos edifícios religiosos.





## **4. Século XVIII - O barroco na afirmação da paisagem urbana bracarense**

### **4.1 Os principais intervenientes no espaço urbano Setecentistas**

O final do século XVII coincidiu com a introdução, em Braga, de um novo estilo arquitetónico, que viria a marcar definitivamente a paisagem urbana da cidade e espalhar-se por toda a região minhota, bem como, fora do distrito e além das fronteiras do reino, nomeadamente, na Galiza e no Brasil (OLIVEIRA, 2011a). Para tal dinamização construtiva e artística, não serão alheias as condições económicas da época, que com a nova forma de plantação de milho e um contínuo crescimento demográfico, trouxeram à cidade uma nova dinamização comercial.

Não devemos dissociar, ainda, o forte e bem organizado poder eclesiástico dos arcebispos bracarenses que, além de a administrarem, impunham na cidade as normas sociais e morais herdadas da Contra-Reforma que, que desde o Concílio de Trento (1545), iniciou a reforma geral interna da igreja, a reafirmação do culto, o combate à heresia através de normas repressivas como a inquisição e o índice de livros proibidos, bem como na propagação da evangelização através da criação da Companhia de Jesus, que tinha como um dos seus objetivos recuperar católicos perdidos para o protestantismo ou paganismo.

O barroco começou a surgir na cidade de Braga na última década do século XVII, com a iniciativa do arcebispo D. Luís de Sousa (1677-1690) e com o traço do engenheiro militar, da escola vianense, Miguel Lescole, para a construção da nova Igreja paroquial de S. Victor (1686), sendo esta igreja *considerada pela historiografia mais recente da arte portuguesa como maneirista, protobarroco ou até barroca* (ROCHA, 2010-2012:337). Contudo, também devemos considerar, para reforçar este espaço temporal da introdução do barroco em Braga, a construção, quase simultânea, de outros templos, nomeadamente, a Igreja dos Terceiros (1690) e a nova Igreja de S. Vicente (1691), igrejas cujas obras se

estenderam aos primeiros anos de setecentos, e onde o ornamento das fachadas se revela de forma mais implícita (OLIVEIRA, 2011a).

Por esta altura, era a cidade, destino e passagem de vários artistas que viam nela a oportunidade de singrar e riscar as novas tendências arquitetónicas. Os engenheiros da escola de Viana, Miguel Lescole e Manuel Vilalobos foram os primeiros, seguindo-se-lhes, o nome de outros riscadores que se destacaram pela qualidade dos seus projetos ou pela quantidade de obras deixadas, sendo que todos, sem exceção, ficaram ligados aos arcebispos que administraram a cidade ao longo de todo o século XVIII.

Em Braga, a arquitetura barroca viveu mais da iniciativa de construir edifícios religiosos do que civis (OLIVEIRA, 2011a). Foram construídas, alteradas ou renovadas igrejas, capelas, conventos e, também, a Sé Catedral, o estaleiro por excelência das afirmações do poder eclesiástico bracarense. Nesta, será chamado a intervir o arquiteto régio João Antunes, respondendo à encomenda do arcebispo D. João de Sousa (1693-1703) para a construção da nova sacristia e casa do museu da Sé, sendo nomeados, para a sua construção, o mestre pedreiro Pascoal Fernandes e o seu filho, mestre pedreiro e arquiteto, Manuel Fernandes da Silva.

Após o lançamento do grande ciclo das obras setecentistas da Sé Catedral pelo arcebispo D. João de Sousa (o qual nunca as chegou a ver concluídas, devido à sua curta prelazia), vimos chegar à cidade um novo arcebispo, que deixou um legado construtivo significativo para a cidade.

Os primeiros anos de setecentos foram marcados pelo forte dinamismo do arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles (1704-1728). Oriundo de uma família nobre, frequentou a universidade de Coimbra, local onde, após passagem por Évora e Lisboa, voltou para assumir o cargo de Reitor da Universidade, no ano de 1690. Quatro anos passados, é escolhido para

bispo da Guarda e, em 1703, é nomeado para ocupar o lugar de arcebispo primas, tendo feito a sua entrada solene na cidade no ano seguinte. Com efeito, foi um prelado de grandes obras, deixando à cidade um considerável legado, ainda hoje identificado pelo seu brasão em inúmeros monumentos da cidade. Existem, inclusive, na historiografia bracarense, autores que estabelecem entre este prelado e D. Diogo de Sousa paralelismos quanto à sua importância na história da cidade. Efetivamente, a iniciativa construtiva de ambos é notória para as suas épocas. Se o primeiro incidiu, em muito, sobre o espaço urbano na sua vertente expansionista, será justo dizer-se que D. Rodrigo de Moura Teles foi, também, uma personalidade vibrante, pois criou condições para a introdução do barroco na cidade, patrocinando um conjunto significativo de obras que viriam a moldar a paisagem urbana da cidade, financiando a construção, ampliação e reconstrução de inúmeros edifícios religiosos na cidade.

Por altura da prelazia de D. Rodrigo de Moura Telles, vão-se destacar os nomes de vários artistas, entre eles, Manuel Pinto Vilalobos (? – 1754) e Manuel Fernandes da Silva (1691-1751), a quem o arcebispo, frequentemente iria recorrer. Estes são, seguindo uma ordem cronológica, os primeiros grandes artistas nacionais que mais influências exerceram no barroco minhoto. A estes seguiram-se outros, entre os quais, André Soares (1720-1769), o mais expressivo, e o que maior legado deixou na cidade, marcando, inquestionavelmente, todo o período tardo barroco na cidade. Seguiu-se-lhe Carlos Amarante (1748-1815), arquiteto e engenheiro que faria a transição do barroco tardio para o neoclássico. Outros nomes se evidenciariam na Braga Setecentista, seja na arquitetura, na construção ou na arte da talha. Contudo, optamos por deixar ocultos os seus nomes pois, extensa seria a referência a todos os artistas que na cidade foram intervenientes ao longo de todo o século XVIII. Assim, falaremos apenas dos mais significativos, no âmbito da arquitetura, e sobre a forma de contextualização, para o capítulo que se segue.

Manuel Pinto Vilalobos foi um engenheiro militar que, nascido no Porto, cedo se radicou em Viana do Castelo e, mais tarde, foi para Lisboa, local onde frequentou aulas de fortificação, tendo concluído a formação em 1682, sendo posteriormente mobilizado para a Província do Minho. Teve, então, a oportunidade de trabalhar como ajudante de Miguel Lescole, do qual terá sido aprendiz e ajudante, tendo, posteriormente, também ele, dado aulas de fortificação na escola de Vianense.

A obra de Manuel Pinto Vilalobos foi, de facto, abrangente, indo desde a arquitetura militar à hidráulica, e da arquitetura civil e religiosa até ao desenho de retábulos. Além da atividade de projeto deixou, também, um importante legado teórico, escrevendo dois tratados de fortificações militares (SOROMENHO, 1992).

Em Braga, veremos o seu nome associado a um conjunto significativo de obras como, por exemplo, o Hospital e o Bom Jesus do Monte, não obstante o seu contributo não ser consensual, pois existem investigadores que indiciam ser uma obra da autoria do Manuel Fernandes da Silva e não deste (ROCHA, 1996). De facto, vemos frequentemente o nome destes dois artistas atribuído à mesma obra, fruto da contemporaneidade de ambos e da inexistência de documentação relativa à autoria dos projetos. Ainda assim, é certa a sua frequente intervenção na cidade, quase sempre a pedido e iniciativa dos arcebispos.

Manuel Fernandes da Silva foi um mestre pedreiro e arquiteto que exerceu a sua atividade entre Braga, Porto e Póvoa de Varzim. Filho do mestre pedreiro Pascoal Fernandes terá, desde cedo, começado a aprender o ofício com o seu pai, também ele, um mestre com considerável intervenção na cidade de Braga a partir da segunda metade do século XVII.

Os primeiros anos de aprendizagem de Manuel Fernandes da Silva serão, certamente, uma herança do estilo maneirista, motivada pelo espaço

temporal em que a atividade do seu pai se havia iniciado. Contudo, será já nos primeiros anos do século XVIII, com as obras na Sé Catedral, que vai contactar com a inovação arquitetónica barroca, nomeadamente, com o projeto do arquiteto régio João Antunes. *A partir de então, será aquela linguagem a que mais profundamente caracterizou a intervenção de Manuel Fernandes da Silva, sobretudo ao nível da ornamentação arquitectónica. Os ensinamentos de infância perpassam em toda a sua obra. Na procura da criação, o espírito pode envergar uma matriz barroca, mas a resposta foi sempre contida* (ROCHA, 1996:60).

Manuel Fernandes da Silva exerceu a sua atividade a partir das encomendas religiosas, seja através de projetos de outros artistas, seja pelo concurso com os seus próprios projetos. Refira-se, como exemplo relevante, o grande ciclo de obras da Sé Catedral, no qual foi este artista (de início com seu pai e, posteriormente, sozinho) o maior interveniente, sendo da sua autoria o risco da nova fachada da Catedral. Na verdade, a sua obra está vinculada, essencialmente, ao patrocínio e proteção do arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles (1704-1728), tendo sido, frequentemente, o escolhido do prelado para a realização das construções religiosas da época (ROCHA, 1996).

Com a morte de D. Rodrigo de Moura Telles, os artistas locais começaram a perder a preferência para a encomenda de riscos ou obras. Por essa altura, imperava já uma tendência pela contratação de artistas estrangeiros. *A abertura de D. João V às correntes artísticas italianas é assumida de forma evidente em Braga, com a rejeição dos principais autores de risco do Minho do 1º terço do século XVIII. A linguagem tardo-maneirista defendida pelos artistas nacionais estava a definhar* (ROCHA, 1996:63).

A introdução destas correntes italianas na cidade deu-se após a morte de D. Rodrigo de Moura Teles, já em período de Sé Vacante, e ficou associada ao nome de Carlos António Leone, pintor florentino que, como

muitos outros, esteve em Portugal no reinado de D. João V. Em Braga, trabalhou nas obras da Igreja de Santa Cruz, nomeadamente na finalização das torres. Apareceu, ainda, associado à fachada (anterior à existente) e claustro pequeno do hospital de S. Marcos, e ainda, na planta das novas obras do Convento dos Remédios. Contudo, a sua estadia foi curta na cidade, tendo permanecido apenas durante seis anos na cidade (OLIVEIRA, 2011b).

A partir da década de 40 do século XVIII assiste-se, em Braga, a uma transformação da forma de conceber arquitetura, abandonando-se os modelos tardo-clássicos que persistiam nas construções de então. A tomada da posse do arcebispado por D. José de Bragança (1741-1756) será determinante nesse processo, pois será este prelado, através da encomenda da nova ala do paço dos arcebispos, que dará nome e visibilidade a André Soares (1720-1769).

D. José de Bragança foi o primeiro de dois prelados de sangue real a ocupar o lugar de arcebispo bracarense, no século XVIII, tendo sido nomeado para o cargo pelo seu irmão, o Rei D. João V.

A chegada à cidade deste prelado foi muito saudada pela nobreza e pelo povo e, em especial, pelos Jesuítas, pois era este arcebispo formado na sua universidade, em Évora. Contudo, este prelado viria a ter uma relação de tensão com o cabido, pois eram frequentes as discórdias entre ambos, tendo culminado na mudança do arcebispo para Guimarães durante parte da sua prelazia. Contudo, referia-se que, embora com uma relação instável com o cabido, D. José D. Bragança deixou, ainda assim, um significativo legado construído, sendo que, quase todas as suas obras saíram do traço de André Soares, um eminente artista bracarense que se viria a notabilizar.

André Ribeiro Soares da Silva foi um artista bracarense, autor de várias obras, que foram desde a arquitetura até à talha e do desenho à

cartografia. As suas obras espalharam-se um pouco por todo o território minhoto, embora seja em Braga que o seu legado é mais evidente. (OLIVEIRA, 2011b). Foi o mais expressivo artista bracarense do século XVIII, tendo marcado a arquitetura do seu tempo, numa linguagem que se evidenciou, primeiramente, no rococó, mas que rapidamente evoluiu para um tardo barroco que, ainda hoje, marca a paisagem urbana bracarense.

Nascido em Braga no ano de 1720, André Soares era filho de comerciantes, tendo a sua família uma posição ativa na sociedade, existindo registos em confrarias, onde é possível constatar o nome de familiares como pertencentes às mesmas. Foi, precisamente, essa influência de que a sua família era capaz de exercer junto das instituições que, presumivelmente permitiu ao artista lançar-se e ganhar notabilidade (OLIVEIRA, 2011b).

André Soares não teve, ao contrário de outros artistas, seus antecessores, que exerceram atividade em Braga no século XVIII, qualquer tipo de formação ligada às artes nem à construção. Na verdade, nem é conhecido, até ao momento, qualquer documento coetâneo que refira a interferência ou participação do artista na fase de construção de qualquer obra. Não tinha formação artística ou construtiva, mas tinha uma sensibilidade estética intrínseca que o levaria a procurar projetar um conjunto de edifícios que se revelariam notórios para a época. As investigações desenvolvidas anteriormente sugerem, também (embora sem afirmar), que a formação de André Soares poderá ter passado, em parte, pelos jesuítas, com os quais teria uma relação de proximidade, ao ponto de lhes fazer um empréstimo monetário em 1758 (OLIVEIRA, 2011b).

Se não nos é possível determinar com clareza, uma escola ou mestre que tenha exercido influência na formação do artista, podemos, isso sim, observar as suas obras e determinar referências externas que, possivelmente, terão paralelismos com o que se fazia fora do país,

nomeadamente com as gravuras oriundas de Habsburgo, ou as ilustrações de tratados como o de Sagredo, Serlio, Pozzo, entre outros. André Soares terá consultado diversas dessas fontes, que teriam sido trazidas por D. José de Bragança, ou que existiriam em alguns conventos da cidade e, possivelmente, no colégio dos jesuítas. O artista terá procurando adaptá-las à sua própria linguagem, onde a plasticidade das formas decorativas e o jogo volumétrico foram manipulados de forma soberba, quer na arquitetura, quer na arte da talha (OLIVEIRA, 2011b).

Se numa primeira fase da sua carreira, André Soares terá beneficiado, muito possivelmente, da influência da família na cidade, que fez chegar ao arcebispo o seu nome, propondo-o para o desenho da nova ala do paço episcopal, também será justo dizer-se que a sua qualidade, sentido estético e modernidade, terão feito o resto, pois manteve a sua atividade durante vários anos, sendo constantemente requisitado pelo poder eclesiástico, bem como pelo civil e privados, para a realização dos projetos para os seus edifícios e palacetes.

Esta tendência manter-se-á até aos primeiros anos da prelazia de D. Gaspar de Bragança (1758-1789), sendo que, posteriormente, a linguagem arquitetónica vai evoluir para o neoclassicismo, introduzido na cidade pelo traço do arquiteto e engenheiro Carlos Amarante, um protegido do arcebispo D. Gaspar. Na verdade, a designação do estilo em que se insere este último artista bracarense, não é consensual. Tem sido frequentemente rotulado de um artista neoclássico, contudo, o autor da mais profunda obra sobre este arquiteto e engenheiro, defende a tese de que este representa o fim do classicismo, estilo em que, para o autor, Carlos Amarante deve ser classificado (DUARTE, 2000).

Não sendo a história da arte o objetivo do nosso estudo, entendemos não nos debruçar sobre a problemática estilística deste artista, deixando à consideração de outros dissertar sobre tal matéria. Apenas nos limitaremos a uma breve síntese sobre o artista. Com efeito, Carlos Luís Ferreira da Cruz



Amarante nasceu na freguesia de S. José de S. Lázaro, em Braga, no ano de 1748. Filho de Manuel Ferreira Amarante, cantor na Sé e professor de canto-chão, de quem terá recebido desde muito nova formação em música. Posteriormente terá ingressado na vida religiosa, mas cedo a abandonou para se iniciar nas artes plásticas, nomeadamente, a desenhar frontispícios para os livros das irmandades e confrarias, curiosamente, uma rampa de lançamento coincidente com a do artista seu antecessor. Nestes apresentou *um formulário gráfico rocaille inspirado na talha dourada de André Soares e Frei José Vilaça*, um monge beneditino que se evidenciou na arte da talha minhota (DUARTE, 2000:196). Começou, então, a sua atividade, como desenhador, e só mais tarde havia de se lançar na arquitetura, engenharia, arte da talha e cartografia, deixando um legado artístico que ganharia maior evidência em Braga e no Porto.

Com vinte e cinco anos, Carlos Amarante foi nomeado inspetor das obras públicas da cidade de Braga e, a partir da década de setenta, tornou-se o mais significativo arquiteto da cidade, até à morte do arcebispo seu protetor. Efetivamente, a partir da morte do D. Gaspar de Bragança, a sua supremacia arquitetónica na cidade entra em declínio. Em 1792 vai estudar para a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho e, no ano seguinte, já com quarenta e cinco anos, Carlos Amarante entra para o Real Corpo de Engenheiros, onde se manteve até que uma reestruturação culminaria com o fim dos últimos arquitetos e engenheiros civis na corporação (DUARTE, 2000).

A formação inicial de Carlos Amarante foi, seguindo as sugestões de vários autores, a de um autodidata que terá, contudo, tido acesso a vários tratados e gravuras da biblioteca do seu protetor, o arcebispo D. Gaspar de Bragança, pois sabe-se que o prelado tinha na sua biblioteca alguns exemplares da tratadística de Serlio, Vignola e Bondel, este último, comprado propositadamente pelo prelado para consulta de Carlos

Amarante. Da obra de Bondel terá retirado, essencialmente, os modelos visuais gráficos, pois a sua obra segue, na sua maioria e principalmente na cidade de Braga, uma ordem clássica, copiando as *ordens architectónicas, concebendo-as de maneira canónica em função do discurso se Serlio e de Vignola* (DUARTE, 2000:235).

As obras arquitetónicas de Carlos Amarante com mais significado na cidade de Braga foram o projeto para a construção do novo templo do Bom Jesus do monte e da nova fachada da igreja do hospital de S. Marcos. Contudo, a sua atividade não se limitou à área geográfica da cidade de Braga, pois desenvolveu projetos para várias cidades do norte do país, das quais se destaca o Porto, cidade onde habitou e trabalhou nos últimos anos da sua vida. Mas não só na arquitetura se notabilizou Carlos Amarante, também na engenharia se revelou um técnico notável, nomeadamente nos projetos de estradas e pontes, nas quais se tornou especialista, como o seu currículo o comprova, e das quais se destacam a Ponte das Barcas, no Porto, e a Ponte de Amarante (DUARTE, 2000).

A vida e obra deste arquiteto e engenheiro podem ser divididas em dois espaços temporais. O primeiro (e o mais significativo para a cidade de Braga) corresponde ao tempo da prelazia do arcebispo D. Gaspar de Bragança. O segundo, após a morte do prelado, deu início ao declínio do arquiteto e engenheiro na cidade, obrigando-o a ingressar na vida militar.

Como fomos referindo, Carlos Amarante beneficiou, nos primeiros anos da sua carreira, do dinamismo e protecionismo do arcebispo D. Gaspar de Bragança, pois proporcionou ao artista a oportunidade de consultar e aprender com os livros existentes na sua biblioteca, bem como o facto de constantemente recorrer aos seus serviços, tornando-o como que o arquiteto oficial do arcebispado bracarense na segunda metade do século XVIII. Após a morte do prelado, o artista viu-se obrigado a procurar novas fontes de rendimento e de trabalho, levando-o a deixar a cidade de Braga.

D. Gaspar de Bragança ocupou a cadeira do arcebispado bracarense entre 1758 e 1789, tendo sido o segundo de dois prelados de sangue real a ser arcebispo da cidade de Braga (o primeiro foi D. José de Bragança, irmão do Rei D. João V). Conhecido vulgarmente como um dos Meninos da Palhavã, este prelado era filho bastardo do Rei, o qual o reconheceu como seu filho no final da sua vida, em 1752, a par com os seus dois irmãos. Contudo, apenas já no reinado de D. José I, foi oficializada a paternidade dos três filhos bastardos de D. João V (DUARTE, 2000).

A formação de D. Gaspar de Bragança foi da responsabilidade do clérigo Frei Gaspar da Encarnação, que o iniciou na vida religiosa, tendo o prelado, posteriormente, prosseguido os seus estudos em Coimbra, onde se formou em Teologia. Em 1756, D. Gaspar de Bragança era nomeado arcebispo de Braga, mas apenas em 1759 seria sagrado arcebispo, isto porque, apesar de formado em Teologia, não era sacerdote, o que obrigou a que este tomasse as ordens sagradas da Epístola para poder tomar a posse do arcebispado. Assim, somente três anos após a sua nomeação, é que D. Gaspar de Bragança fez a sua entrada solene na cidade de Braga.

D. Gaspar de Bragança foi o último de três prelados que formaram a tríade mecenática de arcebispos do barroco bracarense, iniciada no início do século XVIII por D. Rodrigo de Moura Telles ao introduzir o barroco na cidade e com D. Gaspar a fazer a transição do barroco para um novo estilo neoclássico e que, como referimos, foi um prelado culto, detentor de uma vasta biblioteca, homem de forte dinamismo e detentor de uma iniciativa construtiva que, ainda hoje, é evidente em inúmeros edifícios existentes na cidade, bem como nos seus arredores, como é o exemplo do projeto do Bom Jesus do Monte.

Dentro do perímetro urbano, espaço geográfico que nos propusemos analisar, foram inúmeras as obras por si patrocinadas, e que permitiram consolidar a paisagem urbana bracarense até aos dias de hoje.

Inicialmente permanecendo o traço de André Soares, num barroco tardio, mas que, devido à visão inovadora do arcebispo, acabaria por evoluir para um novo estilo, rompendo com o faustoso e cenográfico barroco para dar lugar a uma linguagem mais austera e limpa do neoclássico de Carlos Amarante.

Como fomos referindo, os artistas que foram intervenientes no espaço urbano setecentista bracarense estão, invariavelmente, associados ao nome dos arcebispos que compõem a cronologia dos prelados bracarenses do século XVIII. Podemos constatar que a cada prelado esteve sempre vinculado um ou mais artistas, que se tornavam seus protegidos, ou a quem recorriam permanentemente, para dar forma às suas ambições mecenáticas de deixar um legado construído na cidade.

No início do século XVIII, através das iniciativas de D. Rodrigo de Moura Telles, dão-se um conjunto de alterações na cidade que coincidem com a introdução de um novo estilo arquitetónico, para o qual serão constantemente chamados a intervir os artistas Manuel Pinto Vilalobos e Manuel Fernandes da Silva. Com a morte do prelado, verifica-se uma rutura com estes artistas para se introduzir uma linguagem mais internacional, que vigorou apenas no tempo de 13 anos de Sé Vacante, e que ficou retratada nas intervenções de um artista italiano Carlos Alberto Leone, que seria tão fugaz como o tempo em que se limita a vacância do arcebispado bracarense.

Com a nomeação de D. José de Bragança, surge uma nova abordagem à forma de projetar na cidade, a qual vai ter associado, inevitavelmente, o nome do artista maior do século XVIII bracarense, André Soares. A partir do traço exuberante de um rococó que rapidamente vai evoluir para um barroco tardio mais depurado, o arcebispo vai dar continuação à ação mecenática do seu antecessor, marcando a paisagem urbana da cidade. André Soares vai, ainda, estender a sua atividade até aos primeiros anos de prelazia de D. Gaspar de Bragança, contudo, o

arcebispo vai passar a recorrer ao seu protegido, o arquiteto e engenheiro Carlos Amarante, para introduzir uma nova linguagem arquitetónica na cidade, dando continuidade à evolução de estilos verificadas com os seus antecessores.

Com a morte de D. Gaspar, vai chegar à cidade um novo arcebispo, D. Frei Caetano Brandão (1790-1805), com o qual se vai assistir, na cidade, ao fim do domínio e administração da cidade por parte dos arcebispos, pois com a chegada deste prelado vai coincidir com extinção da jurisdição dos donatários em Portugal. A partir de então, dissipa-se o domínio dos arcebispos e das construções religiosas na cidade, acabando a sua supremacia na administração da cidade devido a uma lei secular, que relegou para uma posição secundária, apenas de importância religiosa e histórica, uma cronologia de arcebispos que, ainda hoje, ostentam o título de *primaz das espanhas* e que, desde o século XI, até à criação da figura do patriarca de Lisboa, em 1716, foram as figuras maiores da igreja em Portugal.

#### **4.2 As construções religiosas na consolidação e afirmação da paisagem urbana bracarense.**

O espaço urbano setecentista bracarense ficou marcado pela introdução de um novo estilo arquitetónico barroco, que teve o seu surgimento ainda na transição de séculos, em projetos que evidenciavam, ainda que de forma tímida, uma nova tendência decorativa das fachadas das novas igrejas. Esta nova abordagem arquitetónica viria, ao longo do século XVIII, a marcar, definitivamente, a paisagem urbana da cidade.

O barroco, em Braga, teve forte aceitação e condições excecionais para se afirmar. A cidade vivia um período de expansão demográfica e económica, e era gerida por um senhorio eclesiástico forte e organizado. Além disso, viu chegar à cidade, logo nos primeiros anos de setecentos, um arcebispo dinâmico, que deixou um legado considerável, que ficou na história bracarense como o segundo mais importante arcebispo do período moderno (FERREIRA, 1931:II).

D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) iniciou, logo após a sua chegada à cidade, um conjunto de intervenções na Sé Catedral, destacando-se a alteração da fachada, um projeto com o risco do mestre e arquiteto Manuel Fernandes da Silva, o mesmo que, anos antes, se encontrava já a trabalhar nas obras da nova sacristia da catedral. As intervenções promovidas por este prelado deram à catedral uma feição barroca, que foram coroadas pela colocação, na fachada, do brasão do arcebispo, como atualmente se pode observar.

Além da Catedral, por iniciativa deste prelado, foram levadas a cabo um conjunto de novas intervenções na residência oficial dos arcebispos (o Paço Episcopal). A seguir à Sé Catedral, foi este edifício o que mais intervenção teve ao longo dos séculos. Com D. Rodrigo de Moura Teles não foi exceção, devendo destacar-se neste conjunto, a nova capela por si mandada edificar, concluída no ano de 1708 (OLIVEIRA, 1993). Esta

capela interior do paço dos arcebispos foi, dentro do perímetro urbano da cidade, a primeira a ser construída sobre a forma de uma planta centrada, e seria, anos mais tarde, alvo de grandes alterações, ordenadas pelo seu sucessor D. José de Bragança (1741-1756). Esta capela já não existe, pois foi demolida no ano de 1921, a quando das intervenções da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, na reconstrução do complexo do paço episcopal (agora Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga).

A construção da Capela do Paço não teve, para o urbanismo bracarense, uma forte interferência. Na verdade, nem a paisagem urbana sofreu significativas alterações, visto a capela ser interior, apenas sendo visível a sua torre e zimbório, pelo exterior. Esta capela insere-se, isso sim, num processo de reedificação de igrejas ou capelas em substituição de outras já existentes, sendo que, a par com esta capela, devemos referir, também, a construção de um novo templo para a medieval Capela de S. Sebastião, bem como, a construção da nova Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, ambas construídas sobre a forma de uma planta centrada.

A Capela de S. Sebastião (Figura 39) foi reedificada no ano de 1715, e dois anos mais tarde, estava já concluída toda a obra. A reedificação desta capela foi realizada no mesmo lugar da anterior, de presumível origem medieval, que havia sido já intervencionada no tempo do arcebispo D. Diogo de Sousa. Esta capela era afeta à câmara municipal, tendo lá a sua padroeira. Contudo, a câmara deixou que esta chegasse a um avançado estado de ruína, levando a que o arcebispo D. Rodrigo providenciasse a sua reedificação, recorrendo, muito possivelmente, a Manuel Pinto Vilalobos para o projeto e a Manuel Fernandes da Silva para a construção (OLIVEIRA, 1993).



Figura 39 - Igreja de S. Sebastião, 2013 (Fonte própria).

A Capela de Guadalupe teve início à sua construção no ano de 1719, sendo Manuel Fernandes da Silva o construtor que arrematou a obra, bem como, embora sem documentos que suportem a afirmação, o autor do projeto para a capela, sendo o seu, o segundo projeto realizado, pois terá existido antes, em 1718, um primeiro projeto que não foi levado a cabo e que se desconhece o seu autor (ROCHA, 1996). Esta igreja, contudo, e comparando-a com a anterior, de S. Sebastião, apresenta já uma planta curvilínea mais animada, o que sugere uma evolução das formas e da planta. A Capela de Nossa Senhora de Guadalupe mantendo-se, grosso modo, inalterada até aos dias de hoje (Figura 40).



Figura 40 - Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, 2013 (Fonte própria).

Estas duas capelas vão ter protagonismos diferentes no tecido urbano. A primeira, de S. Sebastião, vai marcar a paisagem urbana, não pelas



mudanças no tecido urbano, mas sim na sua paisagem. A segunda, a Capela de Guadalupe, embora tenha a pretensão de marcar a paisagem urbana, ao localizar-se num ponto alto (Monte Reduto), vai ver serem abertas novas ruas na sua envolvente, bem como, uma nova praça (do Gavião ou Campo Novo) que vão facilitar o acesso ao templo e dar-lhe uma nova hierarquização no tecido urbano.

A Capela de Guadalupe goza de uma inserção urbana privilegiada. Localizada numa pequena elevação sobranceira ao Campo de Santa Ana, no Monte de Santa Margarida ou do Reduto, tem uma perspectiva singular da praça do Reduto (atual praça Mouzinho de Albuquerque) (ROCHA, 1996:148). É, portanto, a construção do complexo urbanístico do Campo Novo, uma obra que, aparentemente, não terá com a Capela de Guadalupe uma relação direta, no que ao planeamento diz respeito (OLIVEIRA, 2011b), mas que, consequentemente, e em virtude da abertura deste novo espaço público, vai beneficiar de uma maior importância e destaque, ao marcar, ainda que de forma indireta, o enquadramento visual a partir de uma das ruas abertas, a rua de Guadalupe, ao ligar diretamente a praça e a capela.

A abertura do Campo Novo, ou praça do Reduto ou do Gavião, foi o último grande espaço público aberto no período moderno, sendo o mais importante e significativo, após o plano expansionista de D. Diogo de Sousa. Diga-se, aliás, o único projeto urbanístico desenvolvido de raiz durante os séculos XVII e XVIII. Até então, os espaços e ruas abertas foram respondendo a necessidades pontuais, criadas pela necessidade de se promover o acesso a novas construções ou criar espaços de libertação da pressão construtiva em redor, como são exemplos o Convento do Carmo (abrindo-se uma nova rua) e o Convento da Conceição (criando-se em frente um terreiro).

O complexo do Campo Novo tem sido, ao longo dos anos, datado como sendo uma urbanização iniciada no ano de 1725. Contudo, investigações

recentes trouxeram ao público novos documentos que atestam o início do processo de abertura do complexo no ano de 1720 (OLIVEIRA, 2011b). Infelizmente continua, até aos dias de hoje, sem se conhecer o autor deste projeto urbanístico, o que facilitaria o entendimento de todo o conjunto. Podemos, ainda assim, percorrer o existente, o que nos permite leituras do espaço onde é perceptível um cuidado com a harmonização e uniformidade, na relação entre a praça, ruas e edificado, este último, vinculado a um conjunto de regras que vão desde o número de pisos a construir, até ao espaçamento dos alçados, sendo que esta nova abordagem urbanística representa *para a época uma intervenção com vasta amplitude inovadora e que imprime uma ruptura no sistema espontâneo de crescimento da cidade* (BANDEIRA, 2000:137).

O complexo do Campo novo é composto por uma praça central quadrangular e por quatro ruas que confluem a partir dos seus vértices. A praça do Gavião está implantada de forma ortogonal, tendo em conta o encaixe de ruas que a complementam, criando a ilusão de se tratar de uma praça de maiores dimensões, devido à perspetiva que se prolonga quase infinitamente a partir das ruas que compõe o conjunto (Figura 41).

Este projeto urbanístico foi implantado num vazio urbano, encaixando-se entre dois acessos radiais, as vias oriundas do espaço periurbano da Igreja de S. Vicente e, também, do grande espaço público que veio, ao longo dos anos, ganhando uma crescente notabilidade, o Campo de Santa Ana. Com a criação do complexo e, nomeadamente, a partir das ruas abertas, criaram-se novos eixos de ligação entre estes espaços. No Sentido norte-sul, foram abertas a rua das Oliveiras e a rua de S. Gonçalo, sendo que, estas duas ruas permitiram uma maior mobilidade urbana entre S. Vicente e Santa Ana, contribuindo, desta forma, para uma maior centralidade do Campo de Santa Ana e para a agregação de S. Vicente, de forma definitiva, à mancha urbana da cidade, pois a ocupação do vazio entre ambos, com a urbanização do Campo Novo, traduziu-se numa

ocupação, ainda que de forma gradual, de todo o vasto espaço que mediava os dois pontos da cidade.

Outro eixo contemplado na criação do Campo Novo foi, obviamente, um de sentido este-oeste, nomeadamente, a abertura das ruas de Sto. André e de Guadalupe. A primeira ligou a praça à rua do Carvalhal que, aberta anos antes, veio estabelecer uma relação direta com o Convento do Carmo (aberto na segunda metade do século XVII) e as únicas vias que, até então, ligavam a cidade à localidade periurbana da Igreja de S. Vicente, as ruas dos Chãos de Cima e dos Chãos de Baixo.

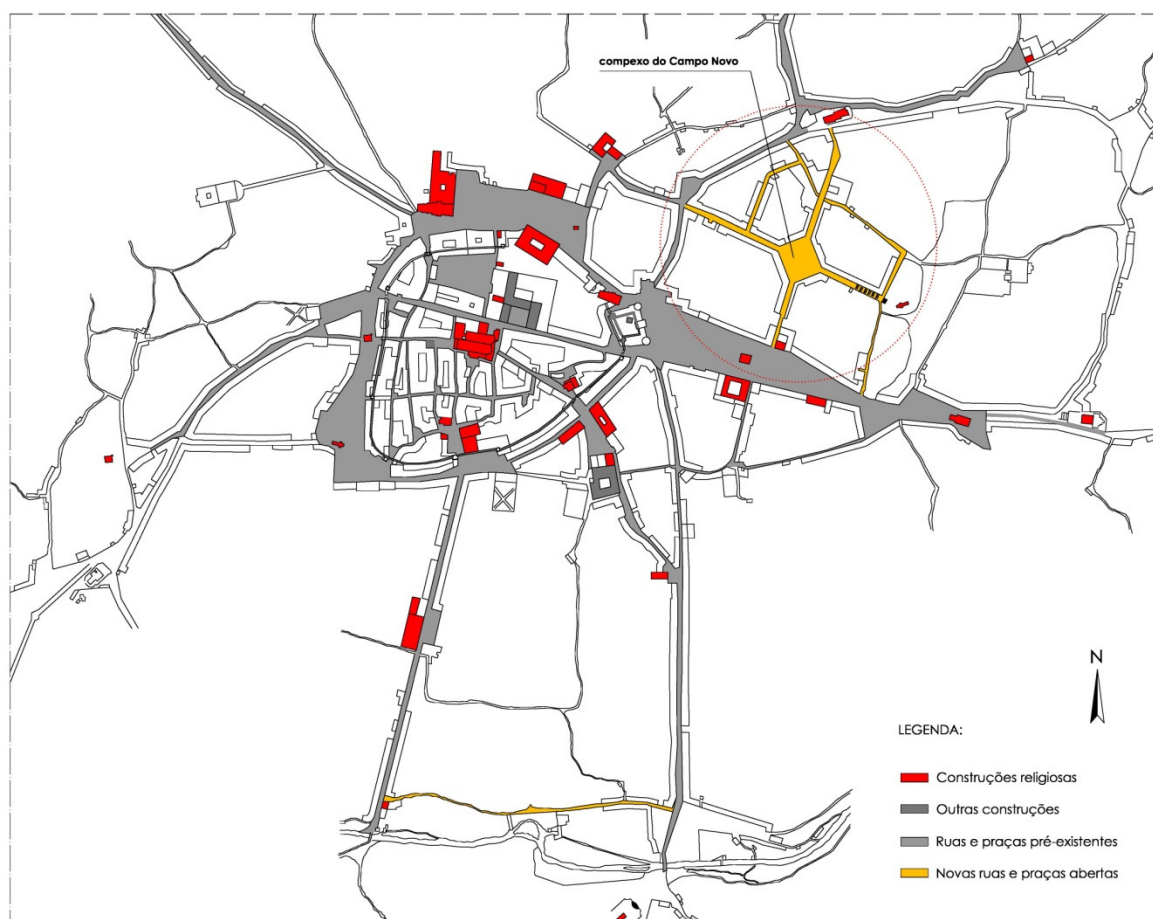


Figura 41 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, abertura do complexo do Campo Novo, século XVIII (Fonte própria).

A rua de Guadalupe, localizada na vertente a este da praça do Gavião, com menor serventia que a de Sto. André veio trazer a este complexo um elemento que, embora construído na mesma época, não faz parte do

conjunto. Referimo-nos à Capela de Guadalupe, cuja orientação não se enquadra com a praça ou as ruas, mas que, devido à elevação em que se encontra implantada, acabou por beneficiar de uma relação visual privilegiada de todo o conjunto, marcando e interrompendo a perspetiva infinita da rua. De facto, esta rua é, das quatro que compõe o complexo, aquela que menor profundidade tem, sendo cortada perpendicularmente pela rua do Sardoal e esbarrando, visualmente, com a capela (OLIVEIRA, 2011b).

As ruas do complexo do Campo Novo (com a exceção da rua de Guadalupe) vão se prolongar infinitamente devido à relação de continuidade que vão estabelecer com outras ruas existentes, evidenciando uma preocupação de não fechar o projeto em si mesmo, mas sim, tornando-o num projeto aberto e contínuo, estabelecendo uma nova ordem urbana, reveladora de uma visão inovadora de pensar a cidade e criando uma rutura com a forma casuística e radial de fazer cidade (BANDEIRA, 2000).

Se analisarmos a rede viária, podemos estabelecer relações entre as novas ruas criadas no complexo do Campo Novo e as existentes, ou outras que se vão abrir posteriormente. A rua de Sto. André vai-se ligar e prolongar a partir da rua do Carvalhal, a rua de S. Gonçalo vai-se prolongar pela congosta da Palha depois de atravessar o Campo de Santa Ana e a rua das Oliveiras vai desaguar no largo da Igreja de S. Vicente, encadeando-se, posteriormente, num conjunto de percursos alternativos (rua dos Chão de Cima, rua de Infias e rua das Palhotas).

A dimensão do projeto urbanístico do Campo Novo deu lugar, ainda, ao surgimento de uma rede secundária de ligação entre as várias ruas que o compõe, nomeadamente com a abertura da rua de S. Barnabé, bem como a rua de Camões que, posteriormente se vai ligar às ruas do Sardoal e de Santa Margarida (na altura uma cangosta).

Este projeto urbanístico representa, como referimos, uma abordagem nova de conceber e pensar a cidade. Quem foi o seu autor é uma incógnita que permanece, contudo, é possível especular que *a ideia terá sido importada, pois o desenho enquadra-se perfeitamente nos parâmetros dominantes do urbanismo barroco. Embora muito aquém da magnificência e complexidade de outros expoentes paradigmáticos da época* (BANDEIRA, 2000:137).

Analisando a praça no contexto em que se insere esta dissertação, a análise urbana a partir das construções religiosas, também aqui revela uma nova realidade no urbanismo bracarense. Pela primeira vez, em todo o período moderno, é aberta uma praça sem que se contemple a construção de um edifício de cariz religioso, nem se condicione o espaço em função de uma capela ou igreja existente. Ainda hoje não se vislumbra, em toda a praça, nenhuma construção religiosa, o que leva a crer que a praça foi concebida, muito possivelmente, com a finalidade de ter um usufruto essencialmente residencial.

A análise que podemos, ainda assim, fazer do complexo do Campo Novo, na relação que este estabelece com as construções religiosas, é sempre uma relação secundária, nomeadamente com a Capela de Guadalupe e, também, com a Igreja de S. Vicente, a Ermida de Santa Ana (que apenas foi demolida no ano de 1769) e o Convento do Carmo. Efetivamente, todas as ruas abertas vão estabelecer eixos de ligação entre a praça e todos estes equipamentos religiosos, criando assim uma rede viária que veio melhorar e estabelecer uma relação de proximidade entre os vários pontos da cidade para onde desaguam cada uma das ruas.

A criação do complexo do Campo Novo foi, em termos urbanísticos, a primeira grande intervenção realizada na cidade setecentista. Contudo, mais dois espaços públicos foram alvo de significativas intervenções onde se veio a verificar, essencialmente, uma reorganização ou transformação

da paisagem urbana, onde o barroco, a religião e o poder, procuraram afirmar-se através das novas construções. Assistiu-se, na cidade, a consideráveis alterações da paisagem urbana, nomeadamente no Campo de Touros, onde foram construídos dois notáveis edifícios (a nova ala do Paço Episcopal e a nova Casa da Câmara), e o Campo de Santa Ana, o local privilegiado das afirmações e centralidade da cidade, que, desde o final do século XVII, foi assistindo a uma crescente procura dos seus terrenos para novas construções, o que viria a afirmar, definitivamente, este espaço como o novo centro da urbe bracarense em detrimento da Sé Catedral.

O Campo de Santa Ana é, para a história do urbanismo bracarense, o espaço máximo de representação da abertura e crescimento da cidade para fora do seu núcleo medieval. Aberto no início do século XVI por D. Diogo de Sousa, este espaço viria a tornar-se, já no século XVIII, no principal palco das vivências da cidade. Contudo, analisado o crescimento da cidade a partir das construções religiosas, podemos constatar que, no Campo de Santa Ana, o crescimento foi lento e gradual, em comparação com outros espaços abertos na mesma época que, no final dos séculos XVI e XVII, já se encontravam consolidados e preenchidos. Contrariamente, neste espaço, apenas no final do século XVII vai ser possível assistir a novas iniciativas construtivas, nomeadamente a fundação do Recolhimento da Penha de França e do Convento dos Congregados.

A abertura do Campo de Santa Ana contemplou, na época, como parte integrante, a construção da Ermida de Santa Ana, bem como a integração da Capela de S. Gonçalo, a Igreja da Senhora-A-Branca, a cidadela e, por fim, a construção de uma alfândega ou aljube para abrigar os comerciantes que vinham abastecer a cidade. É precisamente a partir deste último equipamento, criado por D. Diogo de Sousa, que no início do século XVIII, o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles vai dar início

ao processo de afirmação de todo o vasto Campo de Santa Ana, elegendo-o definitivamente como a principal praça da cidade, nomeadamente, a partir da ordem remetida à câmara municipal, para a construção do novo alpendre e aljube da cidade, no ano de 1715 (OLIVEIRA, 2011b).

A construção de um novo equipamento deste género viria a beneficiar, em muito, os comerciantes que abasteciam a cidade, ao criar melhores condições para que se fizessem as trocas comerciais necessárias ao quotidiano da população. Também aqui, a população beneficiava das melhores condições desta nova estrutura, que permitia que se realizassem os negócios sem incómodos consideráveis em dias de chuva, pois a estrutura era composta por um conjunto de arcos e coberto. Refira-se, também, que no arco central, mandou o arcebispo colocar a figura de Braga e, ainda no seguimento da construção dos alpendres, mandou que se reformassem também os camaranchões das cabeceiras, obra que seria realizada no ano de 1719 (FERREIRA, 1932:II).

A construção deste novo aljube ou alpendre, encostado ao castelo da cidade, pode ser visto como o elemento fulcral da afirmação deste espaço como o novo centro cívico da cidade, sendo que, efetivamente, este edifício é, ainda hoje, o símbolo da centralidade da cidade de Braga, embora com um conjunto de elementos que lhe foram associados ao longo dos anos seguintes, designando-se, hoje em dia, de Arcada da Lapa, e não de aljube ou alpendre como nos primórdios da sua fundação (Figura 42).

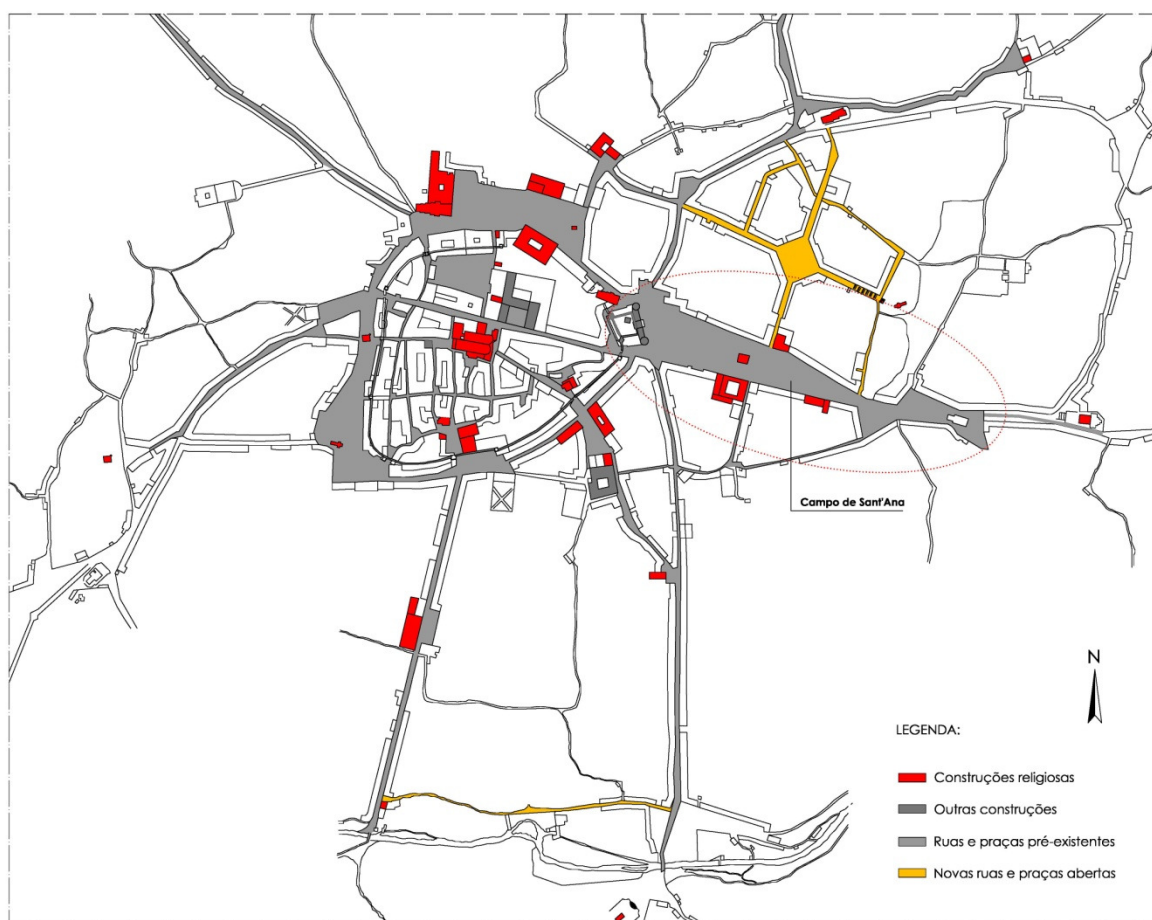


Figura 42 - Planta sequencial da evolução urbana bragançense, Campo de Sant'Ana com implantação dos Alpendres e construções religiosas, século XVIII (Fonte própria).

D. Rodrigo de Moura Teles, após a tomada do arcebispado bragançense, deu início à maior ação mecenática que se haveria de assistir na cidade (desde a morte de D. Diogo de Sousa), ao realizar um conjunto muito significativo de obras no espaço urbano, que tiveram início com a reconstrução das capelas do Paço, de S. Sebastião e de Nossa Senhora da Guadalupe, mas também, em conjunto com estas, deu ordem para a construção, aumento ou elevação de recolhimentos a conventos.

O primeiro recolhimento a ser elevado por D. Rodrigo de Moura Teles foi o da Penha de França, que tinha sido fundado anos antes, em 1652, no lado sul do Campo de Santa Ana. O arcebispo propôs a sua elevação a convento, bem como, a sua ampliação e, por fim, a construção da respetiva igreja, com o traço do arquiteto e mestre pedreiro Manuel



Fernandes da Silva (OLIVEIRA, 1993). Refira-se, ainda, que as obras se estenderam por sete anos, pois as referências bibliográficas referem que o arcebispo em 7 de Junho de 1720 lançou e benzeu a primeira pedra da igreja para o novo convento da ordem da imaculada Conceição, que estava acabado em 1727 (FERREIRA, 1932:II:252) (Figura 43).



Figura 43 - Igreja do Convento da Penha de França, 2013 (Fonte própria).

A primeira metade de Setecentos foi de grande atividade na cidade, com especial incidência no campo de Santa Ana, onde se assistiu, no espaço de um quarto de século, a várias construções religiosas que viriam a moldar a sua paisagem até aos dias de hoje. Refira-se que o Convento dos Congregados era, por essa altura, um estaleiro de obras que se vinha estendendo desde os finais do século XVII, acabara de se construir os novos Alpendres da cidade e, além disso, assistia-se no Campo de Santa Ana à ampliação do Convento da Penha de França e da sua igreja, bem como, à fundação de um novo recolhimento, o de Santa Maria Madalena, vulgarmente conhecido como Recolhimento das Convertidas.

O Recolhimento de Santa Maria Madalena e S. Gonçalo foi fundado no ano de 1720, por D. Rodrigo de Moura Teles, que pretendia dotar a cidade de um espaço para acolher mulheres arrependidas ou convertidas. O local escolhido para a construção do recolhimento foi o Campo de Santa, na sua vertente Norte, nomeadamente, na Capela de S. Gonçalo (edificada no ano de 1500) e nas casas a ela encostadas, as quais, o

arcebispo comprou e demoliu, construindo, assim, o recolhimento no seu lugar.

A historiografia revela-nos que a construção do Recolhimento das Convertidas foi custeado, na sua totalidade, pelo arcebispo, mas não nos dá a conhecer quem terá sido o autor do projeto. Ainda assim, seguindo a sugestão de outros autores, aceitamos como bastante plausível, a possibilidade de este ser um projeto de Manuel Pinto Vilalobos ou Manuel Fernandes da Silva, devido ao facto de serem estes dois artistas, aqueles a quem o arcebispo foi recorrendo ao longo da sua prelazia (OLIVEIRA, 1999; ROCHA, 1996). Sabemos, contudo, que a construção do recolhimento foi rápida pois, volvidos dois anos, em Abril de 1722, foi inaugurada toda a obra (FERREIRA, 1932:II) (Figura 44).



Figura 44 - Recolhimento das Convertidas, 2013 (Fonte própria).

A atividade construtiva em torno dos conventos da cidade estava, efetivamente, bastante dinâmica. Assistia-se, por esta altura, a constantes remodelações, aumentos e à construção de novas igrejas nos complexos que ainda não as tinham. Aqui, refira-se, além das já mencionadas, a construção das igrejas dos conventos dos Remédios e da Conceição.

O Convento dos Remédios foi construído no século XVI, sendo o primeiro convento a ser construído na cidade de Braga. A sua construção contemplou, na altura, uma igreja, contudo, este complexo viria a ser alvo de novas intervenções, entre as quais, a construção de uma nova igreja,

no ano de 1724, sendo que construção da nova igreja teve como autor o arquiteto vimaranense António Pinto de Sousa, o qual projetou uma *curiosa fachada com 6 estátuas e columnas corinthias torcidas* (BELINO, 1900:171) (Figura 45).



Figura 45 - Fachada da Igreja dos Remédios, 1907 (MI/CMB).

Nestas iniciativas de construir novas igrejas para os conventos, também o Convento da Conceição foi contemplado com a construção de uma nova igreja, na sua extremidade sul, no ano de 1725, tendo demorado três anos a concluir-se toda a obra. Como complemento refira-se, também, que esta igreja foi demolida no ano de 1879, para no seu local se construir um novo edifício, destinado a uma oficina de tecelagem para o Colégio da Regeneração, criado e instalado no Convento da Conceição no ano de 1863 (BELINO, 1900).

No mesmo ano que se dava por concluída toda a obra da igreja do Convento da Conceição, outro acontecimento viria a marcar a cidade. Em 1728 morria o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, após 24 anos de uma prelazia que ficaria gravada na história urbana da cidade, não só pelo espaço urbano do Campo Novo, mas também, pelas obras construídas que, ainda hoje, perduram e marcam a paisagem urbana bracarense.

Após a morte de D. Rodrigo de Moura Teles, segue-se um período de treze

anos de Sé Vacante. Mas, mesmo sem prelado, a cidade não parou, continuaram-se a fazer novas obras na cidade, quer por iniciativa do Cabido da Sé, quer por ordens religiosas instaladas na cidade ou por patrocínio de devotos. Estas iniciativas permitiram a continuação da consolidação da mancha urbana existente, bem como o reforço da sua nova imagem barroca.

Os edifícios religiosos, nomeadamente os conventos e recolhimentos, tiveram um papel importante na consolidação da malha urbana da cidade, pois, devido à sua dimensão, ocupavam consideráveis áreas de implantação. Além disso, eram edifícios em constante transformação, alvo de sucessivos aumentos que os tornavam, pela sua dimensão, pontos de referência na paisagem urbana. Mas refira-se outro facto que foi intensificado a partir da prelazia de D. Rodrigo de Moura Teles: a construção de novas igrejas nos conventos. As igrejas dos conventos, para além de servirem a comunidade religiosa e civil, davam à cidade uma nova imagem, ao serem as construções onde o sentido estético era tido como um forte incremento para a valorização e dignificação da ordem religiosa a que se destinava.

A construção de igrejas nos conventos começou a precipitar-se nos primeiros anos de setecentos, não que já não existissem antes, o que acontece é que passa a dar-se uma nova dimensão arquitetónica às mesmas, uma dimensão estética barroca, nomeadamente com as igrejas dos conventos da Penha de França, da Conceição e das Convertidas, todas estas por altura da prelazia de D. Rodrigo de Moura Teles. Contudo, este fenómeno ultrapassou o próprio tempo do arcebispo, pois nos anos seguintes, vai prevalecer esta tendência de se construírem novas igrejas para os conventos, onde as fachadas se vão tornar elementos referenciais da paisagem urbana. Aqui, refira-se também, a importância dada ao interior dos templos, onde a talha dourada era, inevitavelmente, a representação mais faustosa de todo o conjunto, captando o olhar e

veneração de todos os que se deslocavam às igrejas dos conventos, talvez até, uma tentativa de cativar a frequência diária dos fiéis nas suas missas, bem como o seu apoio e patrocínio para suportar as atividades diárias dos conventos e das suas obras.

Ainda nos resquícios da morte do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles deu-se o início à construção do Recolhimento De Nossa Senhora do Rosário, vulgarmente conhecido por Recolhimento da Tamanca, devido ao facto *das duas mulheres que deram origem ao recolhimento (...) vieram calçadas de tamancas* (BELINO, 1900:197).

Esta ordem que, a quando da sua fundação na cidade, se instalou numa casa na cangosta da Palha, deu princípio à construção de um novo recolhimento na rua do Assento, local onde *compraram um campo, onde construíram em 18 de Maio de 1728 casa para o recolhimento com celas, portaria, etc.* (FERREIRA, 1932:II:275).

A construção do Recolhimento da Tamanca teve a oposição do arcebispo, que terá impedido a continuação da obra, alegadamente por estas serem da Ordem Dominicana. Tal posição do arcebispo terá sido ultrapassada, somente, após a sua morte, tendo a licença para a construção da capela sido autorizada já no período de Sé Vacante. Ainda assim, voltaram estas religiosas a ter divergências, desta vez com o cabido, motivadas por estas terem posto, sem consentimento, o brasão da sua ordem no edifício (BELINO, 1900).

Este recolhimento, tal como quase todos os outros na cidade, viria a ser aumentado nos anos seguintes, tendo-se construído um mirante em 1755, bem como uma nova capela, com acesso direto para a rua em 1756, já na Sé Vacante que se seguiu à morte do arcebispo D. José de Braga.

Analisando o espaço temporal que medeia a prelazia de D. Rodrigo de Moura Teles e a do arcebispo D. José de Bragança, seria expectável que houvesse um abrandamento da atividade construtiva na cidade (no que

às construções religiosas diz respeito), mas na verdade, tal não se verificou, antes pelo contrário. Foram treze anos de significativa atividade na cidade, talvez fruto do exemplo de dinamismo do arcebispo, que fez com que as instituições religiosas da cidade tomassem, posteriormente, a iniciativa de aumentar as suas edificações.

Além das obras nos edifícios religiosos já mencionados, foram levadas a cabo um conjunto de construções, aumentos e intervenções no curto espaço da Sé Vacante, destacando-se a construção de uma nova fachada para a igreja do Convento do Pópulo, para substituir a anterior, *de um gosto simples e sem torres, que erguia-se onde agora encosta o anteparo. A torre de então vê-se ainda nas costas da igreja, faltando-lhe a elegante cúpula que uma faísca destruiu (...) construindo-se a actual fachada, muito elegante e com duas torres (...) a 6 metros de distância da primitiva fachada* (BELINO, 1900:180). Também o convento foi alvo de obras no seu claustro em 1735 e, já no último quartel do século XVIII, a fachada da igreja foi novamente intervencionada, desta feita, com um projeto do arquiteto e engenheiro Carlos Amarante, mantendo-se inalterada até aos dias de hoje (Figura 46).



Figura 46 - Igreja e Convento do Pópulo, 2013 (Fonte própria).

Entre a construção da nova fachada da Igreja do Pópulo e o aumento dos claustros do convento, assistiu-se, também, ao aumento do Convento do Salvador, no ano de 1734, e ainda, a obras na fachada da Igreja de

Santa Cruz, no ano de 1730, onde foi requisitado, primeiramente, o risco de Manuel Fernandes da Silva, contudo, este não convenceu, tendo sido chamado a fazer novo risco Manuel Pinto Vilalobos, o qual também não viu o seu projeto seguir avante. Somente em 1731 acabariam por se iniciar as obras na igreja, desta feita, com o traço de Carlos António Leone, nomeadamente, com o risco para a alteração do topo da fachada e das torres. Refira-se que, em termos artísticos, a escolha de um estrangeiro significou uma rutura com os artistas locais, na tentativa de trazer para a cidade um estilo internacional, tendência seguida, à época, nas obras régias (ROCHA, 1996).

Ao referirmo-nos a estas intervenções, ainda que de forma sucinta, temos como objetivo, reforçar o nosso entendimento de que a cidade setecentista, viveu mais das transformações da paisagem urbana, através da arquitetura, do que da abertura de novos espaços públicos.

A introdução de uma nova linguagem barroca veio dinamizar a atividade construtiva que, tendo em conta as características administrativas da cidade, eram fortemente impulsionadas pelas construções religiosas. A ampliação dos conventos, pela sua dimensão, marcavam a cidade, mas também as intervenções de menor dimensão, nomeadamente nas fachadas das igrejas, alteravam a paisagem urbana, dando-lhe uma nova dimensão arquitetónica.

As opções construtivas para novos equipamentos religiosos eram condicionadas pela capacidade financeira dos seus empreendedores que, consoante os fundos disponíveis, construíam edifícios de uma arquitetura mais simples e depurada ou, ao invés, de uma arquitetura mais faustosa e rica em ornamentação. Para melhor se compreender a diferença da dimensão artística face à origem da iniciativa construtiva refira-se, como exemplo, duas capelas (Capela da Senhora das Ancias e Capela de Nossa Senhora da Abadia), construídas no período de Sé Vacante, as quais distam apenas três a sua construção.

A Capela de Nossa Senhora das Ancias situa-se na rua da Boavista (vulgarmente conhecida por rua da Cónega) e a sua construção deveu-se à iniciativa dos moradores da referida rua da cidade que, no ano de 1735, deram início à construção da capela, conforme se pode ler na fachada (BELINO, 1900). As condicionantes financeiras derivadas do facto de esta ter sido uma obra levantada apenas com o contributo dos moradores, parece-nos, o principal motivo para a opção arquitetónica de construir uma capela pequena, absorvida, nas suas laterais, por construções habitacionais. Além disso, a sua fachada simples e sem ornamentação, não criou um impacto visual significativo na fisionomia da rua (Figura 47).



Figura 47 - Capela de Nossa Senhora das Ancias, 2014 (Fonte própria).

As pesquisas por nós desenvolvidas relativamente à Capela de Nossa Senhora da Abadia, não nos permitiram obter muitas informações, nomeadamente, a quem pertenceu a iniciativa da sua construção. Contudo, com os dados obtidos, é nos possível conjecturar que a mesma terá partido da iniciativa da Confraria da Abadia, pois sabemos ter existido uma confraria assim designada junto à Porta do Souto (OLIVEIRA, 1981). Tendo em conta a bibliografia de referência, esta capela veio substituir uma anterior, *mandada construir por D. Diogo de Sousa, sobre três arcos, laterais e fronteiro, vedados por grades de ferro e media 15 palmos de comprimento e 12 de largo* (BELINO, 1900:251). Esta capela, dedicada a Nossa Senhora da Abadia, encontrava-se encostada à



muralha do castelo voltada para a atual rua do castelo e largo Barão de São Martinho, e terá sido construída no ano de 1738, ocupando a implantação da anterior. Refira-se, ainda, que esta capela foi demolida, juntamente com o castelo da cidade, no início do século XX (Figura 48).



Figura 48 - Capela de Nossa Senhora da Abadia, s.d. (BPI).

A Capela de Nossa Senhora da Abadia, comparativamente com a da Senhora das Ancias, revela-se de uma arquitetura mais rica na sua fachada, denunciando um maior poder económico de quem encomendou a obra. Também a sua localização poderá ter tido importância nas aspirações do seu promotor. Certo é que, analisando as duas fachadas, observamos um cuidado estético que não se evidencia na sua contemporânea, localizada numa via periurbana da cidade. A Capela da Senhora da Abadia, embora de pequena dimensão, revela uma intenção de marcar a paisagem que a envolve, nomeadamente através da sua fachada de dois pisos.

Aproximava-se a nomeação de um novo arcebispo quando, na cidade, se dava início a intervenções em dois importantes conventos da cidade, um masculino (Convento dos Congregados) e um feminino (Convento dos Remédios). No primeiro, deu-se início à construção da igreja. No segundo, as intervenções contemplaram o aumento do convento, da cerca e ainda a construção de um mirante voltado para o Campo de Santa Ana.

Quando a congregação dos oratórios de S. Filipe de Nery se instalaram na cidade, fundaram uma capela no local onde, anos mais tarde, deram início à construção do convento. Durante a prelazia de D. Rodrigo de Moura Teles, procederam a um aumento do convento e, já no período de Sé Vacante, deram início à construção da igreja, no ano de 1739, ainda sem a fachada que atualmente possui. Este convento, revelar-se-ia a mais longa obra e ser edificada no espaço do Campo de Santa Ana, estendendo-se por três séculos, pois a sua fundação deu-se no final do século XVII e estendeu-se até ao século XX, altura em que se construiu a torre poente da igreja. Pelo meio, viria a intervir André Soares com o risco da imponente fachada da igreja e da capela dos monges.

O Convento dos Remédios, após o ciclo de obras que se iniciou em 1741 e se prolongou até 1751, tornou-se (a par com o Convento do Pópulo) o maior complexo religioso existente na cidade de Braga. Para isso contribui, definitivamente, a construção de um novo dormitório, que se estendeu pelo interior do quarteirão até à esquina da rua das Águas com o Campo de Santa Ana, gaveto onde foi construído um mirante. Também no ciclo de obras compreendido neste espaço temporal foi construído o muro da cerca do convento. Após este ciclo de obras que se estendeu por dez anos, não se verificaram mais intervenções significativas neste convento. Sendo esta a configuração que permaneceu até ao início do século XX, altura em que foi demolido.

Depois da morte de D. Rodrigo de Moura Teles, à qual seguiu uma vacância de treze anos, era nomeado um novo arcebispo, o primeiro de dois prelados de sangue real que viriam a marcar a história da cidade setecentista. A 11 de Fevereiro de 1739, o Rei D. João V nomeava o seu irmão, D. José de Bragança, para arcebispo de Braga, contudo, a confirmação pela Santa Sé apenas seria dada no ano de 1740 e a entrada solene do novo prelado na cidade só aconteceria em Julho do ano seguinte (FERREIRA, 1932:II).

D. José de Bragança, o segundo prelado de uma tríade de notáveis arcebispos do século XVIII, ficaria ligado, na história urbana da cidade, a diversas iniciativas, as quais, ainda hoje, podemos observar no espaço urbano bracarense, destacando-se, entre elas, a ala barroca do Paço Episcopal e a Casa da Câmara. Mas também foi de igual modo marcante a obra do complexo de captação de água das Sete Fontes, uma obra de engenharia hidráulica verdadeiramente notável para a época, que veio resolver eventuais problemas de abastecimento de água à população que, em meados de setecentos, vivia um período de crescimento urbano e demográfico, originando a criação da paróquia de S. José de S. Lázaro, no ano de 1747, e que resultou da divisão em duas da existente paróquia S. Victor.

No espaço temporal que medeia a nomeação e a sua chegada à cidade, D. José de Bragança ordenou que se reparasse o Paço Episcopal, resultando dessa intervenção um dos mais notáveis edifícios da sua prelazia e que introduziu, na cidade, os primeiros traços do génio rococó de André Soares. Terá sido, aliás, a construção da nova ala do paço que catapultou o artista profissionalmente (OLIVEIRA, 2011b).

Em 1741, ainda antes da entrada em Braga do arcebispo, aquela que seria a sua residência oficial, entrava em obras, com vista ao melhoramento e aumento do complexo residencial, tendo-se reformado a capela, os edifícios existentes e construído uma nova ala barroca no Paço Episcopal. As obras neste complexo, devido à sua dimensão e monumentalidade, foram longas, tendo sido concluídas apenas em 1751. Contudo, não sendo o propósito deste estudo o elemento arquitetónico, mas sim, a relação que este veio estabelecer com o tecido urbano e, mais concretamente, com a praça que o fronteia, é sobre esta matéria que iremos dissertar de seguida.

O século XVIII bracarense ficaria marcado, essencialmente, no que ao urbanismo diz respeito, por três acontecimentos que viriam a marcar a

consolidação urbana da malha setecentista, sendo eles a abertura do complexo do Campo Novo, a lenta consolidação e ascensão a centro cívico do Campo de Santa Ana e, por fim, a afirmação urbanística do Campo dos Touros, onde se viriam a construir dois notáveis edifícios; a nova ala barroca do palácio dos arcebispos (Figura 49) e os novos paços do conselho, ambos projetados por André Soares (OLIVEIRA, 2011b).



Figura 49 - Ala barroca do Paço Episcopal, 2013 (Fonte própria).

O Campo de Touros, tal como o nome sugere, era o local onde, desde o final do século XVI, se organizavam os jogos equestres da cidade. Função que se manteve até meados do século XVIII, altura em que entra na cidade o arcebispo D. José de Bragança, que ordenou a construção da nova ala do paço episcopal. Com esta nova construção iniciava-se assim uma mudança na função e identidade deste espaço público que, até então, não tinha relevância arquitetónica no tecido urbano bracarense.

A mudança de função do Campo dos Touros iniciou-se com a construção da ala barroca do Paço Episcopal, e foi consolidada em 1753, com o início da construção dos novos paços do conselho, numa organização e inserção hierarquicamente inferior, relativamente ao palácio dos arcebispos onde, na implantação, *soergueu ligeiramente o lugar da porta principal e do piso térreo, não os deixou ao mesmo nível da praça que defronta, sendo necessário subir dois ou três metros, sendo que, se virmos os restantes edifícios desta rua, não há qualquer razão para o palácio*

*estar numa cota sobrelevada. Mas ganha desta forma uma posição ainda mais dominante, o que já lhe era dado pela grande extensão da sua fachada e pelo enorme volume que ocupa na pequena praça (OLIVEIRA, 2011b:III:282).*

Ao autorizar a construção da nova Casa da Câmara, o prelado definia aquele que se tornaria, definitivamente, no centro de decisão e poder da cidade que, como referimos, compreendia uma posição de submissão do poder municipal sobre o religioso através do jogo de elevação e arquitetura, onde a construção dos paços do conselho ficava numa posição inferior, tanto em escala como em implantação.

A iniciativa da construção da Casa da Câmara partiu da própria municipalidade que, achando o edifício existente (em frente à Sé Catedral) devoluto e em estado avançado de degradação, pediu autorização ao arcebispo para a construção de uma nova casa no Campo de Touros, em frente do palácio dos arcebispos. Mais ainda, atendendo ao facto de que não possuía a camara verba para a sua construção, autorizou o arcebispo que se contraísse um empréstimo para a sua construção (OLIVEIRA, 2011b).

O edifício da Câmara Municipal, tal como o conhecemos atualmente (Figura 50), completo, remonta a meados do século XIX, mais concretamente ao anos de 1863, altura em que se concluiu as obras de construção da parte voltada a norte, iniciadas em 1861. Até então, o edifício apenas estava construído no seu corpo central e sul. Limitações financeiras, dificuldades em adquirir ou expropriar os proprietários da moradia existente a norte, ou mesmo o facto de a edilidade não ter a necessidade de concluir o edifício, como relatam as atas municipais, são hipóteses possíveis e, na verdade, todas plausíveis.



Figura 50 - Casa da Câmara Municipal de Braga, 2013 (Fonte própria).

É conhecido que a escolha do lugar veio da câmara municipal que, aquando do pedido ao arcebispo das autorizações, já referia o local onde pretendia que fosse construído o edifício, sendo plausível que a escolha do lugar se prendesse, efetivamente, com a intenção de juntar, numa só praça, o centro de decisões da cidade. Contudo, não existe documentação que suporte tal sugestão. Ainda assim, atendendo que existiam na cidade outras praças mais importantes, onde a construção deste edifício se revelaria mais dominante, como por exemplo, o Campo de Santa Ana, local que se vinha afirmando como o novo centro cívico da urbe, a escolha recaiu sobre o Campo de Touros. O motivo, não o sabemos. Mas relembramos que este espaço público acabava de ganhar uma nova dimensão urbana, era a praça mais recente da cidade e isso pode ter influenciado, também, a escolha do lugar em detrimento de outras praças da cidade com funções já definidas.

Com a escolha do Campo de Touros para a construção da nova Casa da Câmara, e com a construção, anos antes, da ala do paço voltada para esta praça, a cidade ganhava um novo espaço de afirmação urbana, distribuindo-se, assim, pelas praças da cidade diferentes ocupações e funções. O Campo de Touros tornava-se na praça do poder civil e religioso da cidade, enquanto o largo do Paço ocupava uma função administrativa e judicial. Fora da velha urbe, nos novos anéis que envolviam a muralha, nomeadamente no Campo de Santa Ana,

predominava a função comercial. O Campo da Vinha era dominado pelas ordens monásticas e pelo Seminário de S. Paulo, enquanto o largo do Remédios tinha uma função assistencial por parte do hospital e das freiras do Convento do Remédios. Por fim, refira-se a praça do Gavião, no complexo do Campo Novo, que se restringia à função residencial.

O Campo dos Touros foi, pelo que fomos referindo, o espaço de excelência da prelazia de D. José de Bragança. Construíram-se dois edifícios marcantes na paisagem urbana bracarense que, ainda hoje, são referências da arquitetura barroca da cidade. Também a função e significado desta praça permaneceu até aos dias de hoje. Não que se tenha mantido inalterada após a morte do arcebispo, mas porque se manteve como a praça do poder na cidade (Figura 51).

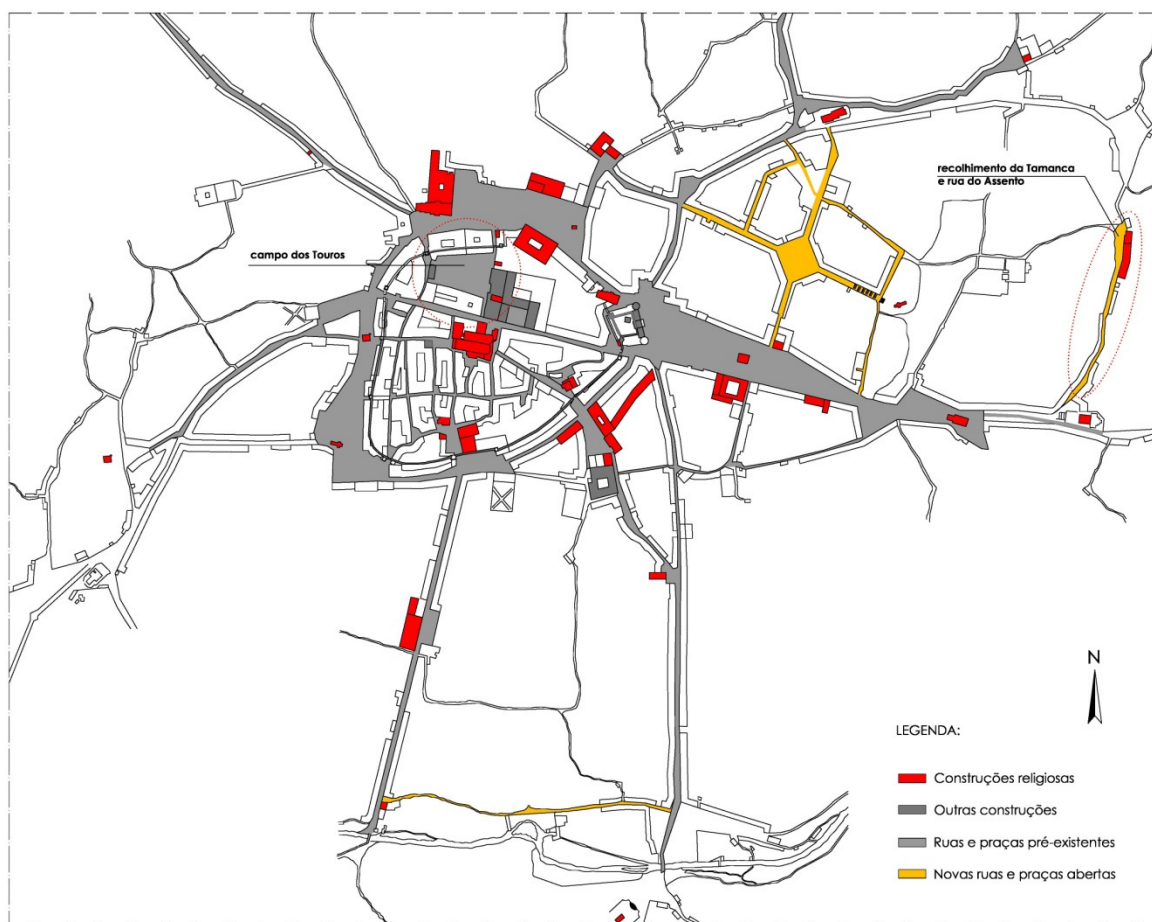


Figura 51 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, Campo dos Touros com a implantação da ala barroca do Paço e da Casa da Câmara, século XVIII (Fonte própria).



No fim da prelazia de D. José, este espaço público era marcado, na sua extensão vertente a este, pela nova ala do Paço Episcopal e também, ainda que de forma tímida, pela pequena Capela de St. António da Praça. A norte existiam as casas para os criados e familiares do arcebispo e, por fim, a ponte, marcava a praça a nova Casa da Câmara, ainda sem a sua parte norte (Figura 52).

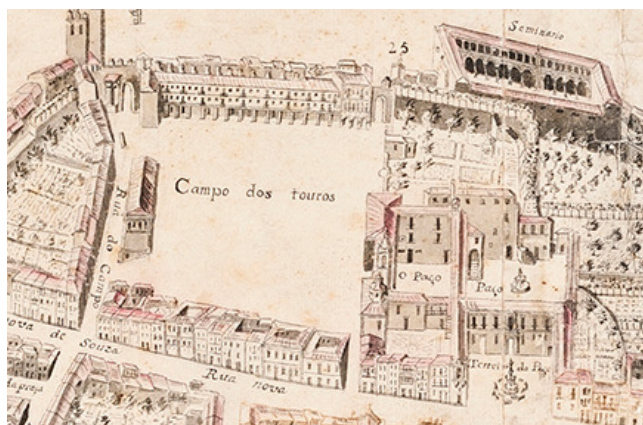


Figura 52 - Campo dos Touros, fragmento do mapa de 1755 (BNA).

Entre a paisagem descrita da praça, no século XVIII, e a atualidade, assistiram-se a alterações significativas. No século XIX conclui-se o edifício da Câmara Municipal, a praça foi convertida em mercado, com barracões e uma fonte, e o Paço Episcopal sofreu um incêndio de grandes dimensões em 1866. No século XX novo mercado seria construído e o palácio do arcebispo seria reconstruído, mas já sem a capela e a sua torre e lanternim. Por fim, a praça voltou a ser praça, ou seja, o seu espaço foi libertado da construção do mercado em 1951, devolvendo-se a dignidade às construções projetadas por André Soares.

No espaço temporal respeitante à prelazia de D. José de Bragança, devemos ainda referir duas obras, ambas atribuídas a André Soares que, neste caso, importa referi-las não pela sua dimensão, mas pela capacidade de pontuar a paisagem urbana, embora com escalas e condicionalismos diferentes.

Durante a prelazia de D. José de Bragança, a mesa administrativa da



Misericórdia dirigiu ao prelado, por vontade expressa dos devotos de um pequeno nicho existente junto do hospital de S. Marcos, uma petição para que este autorizasse a construção de uma pequena capela. Assim, dando seguimento a esta petição e respetiva autorização, no ano de 1754, iniciava-se a construção da Capela de S. Bentinho, na estreita rua do mesmo nome (BELINO, 1900) (Figura 53).



Figura 53 - Capela de S. Bentinho, 2013 (Fonte própria).

Esta pequena capela, que se conclui e benzeu no ano seguinte, em 1755, não teria, pela sua dimensão, aparente impacto no tecido urbano mas, na verdade, e na sua escala e implantação, representa para o local, uma singela transformação urbana, pois a *frontalidade que tem em relação à rua de S. Bentinho marca-a fortemente, obrigando inclusive a que o traçado desta artéria tenha sido alterado, o que antes não deveria ser necessário com o nicho que ali existia* (OLIVEIRA, 2011b: III:284).

Este caso de estudo não provocou, no conjunto da malha urbana, uma transformação significativa, é certo. Mas a cidade é composta de sucessivas construções e alterações que, no seu todo, formam a identidade visual da cidade, numa multiplicidade de acontecimentos, vivências e diversificação urbana, sendo este, por certo, um elemento que, em conjunto com outros mais significativos, contribui para afirmar a imagem religiosa da urbe bracarense.

Outra construção que se revelaria marcante, desta feita, através da conversão de uma torre da muralha medieval em espaço de culto, seria a construção da Capela de Nossa Senhora da Torre (Figura 54), junto do Colégio de São Paulo. Iniciada a sua construção em 1756, esta capela, tal como a de S. Bento, estabeleceu uma posição de frontalidade com a rua que a serve, embora neste caso, a força com que se afirmou é incomparavelmente maior, elevando-se no tecido urbano e pontuando o *skyline* da cidade, ao aproveitar e converter um elemento defensivo da cidade num símbolo de religiosidade (OLIVEIRA, 2011b).



Figura 54 – Capela de Nossa Senhora da Torre, 2013 (Fonte própria).

A praça do Colégio de S. Paulo ganhava, com esta construção ou reconversão, um elemento identificador e orientador no tecido urbano, visto que o colégio não tinha torre sineira e, com esta nova intervenção, a torre medieval passava a desempenhar funções similares. Na verdade, a torre manteve-se na totalidade, apenas lhe foram acrescentados elementos no seu topo e um novo corpo frontal, que André Soares fez destacar, com o intuito de marcar a entrada da capela e dar-lhe uma nova dignidade arquitetónica. Refira-se, aliás, que a plasticidade e volumetria que o artista era capaz de introduzir nos edifícios por si projetados eram notáveis, sendo, muito provavelmente, o exemplo mais demonstrativo, o desenho da fachada do Convento dos Congregados, iniciada a construção em 1761, já na prelaia de D. Gaspar de Bragança.

O espaço temporal da prelazia do primeiro arcebispo bracarense de sangue real do século XVIII, D. José de Bragança, ficou marcado, em termos urbanísticos e arquitetónicos, pelas iniciativas construtivas no espaço urbano do Campo de Touros. A este prelado ficou, também, associado o nome de André Soares, como podemos constatar pelas obras construídas durante a sua prelazia, entre 1741 e 1756.

Cada prelazia não era um ciclo fechado, mas sim, um encadeamento de nomes e acontecimentos. Os artistas ficavam, não poucas vezes, a projetar nos primeiros anos do prelado seguinte, até que novo nome surgisse nas preferências estéticas do novo prelado. Foi o que aconteceu com André Soares que, após a nomeação de D. Gaspar de Bragança, ainda viu prevalecer, por alguns anos, a preferência pelos seus projetos, sendo-lhe atribuídas um conjunto de obras da década de sessenta, como são exemplos a Igreja da Lapa e a fachada da Igreja dos Congregados, ambas no Campo de Santa Ana. Contudo, a visão e gosto do novo prelado não era a mesma, levando a que se criasse uma rotura com o gosto vigente, surgindo, assim, a introdução de um novo estilo arquitetónico na cidade, pelo traço de Carlos Amarante, um protegido do arcebispo D. Gaspar de Bragança.

A segunda metade de setecentos ficou marcada por uma sucessão de acontecimentos no país, em 1755 dá-se um terramoto que abalou todo o país e arrasou a cidade de Lisboa. Em 1758 o Rei D. José I sofreu um atentado e, a 3 de Setembro de 1759, como consequência da tentativa do regicídio, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, fez publicar um decreto real obrigando à expulsão dos Jesuítas do país.

Foi neste ambiente que D. Gaspar de Bragança, irmão do Rei, foi nomeado arcebispo bracarense, em plena reconstrução de Lisboa e num clima de perseguição aos jesuítas que, em Braga, tinham sobe a sua administração o Colégio de S. Paulo, que em cumprimento da lei, ficaria

vago e a cidade perdia um importante centro de formação do clero e da população. Ainda assim, a cidade mantinha-se na sua vivência provinciana e religiosas, gozando de um estatuto privilegiado, derivado do facto de os arcebispos serem os donatários da cidade.

No tempo da prelazia de D. Gaspar de Bragança deparamo-nos com uma nova investida urbana no Campo de Santa Ana e, numa segunda fase, uma alteração profunda na paisagem urbana do Campo dos Remédios. Na verdade, se quisermos associar espaços urbanos a determinados prelados, facilmente podemos constatar, mediante as intervenções em cada uma das prelazias, que no tempo de D. Rodrigo de Moura Teles, foram privilegiados os espaços urbanos do complexo do Campo Novo e, numa segunda fase, intervenções de consolidação no Campo de Santa Ana. Com a chegada de D. José de Bragança, as atenções voltaram-se para o Campo de Touros, convertendo-se, este espaço urbano, na praça do poder religioso e civil da cidade. Por fim, com D. Gaspar de Bragança, serão as intervenções no Campo de Santa Ana e no Campo dos Remédios a marcar a sua prelazia.

Quando D. Gaspar de Bragança fez a sua entrada solene na cidade, haviam decorrido, no Campo de Santa Ana, obras de ampliação do Convento dos Congregados, nomeadamente na ala nascente, no gaveto com a cangosta da Palha. Esta obra, da autoria de André Soares, havia sido iniciada no ano de 1755 e, como é perfeitamente espectável, ter-se-iam prolongado por alguns anos, tendo o arcebispo, muito possivelmente, assistido a parte delas.

É precisamente no seguimento das obras de ampliação do convento que, em 1761, se procede à construção da fachada da Igreja dos Congregados, em plena prelazia de D. Gaspar de Bragança. Esta obra é, em termos arquitetónicos, a mais marcante do Campo de Santa Ana. A sua imponente plasticidade e jogo volumétrico são notáveis. Contudo, também terá sido muito dispendiosa a sua construção, pelo que diz-se

que por falta de recursos pecuniários não pode ser construída a torre do lado esquerdo (BELINO, 1900:189). Efetivamente, só em meados do século XX foi construída a torre em falta, numa intervenção da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Figura 55).



Figura 55 – Fachada da Igreja do Congregados, 2013 (Fonte própria).

Referimos, nesta dissertação, que D. Rodrigo de Moura Teles mandou construir os alpendres junto do castelo da cidade no início do século XVIII. Nestes alpendres, que tinham como função dar apoio aos comerciantes que vinham de fora da cidade, assistiu-se a uma curiosa manifestação popular de religiosidade. Foi no ano de 1757, quando, no centro dos alpendres, foi colocada uma estampa dedicada a Nossa Senhora da Lapa. A estampa atraiu a atenção e veneração da população, que começou a deslocar-se ao local com a intenção de lá rezar, sendo então que, *com a afluência das esmolas fizeram a capela* (FERREIRA, 1932:III:354).

A construção de importantes edifícios na cidade estava sempre pendente da autorização do arcebispo, mais ainda, tratando-se de edifícios religiosos. A construção da Igreja da Lapa não terá sido exceção. Aliás, poderá ter sido entendida, pelo prelado, como um forte impulsionador daquele espaço público, uma posição de proximidade entre a religião e o comércio (Figura 56).



Figura 56 - Arcada e Igreja da Lapa, 1862 (fotografia de Antero Seabra).

A construção da Igreja da Lapa veio, inquestionavelmente, dignificar os alpendres da cidade, dando-lhe uma nova dimensão arquitetónica, tornando-se, assim, um elemento marcante na consolidação da paisagem urbana do Campo de Santa Ana, em conjunto com os edifícios religiosos já existentes, bem como, numa dimensão e escala inferiores, algumas casas com arquitetura relevante.

Outro acontecimento que veio alterar significativamente este espaço urbano, foi a demolição, em 1768, da Ermida de Santa Ana que, recorde-se, foi construída no início do século XVI, junto com a abertura do Campo de Santa Ana. Estando esta ermida implantada no centro do espaço público, era um elemento de forte orientação e organização de todo o espaço, mas era também, um elemento tido como dissonante, pois obstruía a perceção de todo o espaço do Campo de Santa Ana, quer na sua dimensão urbana, quer arquitetónica, como invocavam os monges do Convento dos Congregados (OLIVEIRA,2011b).

Com as intervenções que fomos referindo, o Campo de Santa Ana, no final do século XVIII, era marcado por um conjunto de conventos, pelos alpendres e Igreja da Lapa e ainda por algumas construções civis, tendo-se mantido inalterado até à segunda metade do século XIX (Figura 57).

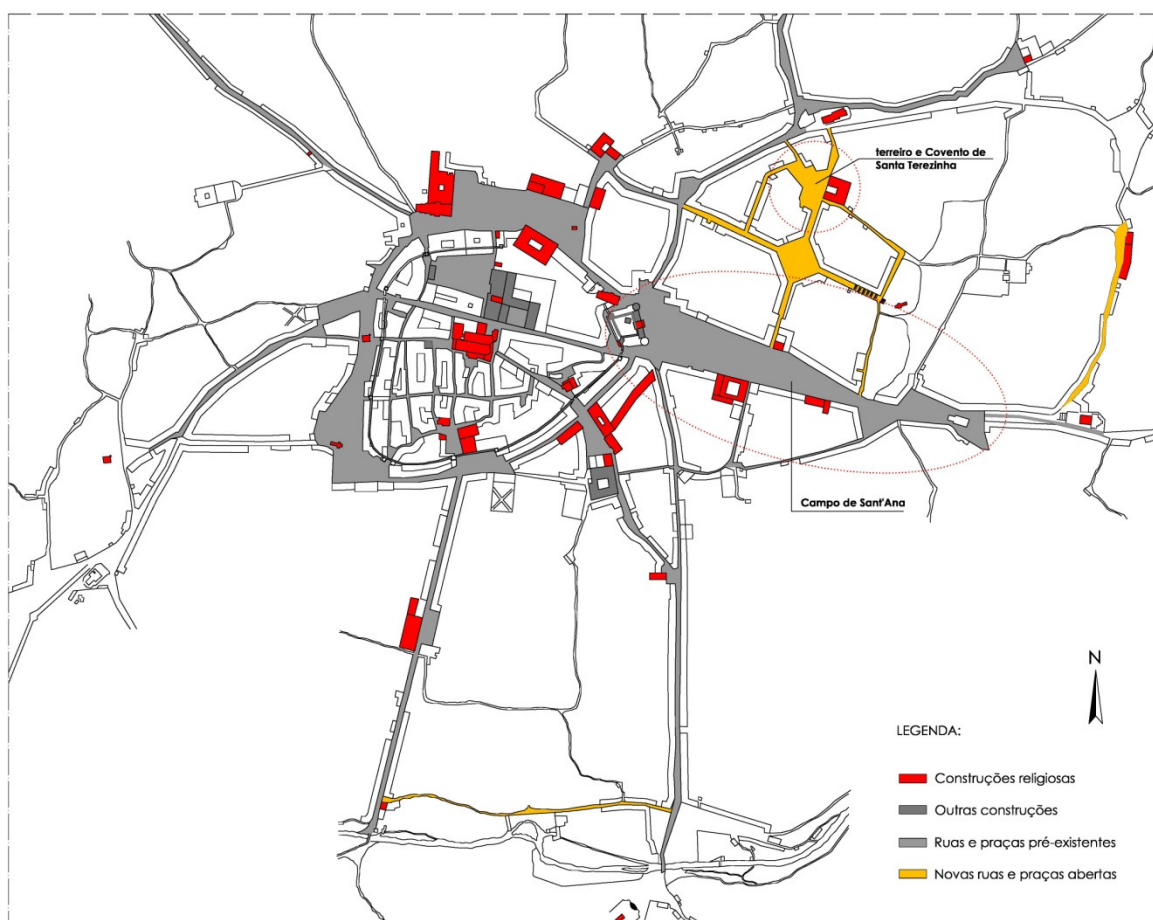


Figura 57 - Planta sequencial da evolução urbana bracarense, Campo de Sant'Ana com a implantação da Igreja da Lapa e sem a Igreja de Sant'Ana / abertura do terreiro e Convento de St. Tereza, século XVIII (Fonte própria).

No espaço temporal que medeia as intervenções no Campo de Santa Ana, devemos, ainda, referir a construção de dois novos conventos, o de Santa Tereza (1763) e o da Caridade (1768). Curiosamente, ambos implantados no meio caminho de vias que ligavam um espaço público a uma construção religiosa.

O Convento de Santa Tereza está implantado na rua da Oliveira, uma via de ligação entre o complexo do Campo Novo e a Igreja de S. Vicente. Este convento foi construído de raiz e, tal como se sucedeu noutros construídos na cidade, criou-se um pequeno terreiro na sua frente. Já o Convento da Caridade foi uma adaptação de umas casas existentes na rua do Lameiro (atual rua do Carmo), via que faz a ligação entre o Campo da Vinha e o Convento e Igreja do Carmo. Este, contrariamente

ao Convento de Santa Tereza, passa um tanto ou quanto despercebido, sendo a sua arquitetura simples, com as suas fachadas a dissimularem-se por entre as habitações que a balizam, não tendo qualquer impacto na paisagem urbana bracarense.

Se nas primeiras iniciativas construtivas à época de D. Gaspar de Bragança observamos, ainda, uma persistência barroca tardia, com o avançar do tempo, dá-se início a um declínio da importância de André Soares na cidade. O arcebispo principiava a recorrer a outro artista seu protegido. Ambicionava, também, impulsionar um novo gosto arquitetónico na cidade, do qual foi introdutor o arquiteto e engenheiro Carlos Amarante, que tinha, com o arcebispo, uma relação de proximidade (DUARTE, 2000).

Carlos Amarante é o nome associado, pela historiografia local, à introdução do neoclassicismo em Braga, nomeadamente com o projeto do novo templo do Bom Jesus do Monte, em 1780, que embora não seja a sua primeira obra conhecida é, certamente, a maior e a mais conhecida. Embora mereça ser referida, esta não se insere no meio urbano bracarense.

No contexto urbano, a que se propôs esta dissertação, devemos referir, no que às construções religiosas diz respeito, bem como no espaço temporal em análise, duas obras deste artista: a frontaria da Igreja do Pópulo, em meados da década de oitenta do século XVIII, e ainda, numa escala mais significativa, a nova Igreja do hospital de S. Marcos, uma obra que viria a trazer transformações profundas na imagem arquitetónica do Campo dos Remédios.

As iniciativas construtivas na prelazia de D. Gaspar de Bragança centraram-se, essencialmente, em dois espaços urbanos da cidade. O primeiro, já abordado, incidiu sobre o Campo de Santa Ana, com a construção da Igreja da Lapa, da fachada da Igreja dos Congregados e,



por fim, com a demolição da Ermida de Santa Ana. Neste espaço público existe uma continuidade na construção e afirmação da sua paisagem urbana, num processo lento e contínuo, que vem deste a sua fundação, no início do século XVI, e se arrastou até finais do século XVIII.

O segundo espaço urbano onde podemos centrar a análise ao urbanismo do tempo de D. Gaspar de Bragança é, na verdade, uma transformação arquitetónica profunda de um dos seus elementos aglutinadores, o hospital de S. Marcos, nomeadamente, com a construção de uma nova igreja, em substituição da existente, que ao longo dos anos teria sido alvo de sucessivas intervenções (DUARTE, 2000).

No ano de 1786, a junta da Misericórdia deliberou dar continuidade às obras do hospital de S. João S. Marcos, obras que contemplaram a construção de uma nova igreja, sendo que o projeto para a sua construção foi encomendado ao arquiteto e engenheiro Carlos Amarante, que elaborou um projeto para o qual, ainda hoje, subsistem diversas dúvidas e lacunas quanto ao motivo das suas opções arquitetónicas, nomeadamente, devido ao corpo central curvilíneo, um elemento estranho à sua linguagem arquitetónica. Pese embora as incertezas, existe a possibilidade de que as restrições financeiras terão levado a que a mesa tenha lançado ao arquiteto o repto de minimizar os custos, aproveitando elementos já existentes da planta anterior (DUARTE, 2000).

Se a planta nos sugere ter existido um aproveitamento da anterior, já a sua fachada, revela-nos uma obra notável, quer através do seu discurso arquitetónico, quer a partir da introdução de um conjunto escultórico verdadeiramente notável, capaz de reter o olhar do observador e dando ao Campo dos Remédios um *notável e complexo discurso alegórico e religioso* (DUARTE, 2000:162) (Figura 56).



Figura 58 - Igreja do hospital de S. Marcos, 2013 (Fonte própria).

Neste campo de significados introduzidos no espaço urbano a partir dos elementos arquitetónicos, refira-se que o Campo dos Remédios, era já detentor de um templo (Igreja de Santa Cruz) onde a forte carga simbólica imperava em toda a fachada. Com a construção da nova igreja do hospital, o domínio e o simbolismo teológico, tornaram-se verdadeiramente dominantes da sua paisagem, sendo este o mais importante elemento a reter na análise desta construção religiosa. O domínio da religião sobre a população, num espaço público que, em termos de função, era dominado pela assistência à população.

A construção da nova Igreja de S. Marcos veio preencher toda a extensão a sul da praça, onde as construções religiosas dominavam inquestionavelmente todo o espaço público. Refira-se que, o Campo (ou Largo) dos Remédios era composto, a nascente, pelo complexo do Convento dos Remédios, a poente pela imponente, e cheia de simbolismo, fachada da Igreja de Santa Cruz e a norte pela porta amuralhada de S. João S. Marcos que era fronteada, pelo interior da muralha, pela Capela de Santo António esquecido (encostada à Capela de Nossa Senhora da Conceição). Por fim, com a construção da nova igreja, a praça encerrou-se definitivamente num espaço exclusivamente religiosos e assistencial, tendo assim permanecido até ao início do século XX, altura em que se demoliu o Convento e Igreja dos Remédios (Figura 59).

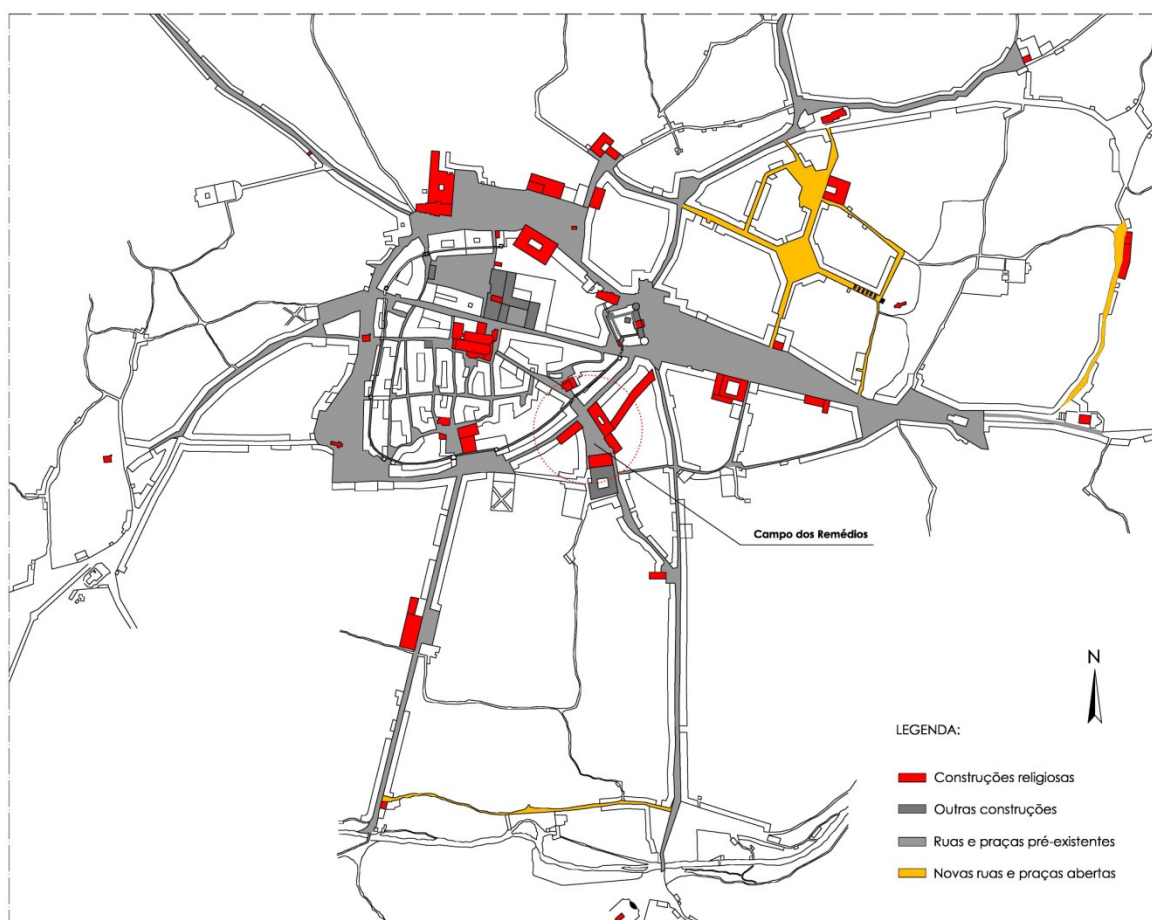


Figura 59- Planta sequencial da evolução urbana bracarense, Campo dos Remédios com a implantação da Igreja do hospital, de Santa Cruz e dos Remédios, século XVIII (Fonte própria).

A construção da igreja do hospital de S. João S. Marcos foi a última grande construção religiosa bracarense, no tempo em que os arcebispos foram senhores e donatários da cidade. D. Gaspar de Bragança foi o último arcebispo detentor desses direitos administrativos e judiciais que, desde o século XI, faziam de Braga uma caso singular de autonomia administrativa e jurídica no território do Reino de Portugal.

Em 1790, no reinado de D. Maria I, dá-se um dos acontecimentos mais marcantes do século XVIII para a cidade e para os seus arcebispos, com a publicação da lei de 19 de Julho, onde se decretava a extinção da jurisdição dos donatários, incluindo, expressamente, e em capítulo próprio, *a jurisdição dos arcebispos de Braga na cidade* (FERREIRA, 1932:III:395).

Com a morte de D. Gaspar de Bragança e a entrada em vigor da lei,

acabava-se a autonomia administrativa bracarense que, durante séculos marcou a história da cidade, numa íntima relação entre cidade e religião, onde os edifícios religiosos foram os elementos de ligação e identificação da população e dos arcebispos.

A chegada de um arcebispo sucessor, no nome de D. Frei Caetano Brandão (1790-1805), marcou a transição para uma nova realidade administrativa na cidade, ao deixar de ser o prelado o detentor dos direitos administrativos e judiciais no território bracarense. A ação do arcebispo voltou-se para o campo assistencial, não existindo, em termos urbanos e arquitetónicos, uma relação forte entre este arcebispo e a cidade, como também o deixou de haver nos anos seguintes. Na verdade, a cidade permaneceu quase inalterada até à segunda metade do século XIX, devido a vários acontecimentos que se seguiram na história de Portugal, nomeadamente as invasões francesas (1807), as guerras liberais (1828) e também a instabilidade interna provocada na região pela revolução do Minho (1846).

### 4.3 O MAPPA DA CIDADE DE BRAGA PRIMAS



Figura 60 - *Mappa da Cidade de Braga Primas*, André Soares, c.1755 (BNA).

O *Mappa da cidade de Braga Primas*, cerca de 1755, é o último registo urbano existente do período moderno (Figura 60), sendo da autoria de André Soares (como se pode observar na assinatura por baixo da cartela de apresentação). Sobre a origem deste mapa, existem referências que nos dão a conhecer que faria parte de um conjunto de mais dois mapas, que estariam na posse dos arcebispos bracarenses, e dos quais apenas restou o que agora damos a conhecer, que se encontra na Biblioteca Nacional da Ajuda. Desconhece-se, até ao momento, o paradeiro ou a ainda existências dos restantes (OLIVEIRA, 211b).

Este mapa, tal como o de 1594 de Georgius Braun, não é mais do que uma urbivisão, não tendo, por isso, valor cartográfico. Os primeiros mapas de relevância cartográfica para a cidade de Braga, apenas surgiram cem anos mais tarde, na segunda metade do século XIX, com o levantamento da autoria do Major Belchior José Garcez e do Tenente Miguel Batista Maciel, cerca 1855.

Embora sem rigor cartográfico, o mapa de André Soares permite, ainda

assim, que se perceba a estrutura morfológica da cidade, a sua dimensão, o sistema viário, bem como, observar os principais edifícios existentes em meados do século XVIII, sendo que, neste caso, são os edifícios religiosos que dominam o mapa. Diga-se, aliás, que a legenda do mapa apenas refere estas construções (trinta no total), o que nos leva a crer que a base de elaboração do mapa terá sido, além de criar um registo da cidade, referenciar as construções religiosas existentes na época.

O mapa setecentista, comparativamente com o de finais do século XVI, é notoriamente melhor (ou mais pormenorizado), existindo mesmo uma tentativa do autor de manter uma proporcionalidade dos elementos representados e evitando, ou pelo menos tentando, reduzir as distorções de escala na sua representação. Também a qualidade do desenho é inquestionavelmente superior, como se pode observar numa rápida comparação entre os dois mapas.

A análise ao mapa de André Soares permite-nos retirar dele um conjunto de informações sobre o tecido urbano e, obviamente confirmar a existência de um número significativo de construções religiosas a marcar a paisagem urbana, que são validadas com o cruzamento das referências bibliográficas e coetâneas existentes.

A análise à morfologia urbana representada no mapa deixa-nos perceber que, a cidade, era composta por um núcleo intramuralhas consolidado e coeso a sul, e com um significativo espaço vazio a norte, afeto ao Paço Episcopal. A cidade era, no seu núcleo central, delimitada pela muralha medieval e respetivas portas e postigos, dos quais desaguavam um conjunto de vias radiais que apresentavam já um significativo índice de construção de habitações ao longo da sua extensão. É precisamente da observação de todo o conjunto morfológico (cidade amuralhada e acessos radiais) que se *evidência claramente a estrutura zoomórfica de uma aranha* (BANDEIRA, 2000:111).



Se, numa primeira análise, vem-nos à mente a forma de uma aranha, não devemos, contudo, deixar de percorrer os espaço que então aparecem representados fora da cidade amuralhada, e que dissolvem, em parte, essa forma zoomórfica. Destes espaços extramuros, ganham clarividência, pela sua dimensão, os campos de Santa Ana, da Vinha e o do complexo do Campo Novo, este último, um projeto urbanístico setecentista que contava, à data da elaboração do mapa, apenas com um quarto de século de existência.

Relativamente às construções religiosas, podemos observar, comparativamente com o mapa de 1594, embora com maior expressão, que estes edifícios continuam a marcar a paisagem urbana da cidade. Vemos que as praças (ou campos) continuam a ser condicionadas, organizadas ou consolidadas em função das igrejas, capelas ou conventos existentes.

A legenda do mapa indica-nos que existiam, por volta de 1755, um total de trinta edifícios religiosos, contudo, até ao final do século XVIII, várias outras construções religiosas surgiram e outras seriam ampliadas. Também sabemos que, até ao final do século XVIII, duas capelas foram demolidas (Ermida de Santa Ana e Capela de Nossa Senhora do Amparo). Pese embora o mapa representar um momento temporal estático, e que os elementos representados não se traduzem num resumo das construções religiosas existentes em Braga no final da Idade Moderna, podemos retirar, deste documento coevo, a perceção do espaço urbano Setecentista.

O espaço temporal que se segue à realização do mapa e o final do século XVIII reflete-se, em termos urbanos, como uma continuidade da afirmação da paisagem urbana da cidade, sendo que, as alterações realizadas, não vieram alterar a morfologia urbana do conjunto. Na verdade, a estrutura urbana da cidade vai se manter inalterável até à segunda metade do século XIX.





## Conclusões

Com o início da reconquista cristã, no Noroeste peninsular, foram criadas as condições para restaurar o arcebispado bracarense. A pacificação do território e, conseqüentemente, da cidade de Braga, criou um ambiente propício ao desenvolvimento e consolidação territorial. A cidade foi sendo reocupada, reerguendo-se lentamente e viu crescer, no seu centro, uma catedral. Contudo, manteve-se fechada dentro das suas muralhas e com grandes problemas patológicos, característicos das urbes da época. Não cresceu muito, continuava uma urbe de reduzidas dimensões, em comparação com outras cidades medievais portuguesas. Ainda assim, gozava de plena autonomia administrativa e da aplicação das leis. Os arcebispos bracarenses representavam a ponte entre o Rei e a Santa Sé e tal facto teve, certamente, influência na atribuição de regalias ao arcebispado, ficando a depender, dos mesmos, o progresso e a ordem em Braga.

Em finais do século XV a cidade começava a ficar para trás no progresso urbano e social. Viveria nesta letargia, quem sabe, até se tornar uma mera cidade-palácio de arcebispos, se não tivesse sido nomeado, em 1503, um arcebispo culto e dinâmico, que acabava de chegar de Roma, e conhecia de perto as novas tendências artísticas e urbanas renascentistas, as mesmas que haveria de aplicar em Braga após romper os limites amuralhados da cidade e criando as condições para que a cidade se tornasse competitiva e digna do prestígio histórico que detinha do período romano de *Bracara Augusta*.

O início do século XVI coincide com uma nova abordagem urbana na cidade. D. Diogo de Sousa foi, pela sua ação mecénica, o mais importante arcebispo bracarense. A ele se deve o projeto urbanístico expansionista que rompeu com a cidade medieval bracarense. Outros se seguiriam. Na verdade, compreender a evolução urbana bracarense carece, obrigatoriamente, que se conheça a sua história eclesiástica.

Desde a restituição do arcebispado que os destinos da cidade estavam intimamente ligados aos seus arcebispos que, sendo os seus donatários, deles dependiam as iniciativas urbanísticas e arquitetónicas. Assim sendo, estabelecer uma relação temporal entre os arcebispos e as construções religiosas torna-se imprescindível para que se possa dissertar sobre o crescimento, consolidação e afirmação da paisagem urbana bracarense ao longo dos séculos.

Sendo Braga uma cidade de forte matriz religiosa e sede de um arcebispado, terá sido com naturalidade que se criaram condições propícias a uma intensa atividade construtiva de carácter religioso durante todo o período moderno. Efetivamente, quando se deu início ao plano urbanístico de D. Diogo de Sousa, já a cidade era marcada pela Catedral e pontuada por um conjunto de capelas dentro e fora da muralha. Seriam precisamente algumas dessas capelas responsáveis pela organização e orientação de alguns espaços públicos que viriam a ser abertos fora da muralha, como foram os casos da relação entre as capelas medievais de S. Sebastião e de S. Miguel-O-Anjo com os espaços (campos) abertos de nomes homónimos.

O início do século XVI coincidiu, como referimos, com o maior projeto expansionista da cidade em todo o Período Moderno, sendo esta a mais marcante herança deixada por D. Diogo de Sousa. O arcebispo, ao levar a cabo um processo expansionista, que visava abrir a cidade e romper definitivamente com os limites amuralhados, definiu o fim da cidade medieval e a sua abertura definitiva, dotando-a de amplos espaços extramuros que, ligados entre si, criaram um anel de crescimento que viria, ao longo dos séculos seguintes, a ser preenchido e podendo, ainda hoje, considerar-se o limite do casco histórico bracarense.

Se percorrermos os espaços abertos no início do século XVI, podemos constatar que todos eles são pontuados, marcados e dominados por construções religiosas, sejam elas igrejas, capelas, recolhimentos ou

conventos. Cada uma destas construções teve, efetivamente, forte influência no espaço urbano bracarense. Se nos primórdios da abertura do anel de campos, em torno da muralha, a preexistência de algumas capelas condicionou e marcou esses espaços, outros houve em que a abertura do espaço contemplou, em simultâneo, a construção de uma ermida ou capela, sendo disso, o exemplo mais paradigmático, a construção da Ermida de Santa Ana em simultâneo com a abertura do Campo do mesmo nome.

Os primeiros anos de Quinhentos foram de uma reorganização, em Braga, sem precedentes. Tanto a nível urbanístico como social, podemos conjecturar que as mudanças introduzidas na cidade provocaram, no quotidiano da população, uma profunda alteração das dinâmicas e vivência que, até ao início do século XVI, se centravam, essencialmente, no conjunto de ruas em torno da Sé Catedral. Devemos, ainda assim, perceber que as mudanças se fizeram com o passar dos anos e, como tal, houve certamente um espaço temporal de habituação da população. Também os espaços abertos necessitaram de longos anos até ficarem definitivamente consolidados. D. Diogo de Sousa projetou e abriu novos espaços públicos, contudo, seria preciso ocupá-los, dotá-los de uma função e integrá-los na malha urbana, de forma a ligá-los com os já existentes.

Após a morte de D. Diogo, novos arcebispos foram administrando a cidade, tendo cabido a estes dar continuidade ao projeto de dignificação, crescimento e consolidação da cidade bracarense. Com efeito, arcebispos como D. Frei Bartolomeu dos Mártires e D. Frei Agostinho de Jesus tiveram um papel preponderante na continuidade do projeto urbanístico de D. Diogo de Sousa. A estes se ficaram a dever obras de dimensão significativa, que viriam a consolidar os novos espaços abertos. Refira-se, como exemplos, a construção do Seminário de S. Pedro, do Convento do Salvador e do Convento e Igreja do Pópulo, obras de

significativa dimensão que tiveram forte influência na afirmação do Campo da Vinha, ainda no século XVI.

A época Quinhentista bracarense foi, efetivamente, marcada por forte atividade urbanística e de construções religiosas. Se até ao final do século XV a ação mecénática dos arcebispos bracarenses se centrou, essencialmente, na ampliação da Sé Catedral, com a transição para o século seguinte, e com a abertura da cidade e, posteriormente, a Reforma Católica, as iniciativas construtivas ganharam nova dimensão. Começaram a surgir as primeiras ordens religiosas na cidade e a construírem-se conventos e recolhimentos, sendo o primeiro a ser erigido o Convento dos Remédios (1544).

Os conventos foram, a par com as igrejas, os elementos que permitiram consolidar os novos espaços urbanos e orientar novos sentidos de crescimento urbano. Durante todo o século XVI, assistiu-se, na cidade, à construção ou reconstrução de várias igrejas e capelas, bem como de conventos e recolhimentos. Além disso, também a residência dos arcebispos e a Catedral sofreram várias intervenções. Refira-se, também, que se construiu o hospital de S. Marcos, a Quinhentista Casa da Câmara e o Colégio de S. Paulo.

Se compararmos a cidade de Quatrocentos com a de final de Quinhentos, podemos observar que, além da projeção da cidade extramuros, com um conjunto de novos e amplos espaços públicos, também se constata que, a nível construtivo, se registou um considerável progresso. A paisagem urbana alterou-se significativamente, surgiram, a par com as novas praças, construções de dimensões consideráveis, que foram responsáveis pela ocupação de importantes manchas urbanas, sendo que, na sua maioria, as construções mais relevantes foram de carácter religioso.

O século XVI, em Braga, ficou marcado pela ação mecénática de D.

Diogo de Sousa, que ordenou o rompimento da cidade medieval, a reorganização da cidade intramuros e a abertura de novos espaços extramuros. Foi um projeto urbano expansionista, que lançou as bases para o crescimento da cidade. Com os arcebispos sucessores, novas ruas se abriram, contudo, os maiores legados dos restantes arcebispos Quinhentistas foram, efetivamente, as construções religiosas, que permitiram ocupar e dotar de funções os novos espaços urbanos. Os prelados sucessores a D. Diogo de Sousa, com destaque para D. Frei Bartolomeu dos Mártires e D. Frei Agostinho de Jesus, encontraram nas circunstâncias históricas da época, e na herança urbanística de D. Diogo, as condições propícias à continuidade da revolução urbanística e construtiva na cidade bracarense. Efetivamente, a segunda metade de quinhentos, ficou marcada pela ocupação de espaços abertos na primeira metade com recurso às construções religiosas, que foram, progressivamente, ocupando e dominando os espaços públicos abertos, ligando-os à cidade medieval, configurando uma mancha urbana contínua.

Entre o aumento demográfico, melhorias da economia e estabilidade no território, ao longo do século XVI, o crescimento urbano e construtivo encontrou condições favoráveis para moldar a morfologia e a paisagem urbana bracarense. Contudo, a transição para o século seguinte viria a trazer uma mudança no panorama nacional e local. A estabilidade deu lugar a uma crise de soberania que se tornou, posteriormente, numa longa guerra com Espanha.

Os acontecimentos históricos do século XVII viriam a traduzir-se num abrandamento no crescimento e consolidação da cidade. Assistiu-se a alguma estagnação, as iniciativas construtivas foram-se dando em menor número e as que se levaram a cabo foram suportadas, em grande parte, pelas ordens religiosas instaladas na cidade e com recurso a esmolas da população. Recorde-se ainda que, devido à guerra com Espanha, houve

uma longa vacância de vinte e oito anos. Além disso, os prelados que foram nomeados tiveram prelazias curtas e sem iniciativas urbanas de relevo até à chegada do arcebispo D. Luiz de Souza (1677-1690).

A análise urbana referente ao século XVII bracarense levou-nos a compreender dois fenómenos distintos. Nos primeiros anos de Seiscentos, a implantação de capelas nas vias de acesso, em lugares mais afastados da cidade, foram um fator de orientação para o crescimento da cidade. Por outro lado, a desaceleração construtiva e urbanística, fizeram com que, na cidade, as novas intervenções tivessem como objetivo responder a necessidades urbanas pontuais ou a iniciativas construtivas das ordens religiosas que, desde a segunda metade do século XVI, começaram a instalar-se na cidade em maior número.

No primeiro quartel do século XVII a cidade ainda absorvia as construções religiosas e urbanísticas herdadas do século anterior. Com efeito, prevalecia uma tendência de crescimento urbano que se viria a traduzir numa nova abordagem de planeamento urbano que, na verdade, retomava uma ocupação de território já visível na cidade medieval através da construção de capelas em arrabaldes da cidade amuralha, junto das suas principais vias de acesso.

No Período Medieval existiam três capelas implantadas em locais periurbanos (S. Victor, S. Vicente e S. Pedro de Maximinos), em torno das quais se foram instalando pequenos núcleos habitacionais. Com o crescimento da cidade Quinhentista, estas capelas foram-se tornando cada vez mais próximas da malha urbana, pelo que, o crescimento da cidade obrigava a que se pensassem novos pontos de orientação para o crescimento da cidade. É neste contexto que, em parte, se justifica a construção das capelas de S. João da Ponte (1616) e de Santa Justa (1618) a sul da cidade e que viriam a marcar o limite longitudinal da rua da Ponte (atual Avenida da Liberdade) e da rua do Infante (vulgarmente designada de rua dos Pelames), criando assim um novo anel de

crescimento, mostrando que a expansão da cidade se fazia de forma radial. Este será, em parte, o principal elemento a destacar em termos de crescimento da malha urbana bracarense do século XVII, pois até ao século seguinte não se verificarão significativas alterações na morfologia da cidade.

A partir da segunda década de Seiscentos, a cidade cresceu pouco, apenas se foram abrindo ruas ou terreiros como resposta a necessidades imediatas, na sua maioria, associadas à implantação de novos conventos, como foi o caso do início da construção do Convento e Igreja do Carmo (1654), que originou a abertura de uma rua e a libertação do terreno que o fronteava. Ainda assim, apesar da desaceleração urbanística, a atividade construtiva ligada a edifícios de cariz religioso manteve-se, embora com menor intensidade, até ao último quartel do século, altura em que as primeiras tendências arquitetónicas barrocas começam a chegar à cidade.

No último quarto de século, já com a retoma da normalidade no Reino após a guerra com Espanha, foi nomeado para arcebispo de Braga D. Luiz de Sousa (1677-1690). A partir da chegada deste prelado, dá-se também uma retoma da atividade construtiva na cidade, não que antes não houvesse, mas passou a acentuar-se o patrocínio de novas obras por parte dos arcebispos. Refira-se ainda, que por esta altura, começam a surgir os primeiros ensaios de arquitetura barroca na cidade, ainda que de forma discreta, nas novas igrejas de S. Victor (1689), de S. Francisco (1690) e de S. Vicente (1691). Ainda por essa altura, refira-se o início da construção do Convento dos Congregados (1689), que se arrastou durante os séculos seguintes e viria a marcar definitivamente toda a paisagem urbana do Campo de Santa Ana, nomeadamente com a construção da fachada da igreja, com traço da autoria de André Soares.

A transição para o século XVIII trouxe, à cidade, um novo impulso urbano e, principalmente, arquitetónico. Surgiram importantes construções

religiosas na cidade e as que existiam foram, na sua maioria, alvo de profundas transformações que lhes deram uma feição barroca. De facto, a alteração e afirmação da paisagem urbana bracarense numa linguagem barroca, foram os principais elementos identificados no espaço temporal correspondente ao século XVIII. Ainda assim, a nível urbanístico devemos destacar três importantes acontecimentos, o projeto de urbanização do Complexo do Campo Novo, a reorganização do Campo de Santa Ana, e ainda, a elevação do Campo de Touros a praça das instituições de poder da cidade.

Dividir os acontecimentos urbanísticos e arquitetónicos bracarenses do século XVIII implica, necessariamente, que se estabeleçam esses tempos numa relação com as prelazias de três influentes arcebispos bracarenses, sendo eles, por ordem cronológica, D. Rodrigo de Moura Teles, D. José de Bragança e D. Gaspar de Bragança, os dois últimos arcebispo de sangue real.

No primeiro quartel de Setecentos, com D. Rodrigo da Moura Teles, assistimos a um importante impulso construtivo, tendo sido lançado um conjunto significativo de construções religiosas, bem como a abertura do complexo do Campo Novo, conjunto de quatro ruas e uma praça, que vieram preencher o vazio urbano entre o Campo de Santa Ana e o aglomerado periurbano da Igreja de S. Vicente e que marca, também, o primeiro projeto urbanístico onde não seria incluído um edifício de cariz religioso. Ainda assim, fruto das construções religiosas edificadas, este complexo acabaria por privilegiar a ligação direta entre vários desses edifícios (Convento do Carmo e Capela de Santa Margarida no eixo poente-nascente e a Igreja de S. Vicente ao Recolhimento das Convertidas no eixo norte-sul).

Com a chegada do arcebispo D. José de Bragança, vemos surgir, dentro do limite amuralhado da cidade, uma nova praça, que se revelaria um projeto marcante no urbanismo bracarense, ao criar um espaço público



onde se viriam a instalar os principais símbolos de poder e administração da cidade, a nova ala barroca do Paço Episcopal e, posteriormente, a nova Casa da Câmara (ambas obras com projeto de André Soares). Será também com este prelado que se vai intensificar um conjunto de obras, que mudará a feição da cidade, onde os edifícios religiosos, devido ao seu domínio e escala, serão fundamentais para a afirmação da paisagem urbana bracarense, dotando-a, até aos dias de hoje, de uma linguagem e plasticidade barroca.

Com a sucessão no arcebispado por D. Gaspar de Bragança, observamos uma continuidade no processo de afirmação da paisagem urbana. Com efeito, vão-se dar transformações significativas em dois importantes espaços públicos, o Campo dos Remédios e o Campo de Santa Ana. Neste último, devemos destacar a demolição da Quinhentista Ermida de Santa Ana, bem como, a construção da fachada da Igreja dos Congregados e da Igreja da Lapa, ambas obras de grande exposição, sendo que a segunda é, em conjunto com os alpendres, um dos símbolos de centralidade da cidade atual.

O segundo espaço de grande relevância urbanística do tempo de D. Gaspar de Bragança foi o Campo dos Remédios, mais concretamente, com a construção da nova igreja do hospital de São Marcos, uma obra com o traço de Carlos Amarante, o último grande artista bracarense do período moderno. A construção da nova Igreja de S. Marcos será, também, a última grande transformação da paisagem urbana bracarense Setecentista no contexto das construções religiosas, e marca por completo todo o plano sul da praça com um conjunto de elementos arquitetónicos e escultóricos de forte carga e simbolismo religioso.

Ao longo desta dissertação, fomos expondo um conjunto de elementos com o objetivo de demonstrar que, efetivamente, as construções religiosas foram uma fonte de forte influência no crescimento e consolidação urbana da cidade de Braga entre os séculos XVI e XVIII.

Numa abordagem conclusiva, entendemos, com base nos elementos recolhidos e analisados, que poderíamos dividir a influência das construções religiosas no urbanismo bracarense em três fases. A primeira, correspondente à primeira metade de Quinhentos, revela-nos que a pré-existência de pequenas capelas em torno da cidade serviu de orientação para um processo expansionista sem precedentes, levado a cabo por D. Diogo de Sousa. Numa segunda fase, e num processo de continuidade, constatamos que, a construção de um conjunto significativo de edifícios religiosos foram determinantes para a consolidação da nova malha urbana, ligando a velha cidade amuralhada às novas praças fora da cerca medieval. Por fim, as construções religiosas foram o palco privilegiado para a experimentação de novas linguagens arquitetónicas que resultaram numa dignificação e afirmação da paisagem urbana bracarense no século XVIII.

O nosso estudo respeitante ao urbanismo bracarense no intervalo temporal entre os séculos XVI a XVIII, revela que a arquitetura religiosa teve, efetivamente, uma forte influência no crescimento e consolidação urbana da cidade de Braga.

## Bibliografia

ABREU, Leonídio de. *Braga: Coisas de Outros Tempos*. Braga: Soares dos Reis Ed., 1983.

ANSELMO, Artur. *Um documento iconográfico precioso e até agora desconhecido: aguarela de Viana no século XVII, "Cadernos Vianenses"*. Viana do Castelo: s.e., 1898.

ARAÚJO, Domingos. *Braga. Simbolos da Fé*. Braga: APPACDM, 2003.

BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo. *33 Passos Virtuosos do Barroco em Braga*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 2003.

—. *Braga D'Outros Tempos. fotografias do arquivo da foto aliança*. Braga: Museu da Imagem/Câmara Municipal de Braga, 2009.

—. *D. Diogo de Sousa, o urbanista' in Bracara Augusta, volume XLIX*. Braga: Câmara Municipal de Braga.

BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo. "Indícios e evidências de integração morfo-funcional na paisagem urbana de Braga (sécs. XVI-XVIII)." In *Evolução da Paisagem Urbana - Transformação morfológica dos tecidos urbanos*, de Maria do Carmo RIBEIRO e Arnaldo Sousa MELO. Braga: CITCEM/IEM, 2013.

—. *O Espaço Urbano - obras públicas, urbanismo e planeamento (1790-1974), Tese de Doutoramento, policopiada, 3 volumes*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2002.

—. *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

—. *Uma Panorâmica Seiscentista de Braga' in Revista Forum 15/16* . Braga: Universidade do Minho, 1994.

BELINO, Albano. *Archeologia Christã, Descrição Histórica de todas as*

*egrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*. Montagem por Soc. Editora – Livraria Moderna. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1900.

—. *Letreiros e Inscrições da Cidade de Braga*. Porto: Typographia Occidental, 1895.

BENEVOLO, Leonardo. *A Cidade na História da Europa*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

—. *História de la arquitectura del renascimento, La Arquitectura Clássica (Del Siglo XV al Siglo XVIII)*. 4ª. 2 vols. Barcelona: Gustavo Gilli, 1981.

BRANDÃO, Margarida. *Arcebispos, Senhores de Braga*. In: *Braga e a sua Catedral: Caderno informativo*. Braga: Cabido da Sé de Braga, 1990.

CHANTAL, Suzanne. *A vida Quotidiana em Portugal ao Tempo do Terramoto*. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2005.

COSTA, Avelino Jesus da. *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, vol. I e II, 2ª edição. Braga: Edição Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997-2000.

COSTA, Luís. *A Igreja Paroquial de São Vicente*. Braga: APPACDM, 1991.

—. *A Sé de Braga - Algumas breves notícias sobre a Catedral de Santa Maria*. Braga: APPACDM, 1998.

—. *Braga - Roteiro Histórico e Monumental Extra-Muros*. Braga: APPACDM, 1998.

—. *Braga - Roteiro Monumental e Histórico do Centro Cívico*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1985.

—. *O Templo de Santa Cruz*. Braga: Irmandade de Santa Cruz, 1991.

—. *Para a História de Braga*. Braga: APPACDM distrital de Braga, 1995.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes. *Estratégias decorativas na Arquitectura ao Tempo de D. Manuel*, in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua Época*. Vol. IV. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004.

CUNHA, Manuela, e Manuela MARTINEZ. *A Catedral*. In: *Braga e a sua Catedral: Caderno informativo*. Braga: Cabido da Sé Catedral, 1990.

CUNHA, Rodrigo da. *História Eclesiástica de Braga e dos Santos e Varoens illustres que florescerão neste Arcebispado*. 2ª edição facsimile da obra original de 1634. Braga: s.n., 1989.

DELAMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento, volume II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

DIAS, Pedro. *A Arquitectura de Coimbra na Transição do Gótico para a Renascença. 1470-1540*. Coimbra: EPARTUR, 1982.

DUARTE, Eduardo Alves. *Carlos Amarante (1748-1815) e o Final do Classicismo. Um arquitecto de Braga e do Porto*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2000.

FEIO, Alberto. *Coisas Memoráveis de Braga*. Braga: UNiversidade do Minho/Biblioteca Pública de Braga, 1984.

FERREIRA, José Augusto. *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*. Vol. II. Braga: Mitra Bracarense, 1931.

—. *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*,. Vol. III. Braga: Mitra Bracarense, 1932.

FREITAS, SENNA, e Bernardino José. *Memórias de Braga*, vols. I-V. Braga: Imprensa Católica, 1890.

GOITIA, Fernando Chueca. *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

GOMES, Paula Varela. *Arquitectura, Religião e Política em Portugal no século XVIII*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001.

*Mapa das Ruas de Braga - Vols. I e II*. Braga: ADB/UM/IBM, 1989/91.

MARQUES, José. *Braga Medieval*. Braga: Oficinas da Livraria Cruz, 1982.

—. *O Castelo de Braga (1350-1450)*. Braga: Oficinas da Livraria Cruz, 1986.

MARTINS, Manuela. *Bracara Augusta. Cidade Romana*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2000.

MARTINS, Manuela, e Maria do Carmo RIBEIRO. "Em Torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração." In *Evolução da Paisagem Urbana - Transformação morfológica dos tecidos históricos*, de Maria do Carmo RIBEIRO e Arnaldo Sousa MELO. Braga: CITCEM/IEM, 2013.

MASSARA, Mónica. *Santuário do Bom Jesus do Monte: fenómeno tardo barroco em Portugal*. Braga: COnfraria do Bom Jesus do Monte, 1988.

MAURÍCIO, Rui. *O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532). Urbanismo e Arquitectura*. Leiria: Magno Edições, 2000.

MEA, Elvira. *A Igreja em Reforma*. Vol. V, em *Nova História de Portugal*, de Joel SERRÃO e A.H. de Oliveria MARQUES. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

MORAIS, Rui. *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 2010.

MUNFORD, Lewis. *La Cité à travers l'Histoire*. Paris: Ed. du Seuil, 1964.

NUNES, Henrique Barreto. *Uma imagem inédita de Braga no século XVIII*, in *Revista Forum*, 15/16. Braga: Universidade do Minho, 1994.

OLIVEIRA, Aurélio Araújo. *A mitra e o clero bracarense na crise do século XVII* in *Actas do IX Centenário da dedicação da Sé de Braga*. Vol. II. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa e

Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *A Freguesia de S. Victor (Braga)*. Braga: Junta de Freguesia de S. Victor, 2001.

—. *André Soares e o rococó do Minho*. 4 vols. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Doutoramento, 2011b.

—. *Barroco e rococó no Minho*. In: *Arte no Minho*. Braga: Centro de Estudos Lusíadas – Universidade do Minho, 2011a.

—. *Braga. Percursos e memórias de granito e oiro*. Porto: Campo de Letras, 1999.

—. *Estudos bracarenses 1 - As alterações toponímicas (1380-1980)*. Braga: ASPA, 1982.

—. *Estudos sobre o século XVIII em Braga*. Braga: APPACDM Distrital de Braga, 1993.

—. *Fontes da Imagem de Braga I. Vinte e uma fotografias de 1862-1863*. 2ª . Braga: Barbosa & Xavier, Limitada, 2006.

—. *O Bom Jesus do MOnTe em 1884*. Braga: Barbosa & Xavier, Limitada, 1995.

—. *O Edifício do Convento do Salvador - De mosteiro de Ffreiras ao Lar Conde de Agrolongo*. Braga: Lar Conde de Agrolongo, 1994.

—. *Para o Estudo da Imagem de Braga. O postal ilustrado*. Braga: ASPA, 1979.

—. *Riscar em Braga no século XVIII e outros estudos*. Braga: APPACDM Distrital de Braga, 2001.

—. *Um novo mapa de Braga de finais do século XVII*, in *Revista FORUM*, 15/16. Braga: Universidade do Minho, 1994.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de, Eduardo MOURA, e João MESQUITA. *Estudos bracarenses 3 - Braga: Evolução da estrutura urbana*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1982.

PASSOS, José Manuel da Silva. *O Bilhete POstal Ilustrado e a História Urbana de Braga*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.

PEIXOTO, Inácio José. *Memórias Particulares de Inácio José Peixoto*. Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1992.

PEREIRA, Ana Maria Magalhães de Sousa. *Da Casa Grande da Rua dos Pelames À Casa Nova da rua de Dom Gualdim - Braga, séculos XVII-XVIII*. Braga: APPACDM de Braga, 2000.

PINHEIRO, Fernando. *A Freguesia de S. Vicente - Uma joia patrimonial cultural e humana*. Braga: Junta de Freguesia de S. Vicente, 2009.

PORTOCARRERO, Gustavo. *Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade*. Tomar: ARKEOS, 2010.

PROENÇA, Maria José. *A Ordem Terceira Franciscana em Braga e a sua Igreja*. Braga: VOT S. Francisco, 1998.

REBELO, Arminda dos Reis. *Evolução Demográfica e Urbana de Braga*. Coimbra: s.n., 1961.

RIBEIRO, Maria do Carmo. *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Tese de Doutoramento, 2008.

—. *O Antigo Paço Episcopal de Braga, Colecção Sítios com História*. Braga: Reitoria da Universidade do Minho, 2011.

RIBEIRO, Maria do Carmo, e Arnaldo Sousa MELO. "A Influência das Atividades Económicas na Organização da Cidade Medieval



Portuguesa." In *Evolução da Paisagem Urbana - Sociedade e Economia*, de Maria do Carmo RIBEIRO e Arnaldo Sousa MELO. Braga: CITCEM, 2012.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da. *Arquitectura Civil e Religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII - Os Homens e as Obras*. Braga: Colecção Centro de Estudos Domingos de Pinho Brandão, 1994.

—. *Manuel Fernandes da Silva - Mestre e Arquitecto de Braga 1693/1751*. Porto: Colecção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1996.

ROSSA, Walter. "A cidade Portuguesa" in *História da Arte em Portugal* (dir. de Paulo Coelho). Lisboa: Circulo de Leitores e Autores, 1995.

SALGUEIRO, Teresa Barata. *A Cidade em Portugal - Uma geografia urbana*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

SERLIO, Sebastiano. *The five books of architecture*. New York: Dover Publications, 1982.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal, A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*. 2ª. Vol. V. Lisboa: Verbo, 1982.

SILBERT, Albert. *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. 2ª. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

SMITH, Robert. *A casa da Câmara de Braga (1753-1756)' in Bracara Augusta, volume XXII*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1968.

—. *André Soares. Arquitecto do Minho*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

—. *Três Estudos Bracarenses*. Braga: Livraria Cruz, 1972.

SOARES, Franquelim. *A Arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e Mentalidades pelas Visitações Pastorais (1550-1700)*. Braga: A.F.S.N.S., 1997.

SOROMENHO, Miguel. *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura, dissertação de mestrado apresentada apresentada à*

*Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 1991.*

TEIXEIRA, Manuel C. e Margarida Valla. *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII*. Brasil: Livros Horizonte, 1999.

WOLFFLIN, H. *Renacimiento y Barroco*. Barcelona: Ed. Paidós Estética/8, 1986.

## Fontes escritas

BELINO, Albano. *Archeologia Christã, Descrição Histórica de todas as igrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*. [ed.] Soc. Editora – Livraria Moderna. Lisboa : Empresa da História de Portugal, 1900.

CUNHA, Rodrigo da. *História Eclesiástica de Braga e dos Santos e Varoens illustres que florescerão neste Arcebispado*. 2ª edição facsimile da obra original de 1634. Braga : s.n., 1989.

FERREIRA, José Augusto. *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*. Braga : Mitra Bracarense, 1931. Vol. II.

FERREIRA, José Augusto. *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*,. Braga : Mitra Bracarense, 1932. Vol. III.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de, MOURA, Eduardo e MESQUITA, João. *Estudos bracarense 3 - Braga: Evolução da estrutura urbana*. Braga : Câmara Municipal de Braga, 1982.

RIBEIRO, Maria do Carmo. *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Braga : Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Tese de Doutoramento, 2008.

### **Fontes cartográficas e iconográficas**

BRAUN, Georg (atribuído) – *nova BRACARAE AUGUSTA deferipto*, BPB, Iconografia, 1594, Impresso.

CRUZ, Joaquim Pereira da (eng.) – Planta da Cidade de Braga, AOCMB, cota desconhecida, 1:2000, 1868, Manuscrito.

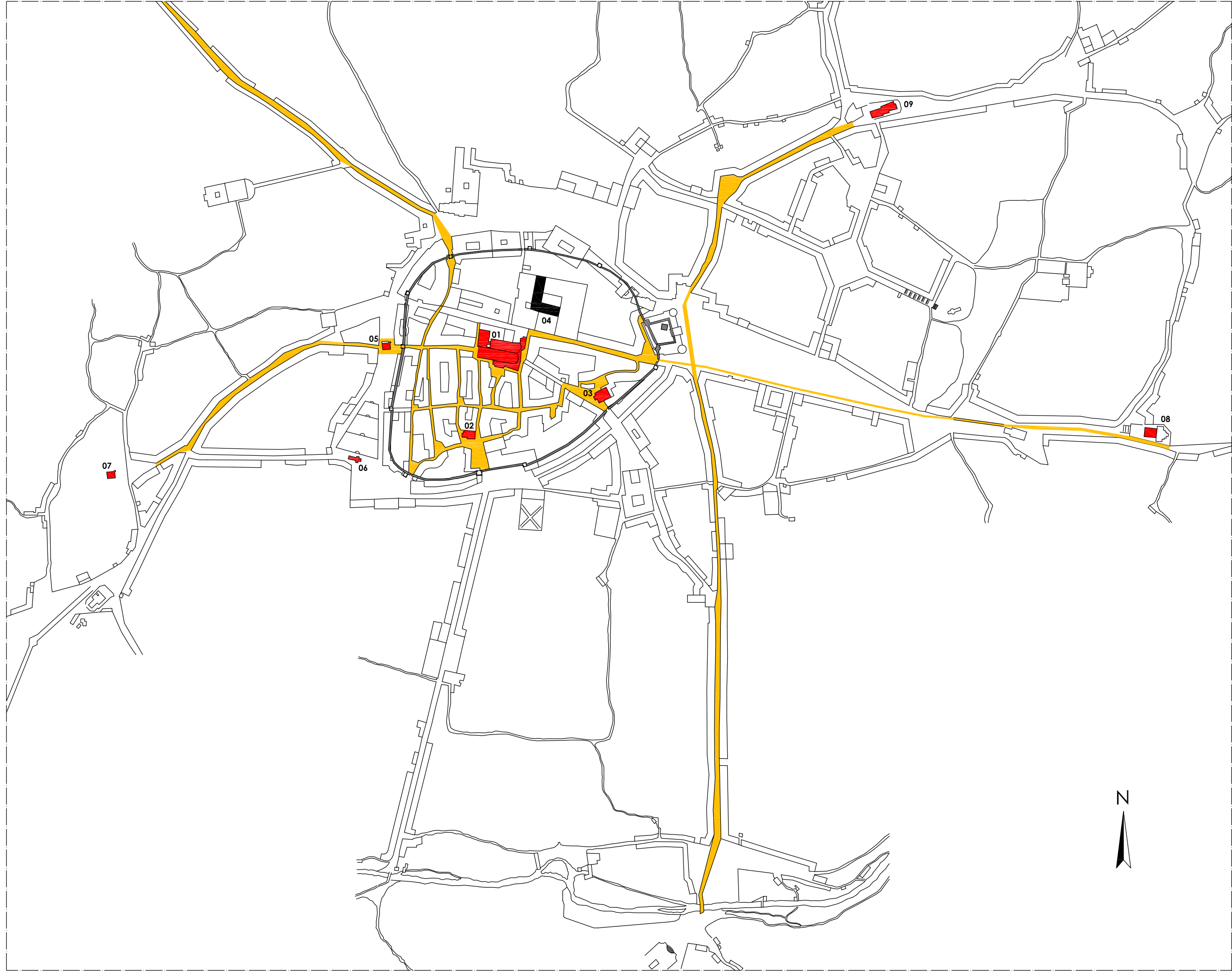
GARCEZ, Belchior José Maciel; Miguel Baptista – Planta da Cidade de Braga, IGP, Cartas Antigas, Cota 385, 1:4000, c.1850, Impresso.

GOULARD, Francisco – Planta de Braga-30folhas, GACMB, cota desconhecida, 1:500, 1883/1884, Manuscrito.

PEREIRA CALDAS – *Braga Pitoresca ou a Verdadeira Cyntra do Norte*, Planta, BPB, 1:1648,3, 1857, Impresso.

SAILVA, André Ribeiro S. – *Mappa da Cidade de Braga Primas*, Iconografia, BNA, c.1755, Manuscrito.

## **Anexos**



LEGENDA:

- Construções religiosas
- Outras construções
- Ruas e praças pré-existentes
- Novas ruas e praças abertas

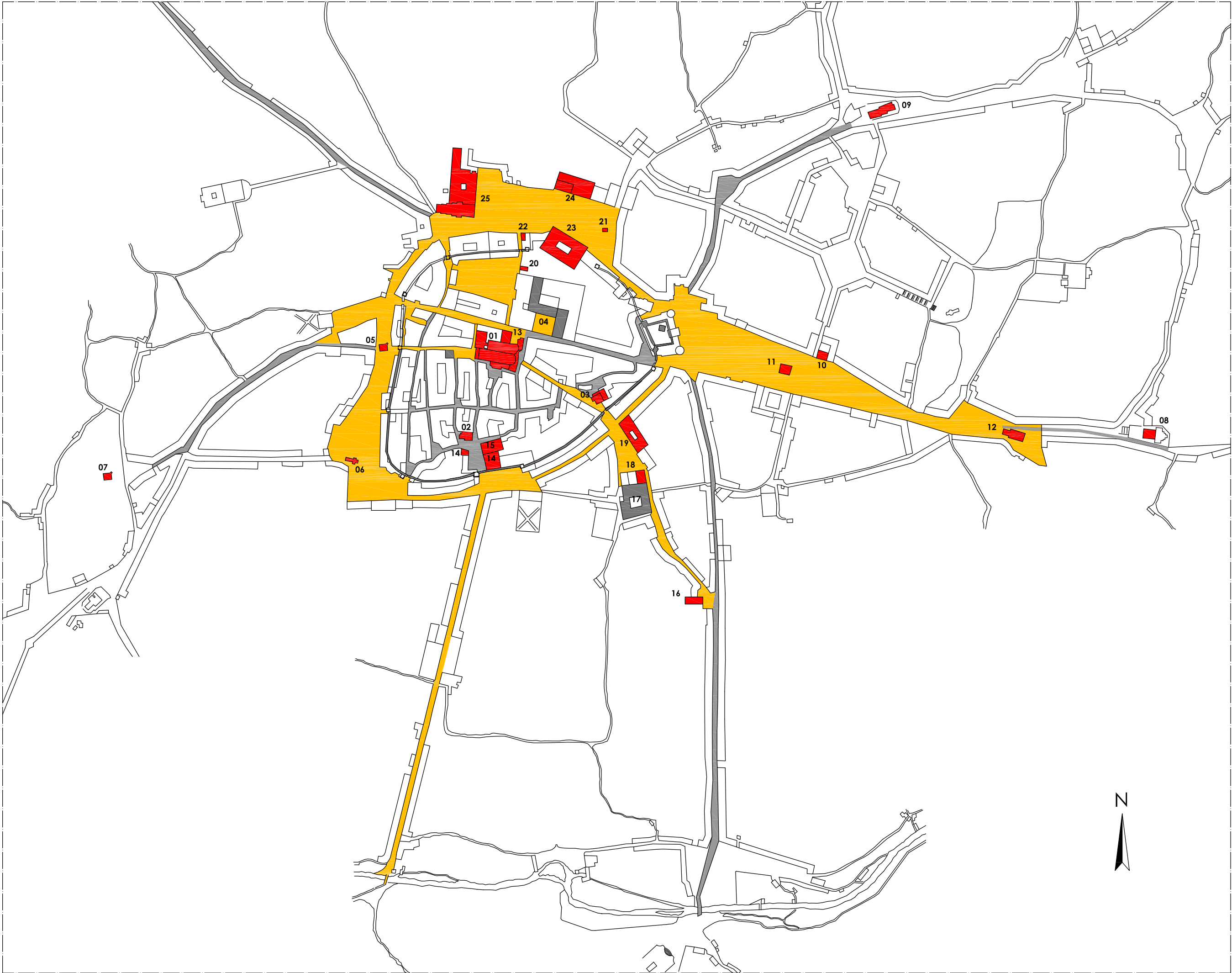
Construções religiosas:

- 01 - Sé Catedral
- 02 - Igreja de S. Tiago da Cividade
- 03 - Igreja de S. João de Souto
- 04 - Paço Episcopal
- 05 - Capela de S. Miguel-O-Anjo
- 06 - Capela de S. Sebastião
- 07 - Capela de S. Pedro de Maximinos
- 08 - Igreja de S. Vitor
- 09 - Igreja de S. Vicente

ANEXO 01

PROPOSTA DA PLANTA GERAL DO  
ESPAÇO URBANO BRACARENSE NO FINAL  
DO SÉCULO XV : construções religiosas

ESC. 1:7000



LEGENDA:

Construções religiosas

Outras construções

Ruas e praças pré-existentes

Novas ruas e praças abertas

Construções religiosas:

01 - Sé Catedral

02 - Igreja de S. Tiago da Cividade

03 - Igreja de S. João de Souto

04 - Paço Episcopal

05 - Capela de S. Miguel-O-Anjo

06 - Capela de S. Sebastião

07 - Capela de S. Pedro de Maximinos

08 - Igreja de S. Vitor

09 - Igreja de S. Vicente

10 - Capela de S. Gonçalo

11 - Capela de Sant'Ana

12 - Igreja da Senhora-A-Branca

13 - Igreja da Misericórdia

14 - Estudos Públicos

15 - Igreja de S. Tiago e S. Paulo

16 - Gafaria/Igreja de S. Lázaro

17 - Hospital de S. Marcos

18 - Igreja de S. Marcos

17 - Convento dos Remédios

20 - Capela de St. Anónio

21 - Capela de N. Sra. Amparo

22 - Recolhimento das Beatas de St. António

23 - Seminário de S. Paulo

24 - Convento e Igreja do Salvador

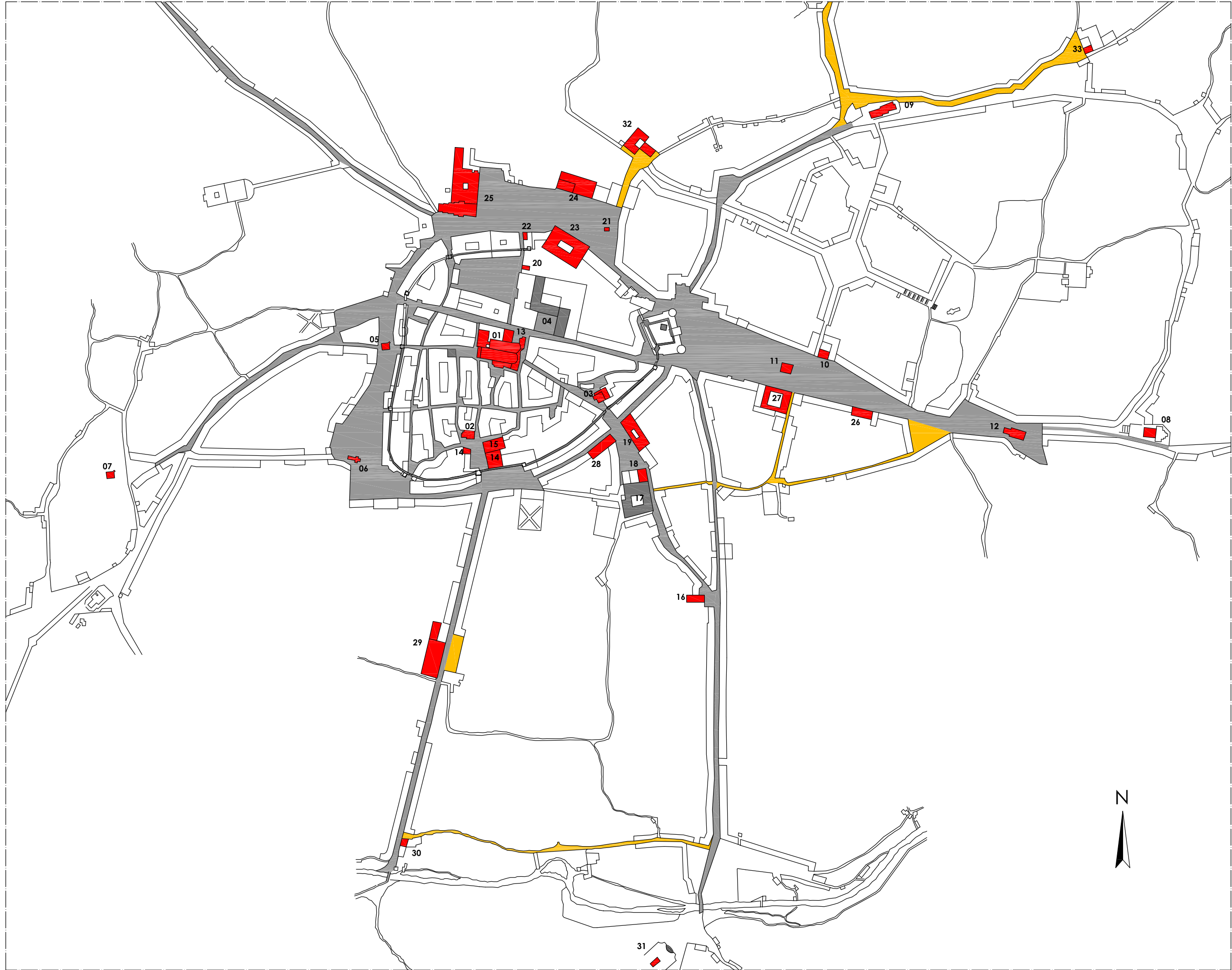
25 - Convento e Igreja do Pópulo

ANEXO 02

PROPOSTA DA PLANTA GERAL DO ESPAÇO URBANO BRACARENSE NO FINAL DO SÉCULO XVI : construções religiosas

ESC. 1:7000





LEGENDA:

- Construções religiosas
- Outras construções
- Ruas e praças pré-existentes
- Novas ruas e praças abertas

Construções religiosas:

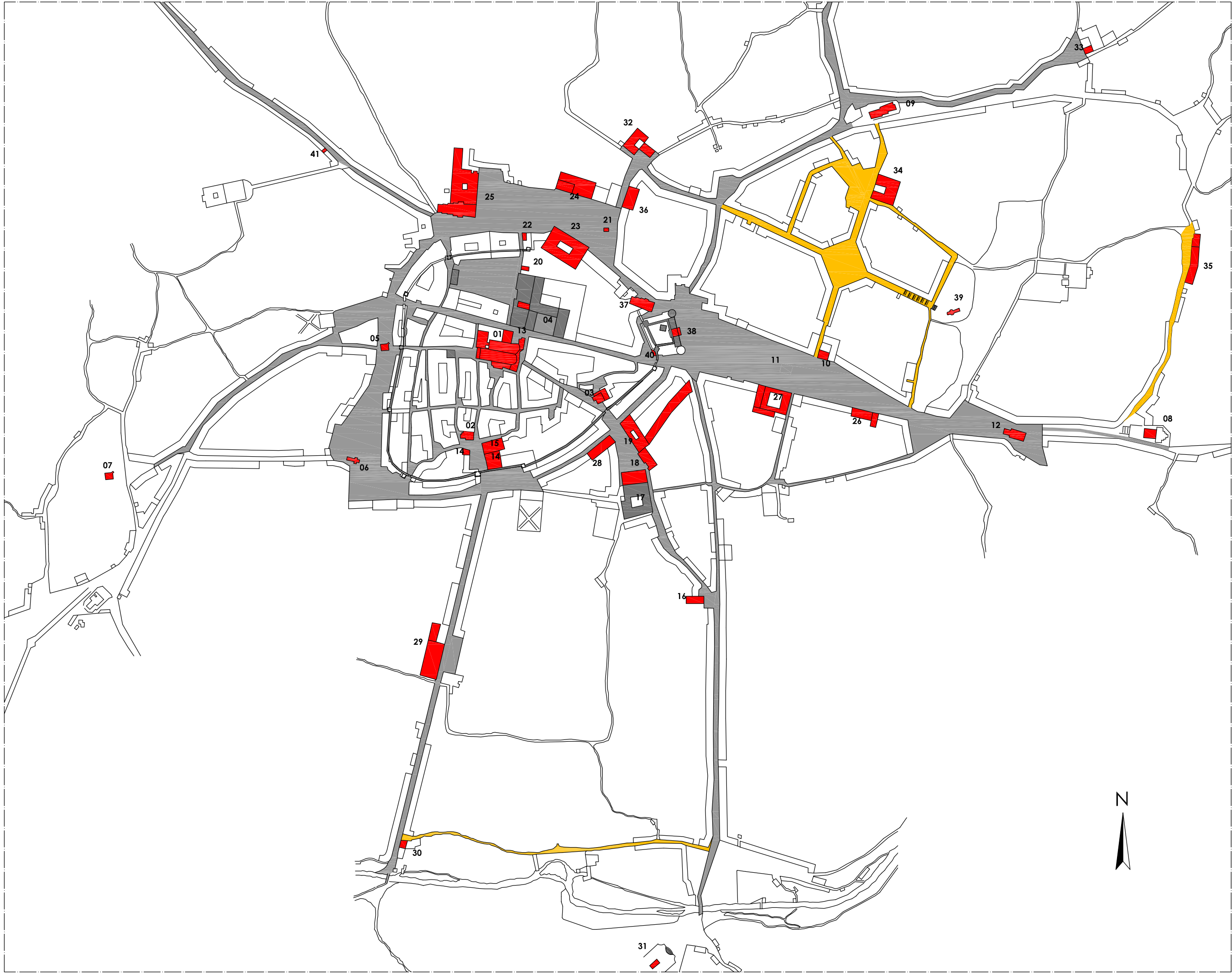
- 01 - Sé Catedral
- 02 - Igreja de S. Tiago da Cividade
- 03 - Igreja de S. João de Souto
- 04 - Paço Episcopal
- 05 - Capela de S. Miguel-O-Anjo
- 06 - Capela de S. Sebastião
- 07 - Capela de S. Pedro de Maximinos
- 08 - Igreja de S. Vítor
- 09 - Igreja de S. Vicente
- 10 - Capela de S. Gonçalo
- 11 - Capela de Sant'Ana
- 12 - Igreja da Senhora-A-Branca
- 13 - Igreja da Misericórdia
- 14 - Estudos Públicos
- 15 - Igreja de S. Tiago e S. Paulo
- 16 - Gafaria/Igreja de S. Lázaro
- 17 - Hospital de S. Marcos
- 18 - Igreja de S. Marcos
- 17 - Convento dos Remédios
- 20 - Capela de St. Anónio
- 21 - Capela de N. Sra. Amparo
- 22 - Recolhimento das Beatas de St. António
- 23 - Seminário de S. Paulo
- 24 - Convento e Igreja do Salvador
- 25 - Convento e Igreja do Pópulo
- 26 - Convento da Penha de França
- 27 - Convento dos COngregados
- 28 - Igreja de Santa Cruz
- 29 - Convento da Conceição
- 30 - Capela de Santa Justa
- 31 - Capela de S. João da Ponte
- 32 - Convento do Carmo
- 33 - Capela de N. Sra. Pilar

ANEXO 03

PROPOSTA DA PLANTA GERAL DO ESPAÇO URBANO BRACARENSE NO FINAL DO SÉCULO XVII : construções religiosas

ESC. 1:7000





LEGENDA:

- Construções religiosas
- Outras construções
- Ruas e praças pré-existentes
- Novas ruas e praças abertas

**Construções religiosas:**

- 01 - Sé Catedral
- 02 - Igreja de S. Tiago da Cividade
- 03 - Igreja de S. João de Souto
- 04 - Paço Episcopal
- 05 - Capela de S. Miguel-O-Anjo
- 06 - Capela de S. Sebastião
- 07 - Capela de S. Pedro de Maximinos
- 08 - Igreja de S. Vitor
- 09 - Igreja de S. Vicente
- 10 - Recolhimento da Convertidas
- 11 - Capela de Sant'Ana
- 12 - Igreja da Senhora-A-Branca
- 13 - Igreja da Misericórdia
- 14 - Estudos Públicos
- 15 - Igreja de S. Tiago e S. Paulo
- 16 - Gafaria/Igreja de S. Lázaro
- 17 - Hospital de S. Marcos
- 18 - Igreja de S. Marcos
- 17 - Convento/Igreja dos Remédios
- 20 - Capela de St. Anónio
- 21 - Capela de N. Sra. Amparo
- 22 - Recolhimento das Beatas de St. António
- 23 - Seminário de S. Paulo
- 24 - Convento e Igreja do Salvador
- 25 - Convento e Igreja do Pópulo
- 26 - Convento/Igreja da Penha de França
- 27 - Convento/Igreja dos COngregados
- 28 - Igreja de Santa Cruz
- 29 - Convento da Conceição
- 30 - Capela de Santa Justa
- 31 - Capela de S. João da Ponte
- 32 - Convento do Carmo
- 33 - Capela de N. Sra. Pilar
- 34 - Convento de St. Tereza
- 35 - Convento da Tamanca
- 36 - Recolhimento da Caridade
- 37 - Igreja dos Terceiros
- 38 - Igreja da Lapa
- 39 - Capela de N. Sra. Guadalupe
- 40 - Capela N. Sra da Abadia
- 41 - Capela N. Sra. das Ancias

**ANEXO 04**

PROPOSTA DA PLANTA GERAL DO ESPAÇO URBANO BRACARENSE NO FINAL DO SÉCULO XVIII : construções religiosas

ESC. 1:7000